



**Universidade Federal da Bahia**

**Instituto de Letras**

**Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística**



Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA

Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)

***CAMINHANDO COM O POVO: DISCURSO POLÍTICO E IDEOLOGIA NAS  
MALHAS DA SEMIÓTICA GREIMASIANA***

**por**

**SUANI DE ALMEIDA VASCONCELOS**

**Orientador: Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto**

**SALVADOR  
2011**



**Universidade Federal da Bahia**

**Instituto de Letras**

**Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA

Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)



***CAMINHANDO COM O POVO: DISCURSO POLÍTICO E IDEOLOGIA NAS  
MALHAS DA SEMIÓTICA GREIMASIANA***

**por**

**SUANI DE ALMEIDA VASCONCELOS**

**Orientador: Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Letras.

**SALVADOR  
2011**

## **Sistema de Bibliotecas - UFBA**

Vasconcelos, Suani de Almeida.

Caminhando com o povo : discurso político e ideologia nas malhas da semiótica greimasiana / por Suani de Almeida Vasconcelos. - 2011.

237 f. : il.

Incluem anexos.

Orientador: Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2011.

A

Toinho (*in memoriam*) e Deja, pais queridos, pela oportunidade **de VIVER**.

Mariane, filha amada, pela paciência e carinho constantes.

## AGRADECIMENTOS

A Deus e aos Amigos Espirituais pela sustentação nas horas difíceis e pelo apoio direto e incondicional.

Ao Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto pelas orientações e confiança a mim dispensadas na execução deste trabalho.

Ao Sr. Francisco José Pinto dos Santos (*in memoriam*) pela gentileza na cessão dos seus discursos e outros documentos importantes, pelos bate-papos esclarecedores e pela atenção constante quando por mim procurado, extensivo aos seus familiares.

Aos professores das disciplinas e professores colaboradores do curso de doutorado, mais particularmente, ao Prof. Carlos Alberto Faraco pela contribuição intelectual e pela receptividade e gentileza em ajudar.

Aos queridos amigos pela grande ajuda e incentivo.

Aos amigos e companheiros da casa espírita (Centro Espírita Jesus de Nazaré) e do Grupo de Auto-conhecimento (GAIA- Cida e Dora) pelas orações e pelo carinho sincero.

E, por fim, aos meus queridos familiares que, **de fato**, estiveram ao meu lado e acreditaram em mim, principalmente, à nova geração: meus lindos sobrinhos(as) e meu sobrinho-afilhado, Gustavo.

... a todos(as), muito obrigada!

## RESUMO

A tese "*Caminhando com o povo: Discurso Político e Ideologia nas malhas da semiótica greimasiana*", produzida a partir de uma pesquisa bibliográfica, teve como objetivo a análise do percurso gerativo de sentido em alguns discursos escritos e em dois textos visuais do ex-Deputado Federal pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Francisco José Pinto dos Santos (Chico Pinto), ex-político da cidade de Feira de Santana/Ba. Teve ainda como meta específica verificar a memória intertextual que a cadeia de significação permite extrair do discurso, atrelada ao problema central que diz respeito à forma pela qual os recursos linguísticos se apresentam no âmbito da significação, estruturados no percurso gerativo de sentido, com vistas a atingir o ouvinte e conseguir veicular persuasão e o sentido ideológico pretendido. Tomou-se, assim, como aporte científico, os pressupostos da Semiótica Textual, lastreada nos trabalhos de Algirdas-Julien Greimas e em seus consequentes desdobramentos teóricos no campo dos textos políticos e imagéticos. O *corpus* escolhido é composto por duas fotografias e quatro discursos, cujos conteúdos retratam a ação política do ex-deputado entre os anos de 1979 e 1981 na Câmara Federal. Os discursos analisados, situados no período do regime militar, sob a presidência do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, intitulam-se: "A posse do General Figueiredo não é honrada pela união popular" de 14 de março de 1979; "A greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça" de 02 de junho de 1980; "O inquérito infame do Riocentro (não acredite em sinceridade de IPM. Isto é coisa de general)" de 16 de junho de 1981 e "Um Governador cruel com a rebeldia popular (Povo e líderes: Prisioneiros amargurados de um regime selvagem)" de 25 de agosto de 1981. A semiótica textual, como ciência da significação, possibilitou as análises das estratégias narrativas e discursivas, uma vez que são, a partir delas, que se pode acompanhar e entender o sentido pretendido, considerando-se, nos textos analisados, o valor da argumentação e o jogo persuasivo.

**Palavras-chave:** Discurso Político, Ideologia, Semiótica Visual; Percurso Gerativo de Sentido.

## ABSTRACT

The thesis "*Walking with the people: Ideology and Political Discourse in the meshes of semiotics greimasian*" was produced based on a literary review and has aimed at analysing the generative trajectory of sense in some written speeches and in two visual texts of ex-Congressman Francisco José Pinto dos Santos (Chico Pinto) of the MDB (Brazilian Democratic Movement) former politician from the city of Feira de Santana/BA. It also had the specific goal of checking intertextual memory that the network of signification can start of the speech, tied to the central problem concerns the way in which linguistic resources are presented in the context of meaning, structured in the generative trajectory of meaning, in order to reach the listener and get run persuasion as also ideological meaning. The assumptions of Textual Semiotics, backed by works of Algirdas-Julien Greimas and its subsequent theoretical developments in the field of political texts and imagery was used as scientific supports. The corpus chosen is composed of two photographs and four speeches, whose contents portray the political action of former congressman between 1979 and 1981 in Brazilian Congress. The speeches analysis, located in years of military rule, under the chairmanship of General João Baptista de Oliveira Figueiredo, call themselves: "The possession of General Figueiredo is not honoured by the anointing of the popular" March 14, 1979; "Strike by peasants Conquista and Barra do Choça" June 2, 1980; "The investigation of the infamous Riocentro (do not believe in the sincerity of IPM. This is a general thing)" from 16 June 1981 and "A cruel governor with the popular rebellion (People and leaders: Prisoners bitter in a wild scheme)" of 25 August 1981. The textual semiotics as a science of meaning, enabled the analysis of narrative strategies and discourse, since from them, you can follow and understand the intended meaning, given in the texts analysed, the value of the argument and persuasive game.

**Keywords:** Political Discourse, Ideology, Semiotics Visual; Route Generative Sense.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – O Quadrado de oposição	19
Figura 02 – O Quadrado lógico das proposições opostas	21
Figura 03 – O Hexágono lógico	24
Figura 04 – O Hexágono lógico adaptado	36
Figura 05 – O octógono lógico	37
Figura 06 - O Quadrado de oposição de valores	92
Figura 07 – O Hexágono invertido	95
Figura 08 – As categorias fóricas	99
Figura 09 – Modalidade veridictória	168
Figura 10 – Modalidade da categoria epistêmica	169
Figura 11 – Aplicação da modalidade epistêmica	170
Figura 12 - Francisco Pinto discursando	187
Figura 13 - Francisco Pinto carregado pelo povo	191
Figura 14 – Quadrado semiótico	196
Figura 15 – Diagrama tensivo	200
Figura 16 – Esquema de Amplificação	201
Figura 17 – Esquema de Atenuação	202
Figura 18 – Plano de orientação semiótica	203

## LISTA DE QUADRO

Quadro 01 - Esquema de orientação semiótica

205

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>RELAÇÕES SEMIÓTICAS</b>	<b>16</b>
2.1	SOBRE O ENTRECruzAMENTO LÓGICO-SEMIÓTICO	16
2.1.1	A Lógica e sua estrutura básica	16
2.1.2	As bases lógicas e a análise semiótica	25
2.1.3	Os planos semióticos	35
2.2	ASPECTOS FENOMENOLÓGICOS E A SEMIÓTICA GREIMASIANA: UMA RELAÇÃO DE SENTIDO	49
2.2.1	Considerações filosóficas na semiose textual	49
2.2.2	Significação, interpretação e o paradoxo da palavra	58
<b>3</b>	<b>DISCURSOS POLÍTICOS NAS MALHAS DA SEMIÓTICA GREIMASIANA</b>	<b>77</b>
3.1	ASPECTOS ENUNCIATIVOS E A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO	77
3.1.1	Um breve contexto histórico	77
3.1.2	Contexto, sujeito e enunciação	82
3.1.3	Na trilha da significação	89
3.2	UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NARRATIVO E AS MODALIDADES	115
3.2.1	Um relato sobre o início da mudança	115
3.2.2	O discurso político, as estratégias narrativas e os aspectos modalizadores	126

3.3	TEMATIZAÇÃO, FIGURATIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICO-PERSUASIVA	148
3.3.1	<i>A Bahia vai bem: uma breve visada argumentativa na questão</i>	148
3.3.2	Temas, figuras e a engrenagem do sentido	161
4	<b>NAS TRAMAS DA SEMIÓTICA SEMI-SIMBÓLICA: IMAGEM, DISCURSO E IDEOLOGIA</b>	174
4.1	UMA PROPOSTA DE LEITURA	174
4.2	A IMAGEM NA PERSPECTIVA SEMI-SIMBÓLICA	184
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	208
	<b>REFERÊNCIAS</b>	213
	<b>OBRAS CONSULTADAS</b>	218
	<b>ANEXO A – A posse do General Figueiredo não é honrada pela unção popular</b>	220
	<b>ANEXO B – O inquérito infame do Riocentro</b>	224
	<b>ANEXO C – A greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça</b>	228
	<b>ANEXO D – Um governador cruel, com a rebeldia popular</b>	232

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Debruçar-se sobre a ciência do signo e, mais propriamente sobre a ciência da significação, não é uma tarefa das mais fáceis, principalmente quando já se tem uma vasta literatura que as contemplam em várias abordagens, seja no campo imagético e/ou textual. Mesmo diante dessa dificuldade, o estudo semiótico é contagiante e envolvente, pois escora-se fundamentalmente no homem e sua relação com o mundo, numa dinâmica perceptiva de como se dão as formas de estar no mundo.

Como uma forma de contribuir nessa luta de se compreender e de estender os estudos sobre a ação sígnica, realizou-se o presente trabalho intitulado “*Caminhando com o Povo: Discurso político e ideologia nas malhas da semiótica greimasiana*”, uma vez que essas formas de percepção do homem no mundo aparecem e se materializam no âmbito da linguagem. Assim, configura-se a problemática, questionando-se: a) de que forma os recursos linguísticos se apresentam no âmbito da significação, na marcação ideológica, estruturados no percurso gerativo de sentido, com vistas a atingir o ouvinte e conseguir veicular o sentido pretendido; b) como os elementos da narratividade se articulam e são utilizados pelo enunciador, objetivando a persuasão do(s) enuncitário(s), conectando a ideologia aos recursos linguísticos da interlocução e c) de que maneira as abordagens teórico-metodológicas da semiótica greimasiana podem auxiliar na constituição do sentido na análise semi-simbólica de textos sincréticos (linguagem verbal e não-verbal).

As hipóteses foram pensadas a partir do problema proposto, a saber: a) Os recursos linguísticos são utilizados com o objetivo veicular persuasão, conectando a ideologia

política aos processos argumentativos da interlocução; b) Os aspectos da narratividade se articulam em valores inscritos nos objetos modais, como o **fazer** e o **dever**, presentes na tessitura discursiva e mediados pela ideologia e c) As abordagens da semiótica greimasiana demonstram aspectos essenciais, no campo da significação, por meio da constituição gerativa de sentido, alicerçando o processo interpretativo do nível mais elementar até o mais complexo.

É válido salientar que esse trabalho não nasceu como fruto de uma mera especulação ou curiosidade sobre os fatos políticos de um determinado momento da história política da cidade de Feira de Santana (Ba). Mas desde o curso de mestrado (2003-2005) que o interesse por esse tema já era evidente, haja vista as relações de bases familiares que ligavam a autora à escolha do *corpus* da pesquisa e, conseqüentemente, à vida política do personagem principal que é o ex-político feirense Francisco José Pinto dos Santos (mais conhecido como Chico Pinto), falecido em 2008.

Os discursos escolhidos para a análise, nesse trabalho, foram retirados de um dos cadernos de publicação da Câmara dos Deputados (Brasília/DF), cedido pelo próprio autor, intitulado *Caminhando com o Povo*, o qual é composto por 17 discursos, produzidos entre os anos de 1979 a 1982. Mais especificamente para esse trabalho de pesquisa, no entanto, foram selecionados 04 discursos (1979-1981), cuja escolha está associada às possibilidades analíticas dos mesmos, tomando-se como base a interpretação textual (significação), à luz do percurso gerativo de sentido, num estudo bibliográfico.

Essa brochura é encapada com uma foto de campanha política do ex-político que o apresenta sendo carregado pela população de eleitores e correligionário que o

apoiavam, cuja imagem também faz parte das análises propostas nessa tese, assim como uma fotografia do jornal do *Comitê Chico Pinto* (1986), uma publicação que visava divulgar as ações político-partidárias do ex-Deputado.

A semiótica textual é o aporte teórico para as análises dos discursos, baseada nos estudos de Algirdas Julien Greimas, cujo método de análise funda-se na geração do sentido por meio de um percurso de significação que parte do nível mais elementar e profundo do texto, passando por nível intermediário e chegando ao nível mais complexo e superficial.

Com o aporte teórico e os discursos definidos, tem-se, então, como objetivo geral: a) evidenciar como se apresenta o percurso gerativo de sentido nos discursos de resistência e denúncia à ditadura militar; e como objetivos específicos: a) demonstrar como as marcas linguísticas foram construídas e utilizadas nos discursos, visando-se à persuasão em relação ao contexto sócio-histórico e ideológico que os envolve; b) verificar a memória intertextual que a cadeia de significação pode atribuir ao discurso, e c) analisar as marcas ideológicas, pelo viés semi-simbólico, das imagens (fotografias) do ex-político em plena ação política.

Quanto à metodologia, essa desenvolveu-se a partir de leitura e fichamentos das indicações bibliográficas que dizem respeito à semântica estrutural, articulados também na perspectiva semi-simbólica, focada na análise de duas fotografias do ex-político feirense, visando-se um maior incremento teórico-metodológico da pesquisa.

Como os documentos (discursos) selecionados para análise são datiloscritos (anexos a essa tese), não foi preciso tratamento de natureza filológica, mais especificamente ao campo da edição crítica. Os discursos escolhidos são, assim, intitulados: a) **A posse do General Figueiredo não é honrada pela unção popular**

de 14 de março de 1979; b) **Greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça** de 02 de junho de 1980; c) **O inquérito infame do Riocentro (não acredite em sinceridade de IPM. Isto é coisa de general)** de 16 de junho de 1981 e d) **Um Governador cruel com a rebeldia popular (Povo e líderes: Prisioneiros amargurados de um regime selvagem)** de 25 de agosto de 1981.

O sumário foi elaborado no sentido de dar um percurso lógico de ação analítica nos discursos e nas imagens, o qual se inicia com a **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**, capítulo 2 **RELAÇÕES SEMIÓTICAS**, com as seções 2.1 **Sobre o entrecruzamento lógico-semiótico**, o qual apresenta as fundações teórico-epistemológicas da semiótica textual, baseadas nas lógicas formal e moderna, que se subdivide em: **2.2.1 A Lógica e sua estrutura básica; 2.2.2 As bases lógicas e a análise semiótica** e **2.2.3 Os planos semióticos**. Ainda na Fundamentação Teórica, tem-se a seção 2.2 que trata dos **Aspectos fenomenológicos e a semiótica textual: uma relação de sentido**, a qual faz um breve percurso filosófico que entrelaça as abordagens fenomenológicas da tradição clássica (Platão) até as abordagens modernas com a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty.

O capítulo 3, **DISCURSOS POLÍTICOS NAS MALHAS DA SEMIÓTICA GREIMASIANA**, é a parte fundamental da tese, destinada às análises semióticas dos discursos selecionados, a qual se subdivide por foco da teoria semiótica em: 3.1 **ASPECTOS ENUNCIATIVOS A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO DISCURSO A POSSE DO GENERAL FIGUEIREDO NÃO É HONRADA PELA UNÇÃO POPULAR**, que trata das dimensões relacionais entre o sujeito enunciador e o contexto de enunciação, focalizando os aspectos embreáticos, debreáticos e dêiticos do texto; 3.2 **UM ESTUDOS SOBRE O PROGRAMA NARRATIVO E AS MODALIDADES NO DISCURSO O INQUÉRITO INFAME DO RIOCENTRO (NÃO ACREDITE EM**

*SINCERIDADE DE IPM. ISTO É COISA DE GENERAL*), que foca sobre os aspectos da narratividade que se articulam em valores inscritos nos objetos modais, como o *fazer* e o *dever*, presentes na tessitura discursiva e mediados pela ideologia e, por fim, a 3.3 TEMATIZAÇÃO, FIGURATIVIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICO-PERSUASIVA, última seção, composta por dois discursos que têm como protagonista o ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, intitulados ***A greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça e Um governo cruel com a rebeldia popular (povo e líderes: prisioneiros amargurados de um regime selvagem)***, nos quais foram tratados sobre temas e figuras que recobrem os actantes no plano narrativo e que alcançam a categoria de atores pelo revestimento semântico de discursivização, secundados por uma análise dos efeitos da argumentação no jogo da ideológico-persuasivo.

O capítulo 4, intitulado **NAS TRAMAS DA SEMIÓTICA SEMI-SIMBÓLICA: IMAGEM, DISCURSO E IDEOLOGIA**, foi destinado às análises das duas imagens (fotografias), tomando-se também o percurso gerativo de sentido (semi-simbólica), no foco da tensão, e como o efeito de sentido é produzido na relação dinâmica entre tensividade e distensividade, numa confluências entre os mediadores visuais e linguísticos.

Assim, o presente trabalho oferece mais uma possibilidade de compreensão e aplicabilidade da teoria greimasiana, levando-se em conta seu alcance teórico, isto é, não só para textos verbais, mas também para textos não verbais (ou até os sincréticos), numa abordagem crítico-reflexiva, mediada pelas injunções de natureza histórica e política.

## 2 RELAÇÕES SEMIÓTICAS

### 2.1 SOBRE O ENTRECruzAMENTO LÓGICO-SEMIÓTICO

#### 2.1.1 A Lógica e sua estrutura básica

Essa seção apresenta considerações que envolvem a relação entre a lógica e os estudos em linguagem, mais especificamente no campo da significação, focalizando o trabalho do linguista Algirdas-Julien Greimas – Semiótica Textual.

O interesse pela linguagem e seu mecanismo de produção sempre despertou interesse de pensadores e estudiosos ao longo da tradição do saber ocidental. Essa busca por entender como as coisas estão no mundo e como o homem se relaciona com elas, por intermédio da linguagem, levou a um processo de problematização constante, pois, desde a tradição clássica, os sofistas já sabiam a importância que a linguagem desempenhava junto às pessoas nas práticas de ensino, bem como no processo de convencimento de novas idéias que se faz essencialmente por meio de construções e arranjos dos argumentos.

Na formalização desse pensar elaborado e dos raciocínios inerentes a ele, encontram-se em Aristóteles (séc. IV a.C), no *Organon*, os princípios fundamentais da construção lógico-argumentativa (Lógica Formal), que serviram de base para as teorias lógicas da modernidade (Lógica Matemática), passando primordialmente pelas construções simbólico-matemáticas do filósofo alemão Gottlob Frege (1848-1925) e desembocando, no campo da linguagem, mais especificamente da semiótica francesa, na teoria greimasiana sobre a significação e o processo interpretativo.

Na esteira da teoria dos argumentos e dos tipos de discursos que engendram, Aristóteles (séc. IV a.C), em *A Arte Retórica*, preconiza a retórica como uma

disciplina capaz de descortinar os meios de persuasão relativos a um dado assunto. O uso da arte da conversação deve estar comprometido com a verdade e com o belo, enquanto a Dialética deveria preocupar-se com a contra-tese, isto é, o olhar sobre o outro lado da discussão: seu oposto. Entretanto é com a criação de uma disciplina que se preocupa com a forma de ordenar o pensamento, buscando a perfeição do raciocínio e a garantia de acesso à verdade, que a linguagem adquire nova roupagem, ou seja, com a Lógica, posteriormente denominada lógica formal moderna e com mudanças significativas em relação à lógica aristotélica, principalmente no que tange ao valor de verdade das proposições silogísticas.

No *Organon*, obra que apresenta as técnicas fundamentais do raciocínio, Aristóteles (séc. IV a.C) apresenta definições e todo um aparato terminológico voltado ao campo da linguagem como argumentos e sua tipologia, silogismos, premissas, bem como uma delimitação daquilo que seja nomes e objetos. Assim, configuram-se a arte e o método do raciocínio e do pensamento correto, demonstrado pelo seu modelo exemplar, denominado de silogismo (base do raciocínio dedutivo), que se compõe de duas premissas (uma maior e outra menor) e uma conclusão. Para o filósofo, o esquadrinhamento e a análise do funcionamento do pensamento, e como este se articula e se formaliza, são tarefas que devem preceder o próprio conhecimento, pois, de posse das técnicas de raciocínio, é possível se garantir a eficiência e o êxito do entendimento.

Nessa perspectiva, a Lógica surge para dar conta desse conjunto de técnicas de formalização do pensamento, de investigação da verdade, tendo-se, como pressuposto, que o conhecimento possível só o é a partir daquilo que realmente existe, ou seja, na constituição do modelo silogístico, as premissas devem conter verdades inerentes a elas, para que a resultante (conclusão) também seja

verdadeira. Esse conteúdo de verdade que as premissas devem conter está necessariamente vinculado ao princípio da não-contradição, uma vez que para algo ser verdadeiro não deve possuir em si a sua própria negação – o não-ser. Essa noção é de extrema importância na constituição formal e essencial do pensamento, pois, para que se compreenda que uma coisa é igual a si mesma, há uma relação de identidade que a premissa tem com ela mesma, não podendo conter em si sua não-identidade. Tal pressuposto foi transposto, posteriormente, pelos matemáticos lógicos do século XIX, denominado como Lógica Simbólica, na esquematização do princípio da equivalência, como se conhece mais ordinariamente, que se  $A=B$  e  $B=C$ , logo  $A=C$ ; o que, na verdade, retoma a silogística aristotélica, redimensionando-lhe seu alcance de aplicação, mas sem perder de vista o valor primordial, isto é, o valor argumentativo essencial.

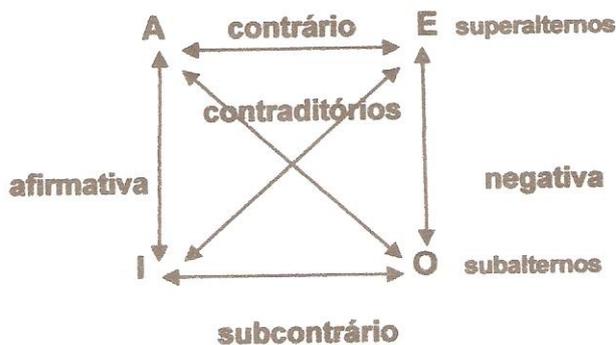
Ainda no campo da argumentação lógica, Aristóteles (séc. IV a.C) propõe uma descrição dessas proposições, dividindo-as internamente entre termo sujeito e termo predicado, sem desconsiderar o termo quantificador, denominando-as de proposições categóricas e apresentando-as estruturalmente da seguinte forma: Q (quantificador = todos, nenhum, algum) + S (termo sujeito) + Cópula (verbo “ser”) + P (termo predicado). Essa divisão permite estabelecer a estrutura quadridimensional opositiva dos termos, bem como sua distribuição, indicadas nos vértices da figura geométrica pelas letras **A** e **I** (**A**firmativo) e **E** e **O** (**nE**gativo**O**), indicando as proposições afirmativas e negativas, composta pelas universais e particulares, respectivamente.

A definição de universais e particulares é estabelecida tomando-se como base as maneiras, ou seja, as “quantidades” de sujeitos que essas proposições distribuem nos vértices da figura. As universais **A** e **E** são indicadas, nas proposições

categóricas, a partir do quantificador “todos” ou “nenhum”, enquanto que as particulares **I** e **O** são indicadas por “algum”.

Tais proposições se articulam entre si a partir de relações próprias da estrutura oposicional, definindo a construção do sentido contrário e contraditório que o conteúdo proposicional apresenta, a fim de tornar esses conteúdos possíveis e formalmente lógicos, a saber:

Figura 01. O Quadrado de Oposição



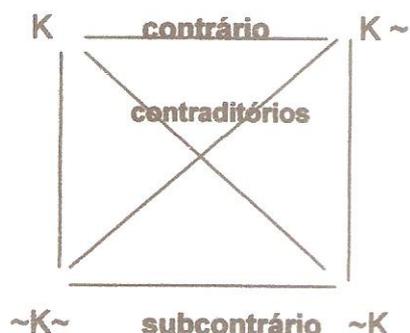
Fonte: COPI, 1974, p. 148.

A partir do quadrado anterior e das considerações feitas sobre os constituintes das proposições categóricas (sujeito e predicado), pode-se perceber que as relações entre as universais e particulares distribuem e não distribuem “sujeitos” respectivamente. Do mesmo modo as relações afirmativas e negativas do quadrado não distribuem e distribuem “predicados” respectivamente. Essa noção de distribuição deve ser compreendida como a forma que esses constituintes categóricos ocorrem nas proposições, ou seja, “uma proposição distribui um termo se se referir a *todos* os membros da classe designada pelo termo”. (COPI, 1974, p.144).

Ainda no quadrado de oposição, já é possível ver como o percurso do raciocínio se desenvolve. O sentido é percebido, primariamente, pela oposição de valor das universais que ocupam os vértices da figura, na orientação dos contrários, e subcontrários (particulares) nos pólos da afirmação e da negação. A partir dessa relação, infere-se que o valor de verdade de uma, determina o valor de falsidade da outra, implicando, assim, que não é possível ter dois valores iguais nos vértices de oposição, pois isso anularia o sentido, uma vez que esse é apreendido exatamente por seu estado de valor opositivo. As oposições também são percebidas na relação dos contraditórios, agora não mais pelos valores opostos desses universais, mas na impossibilidade relacional que esses universais engendram que é a negação do princípio de identidade, uma vez que uma coisa não pode ser igual à sua negativa, ou seja, ser e não ser ao mesmo tempo. Estabelece-se, dessa forma, uma visível contradição de sentido, implicando necessariamente a impossibilidade de ambas serem falsas ou verdadeiras, mas apenas uma a negação da outra.

A negação de valores está delineada no quadrado lógico, direcionada pelo percurso de leitura que vai entre os contrários e entre os contraditórios. Em contrapartida, o sentido afirmativo dos valores das universais é percorrido, em primeiro lugar, na relação entre os contraditórios que se opõem em sentido ( $K$  e  $\sim K$  /  $K\sim$  e  $\sim K\sim$ ), numa relação de implicação, que, subsequentemente, afirmam as universais ( $K$  e  $K\sim$ ). Segue abaixo a figura lógico-matemática, adaptada pela autora, com a introdução dos segmentos que indicam os contrários e contraditórios, a fim de melhor entender a descrição feita anteriormente.

Figura 02. O quadrado lógico das proposições opostas



Fonte: Adaptado de R. Blanché (1969 *apud* VOGT, 2006, p.115).

Importa já aqui considerar que o trabalho com as proposições categóricas típicas, no quadrado das formas lógicas, anunciam as bases teórico-epistemológicas da semiótica textual, uma vez que no plano da linguagem textual essas proposições são substituídas por termos valorativos que distinguem e dicotomizam essencialmente o sentido geral do texto, estruturando, assim, um dos primeiros planos do percurso do sentido (nível fundamental), por meio de cargas semânticas (investimentos) atribuídas a esses termos, como também pelas relações que essas mesmas proposições estabelecem entre si e com os termos (universal/particular) que as compõem.

As relações estabelecidas entre os componentes universais se dão por dois modos de contato, a saber: por conjunção, conhecida pelo símbolo “ $\cap$ ”, o que implica numa relação de soma, de ajuntamento, de “afirmação”, ou por disjunção, pelo símbolo “ $\cup$ ”, implicando numa relação de afastamento. Dessa forma, conjunção e disjunção fazem parte das categorias opostas na constituição do sentido (pode-se dizer da significação), no quadrado lógico-matemático, uma vez que os constituintes lógicos que veiculam valores de verdade e falsidade, afirmação e negação, estão

articulados de tal forma, nas proposições, que, numa perspectiva linguístico-semiótica, estabelecem proximidade semântica entre os termos-objetos.

Nessa perspectiva, o quadrado semiótico, “representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer” (GREIMAS; COURTÉS [s/d] 2008, p. 400), de inspiração lógico-matemática, conflui para o estabelecimento da significação, as relações básicas opositivas entre seus constituintes lógicos, estruturando-se de acordo com as orientações da lógica simbólica, nos eixos dos contrários e contraditórios, afirmando ou negando as proposições e conjuntando ou disjuntando os termos-objetos. Para realizar as operações de afirmação e negação, é válido atentar para as noções de asserção e negação na apreensão lógico-matemática do quadrado semiótico. A negação é obtida a partir das universais e seu correspondente contraditório; já a asserção é obtida pela relação entre as universais e seu contraditório, complementado na implicação de subalternidade, o que, segundo Barros (1988, p.23), são essas relações negativas e afirmativas que engendram a significação, “tornando-a passível de narrativização”. Entretanto, Greimas e Courtés ([s/d], 2008) chamam a atenção para o cuidado de não se confundir asserção com uma mera afirmação, pois esta última pode ser enunciada sem que nenhuma outra proposição a anteceda, noção inclusive válida também para a relação de negação, o que as diferenciam de uma simples declaração afirmativa e/ou negativa o que “explica o fato de que só se possa asseverar ou negar conteúdos já anteriormente colocados”. (GREIMAS; COURTÉS, [s/d], 2008, p.41).

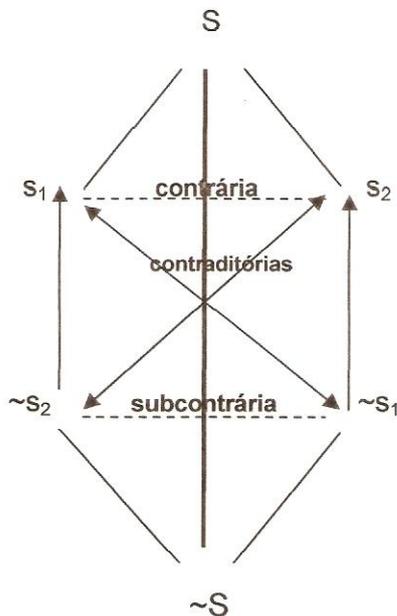
Então se pode notar que a noção de estrutura, no campo da linguagem, encontra, nesses artefatos geométrico-matemáticos, similaridade teórica para consubstanciar a idéia de significação baseada nos processos de relações e, conseqüentemente, de oposição, como a afirma Greimas ([1966], 1976, p.28), na conceituação de estrutura

(“presença de dois termos e da relação entre eles”) e do que das relações decorrem: “1. Um só termo-objeto não comporta significação; 2. A significação pressupõe a existência da relação: é o aparecimento da relação entre os termos que é a condição necessária da significação”.

É interessante adiantar que a interpretação lógico-matemática acompanha toda a noção relacional entre os componentes linguísticos na abordagem da semiótica textual, como a definição de **função**, por exemplo, que é apresentada, na linha teórica hjelmsleviana, como “relação entre duas variáveis”, entendendo-se a **variável** por aquele constituinte linguístico que estabelece vínculo de significação ou não com outro constituinte, assim como um “funtivo cuja presença não é condição necessária para a presença do funtivo com a qual tem função” (HJELMSLEV [1961], 2006, p.40).

Ainda nessa perspectiva das figuras lógico-matemáticas, podem-se ampliar as relações entre os universais, tomando-se também a apreensão do hexágono lógico de Robert Blanché, no qual se apresentam duas novas proposições a partir das noções de conjunção e disjunção.

Figura 03. Hexágono lógico



Fonte: Blanché (1969 *apud* VOGT, 2006, p.115).

As universais menores ( $s_1$  e  $s_2$ ) compõem pela soma ou disjunção a universal maior  $S$ , isto é,  $S = s_1 \cup s_2$ , que tem como termo oposto a particular maior  $\sim S$ , a qual é formada pela conjunção das particulares menores ( $\sim s_2$  e  $\sim s_1$ ), isto é,  $\sim S = \sim s_2 \cap \sim s_1$ . A disjunção é uma operação semiótica que distingue os semas, estabelecendo-se assim a significação por meio de aspectos variáveis a essas estruturas elementares; do outro lado, a conjunção se dá pela apreensão de aspectos comuns a esses semas. Isso perfaz o eixo semântico que, segundo Lopes (2007, p.314), “é o lugar virtual em que se articulam os polos opostos criadores de significação”, cuja função “é a de totalizar as articulações (opostas) que lhe são inerentes, implicando-as”.

### **2.1.2 As bases lógicas e a análise semiótica**

A Lógica Moderna, sob a impulsão dos trabalhos de Frege, redimensiona as categorias da Lógica Formal, por meio de constructos simbólicos, que ampliam o alcance das categorias universais aristotélicas, saindo do campo das proposições, o que limitavam sua aplicação, potencializando seu uso em outros campos do conhecimento, pois a linguagem simbólica sai dos limites linguístico-culturais e abraça uma linguagem mais universalizante – de natureza lógico-matemática.

Assim, na contemporaneidade, os fundamentos estruturais tomados da lógica tradicional confluem para o campo de uma nova ciência, forjada nos conceitos inovadores da lógica simbólica, denominada de Semiótica. Na busca, então, de uma metodologia que dê conta do estudo, da análise e da constituição da ciência semiótica, no campo dos estudos textuais, os linguistas e semiólogos, nos anos 1960, utilizaram-se dos pressupostos da lógica formal – tomando-se como base o quadro de oposição - , aliando-os ao corpo conceitual já trazido por Saussure e seus colaboradores.

A Semiótica é conceituada, de forma geral, como a ciência que trata dos signos, na teoria do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), e que equivale à lógica. Esse conceito foi forjado a partir dos estudos da Lógica Formal, influenciando posteriormente o campo da filosofia da linguagem, principalmente nos trabalhos da segunda fase do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), conhecido como “segundo Wittgenstein”, bem como a escola pragmática americana.

Na perspectiva de Peirce, o signo não é uma entidade independente, essencialmente única e concreta, mas trata-se de uma composição relacional de

fenômenos (referencial), a qual ele denomina de “primeiridade”, “secundidade” e “terceiridade”, conforme apresenta em seus *Escritos Publicados*, de 1869, que compõem os *Escritos Coligidos (Collected Papers)*,

Ora, um signo possui três referências: primeiro, é signo para algum pensamento que o interpreta; segundo, é signo para algum objeto que lhe equivale nesse pensamento; terceiro, é signo sob algum aspecto ou qualidade que o liga ao seu objeto. (PIERCE [1869], 1980, p.73)

Essa assertiva pierciana fundamenta a idéia de signo enquanto processo, enquanto movimento, uma vez que sua compreensão é cunhada tomando-se como princípio a ação do pensamento tanto em sua formulação quanto em sua exteriorização, haja vista que “todo o pensamento, portanto, deve necessariamente existir em signo” (PIERCE [1868], 1980, p.68) e só pode ser conhecido quando exteriorizado.

Tal idéia de que o signo é uma composição e não algo simples e único, como também só é possível no processo relacional desses elementos que o compõe, não pertencia apenas a um determinado grupo de pensadores, mas permeava também outros campos do saber. Vê-se, por exemplo, que simultaneamente aos estudos semióticos piercianos, o linguista genebrino Ferdinand de Saussure (1857 - 1913) constrói o arcabouço teórico do que equivaleria ao estudo sígnico, no campo especificamente da linguagem, ou seja, a semiologia, ciência esta que se preocupa com “os signos no seio da vida social” (SAUSSURE [1916], 2003, p.24). A ciência linguística, assim, estaria edificada sob a égide do estudo sígnico, pensado a partir da construção teórica do isolamento do objeto linguístico: a língua.

A Linguística, desde que atingiu o *status* de ciência, por meio dos estudos do Círculo de Praga no início do século XX, quando Saussure definiu precisamente o conceito e “isolou” o objeto de estudo (língua), estabelecendo as dicotomias fundamentais (*langue/parole*), vem sofrendo importantes mudanças no que diz respeito ao que se entende sobre linguagem. Antes se prendia ao campo epistemológico do Estruturalismo que considerava a língua como um sistema abstrato distinto da sua materialidade que seria a fala, não importando as condições socioculturais e mesmo históricas. Posteriormente, ampliando-se a concepção de linguagem, influenciada pela vertente filosófica do campo social, a Linguística adquire um novo perfil científico, no qual se enquadram conceito diverso de língua e a importância da subjetividade humana no processo comunicativo. As demais ciências humanas buscam, então, na ciência da linguagem, legitimidade para analisarem o homem em seu processo interativo, evidenciando as tessituras ideológicas que perpassam pelo fenômeno da linguagem, como também formas sutis de poder que a ela subjazem.

As teorias em torno do que se concebe como texto e processo comunicativo também sofrem significativas mudanças, mais especialmente aquelas voltadas ao sentido das sentenças e até mesmo do texto como um todo. Pode-se citar propriamente a semântica e suas formas de abordagens do que de fato seja sentido ou significado, desde sua concepção, no século XIX, com Michel Bréal.

Um contributo importante para o estatuto sógnico foi a redimensão conceitual que o dinamarquês Louis Hjelmslev (1899-1965) trouxe ao entendimento do signo. Ampliando a abordagem saussuriana, Hjelmslev propõe à constituição sógnica o conceito de **forma** e **substância**, contrapondo à noção bilateral entre o significante e significado, uma vez que para cada conceito desse proposto, ou seja, **forma** e **substância**, existe uma contrapartida de **plano de conteúdo** e **plano de**

**expressão**, complexificando, assim, a estrutura sígnica, transcendendo-a para uma dimensão funcional, isto é, do papel que exercem mutuamente no campo da significação, sem perder de vista, entretanto, seu fundamento que é a relação indissociável de ambas (forma e substância) para se estabelecer a noção de signo.

Para tanto, deixaremos de falar, por ora, em signo, pois não sabemos o que são, procuraremos defini-los, a fim de falar daquilo cuja existência constatamos, isto é, a *função semiótica*, situada entre duas grandezas: *expressão* e *conteúdo*. (HJELMSLEV, [1961], 2006, p.53).

Na teoria hjelmsleviana do signo, já se delineia a teoria semiótica no campo da linguagem, lançando as bases os estudos que possam confluir as propostas do estudo argumentativo, baseados na lógica formal e na apreensão do sentido elementar não nos signos em si, mas na concatenação entre os mesmos, já apontando para uma relação de sentido.

O aspecto funcional do signo, como também sua dimensão complexa, tem raízes na base conceptual de língua admitida por Hjelmslev, a qual apresenta, diferentemente de Saussure, que a língua não é um “sistema de signos” (SAUSSURE, [1916], 2003), mas sim um “sistema de figuras”, cuja arrumação gera signos. É válido ressaltar que Hjelmslev não contraria a definição de língua do mestre genebrino, mas sim a toma como ponto de partida para sua análise linguística, problematizando-a, quando afirma: e “contentar-nos-emos com esta colocação inicial e tentaremos sobre essa frágil base, decidir em que medida é verdadeira a proposição segundo a qual uma linguagem é um sistema de ‘signos’” (HJELMSLEV, [1961] 2006, p.49).

As figuras, assim, seriam como unidades elementares da língua, consideradas não signos, a exemplo dos fonemas, e que formam as estruturas últimas do alicerce semiótico, pois, segundo Hjelmslev ([1961] 2006, p.51), “Tais não signos que entram como partes de signos num sistema de signos serão denominados *figuras*, denominação puramente operacional que é cômodo introduzir”.

Nessa direção dos estudos sígnicos, Greimas, na década de 1960, propõe um novo olhar sobre os estudos no campo da linguagem (semiótica), não a tomando como um “sistema de signos e sim como sistema de significações, ou melhor, de relações, pois a significação decorre da relação” (BARROS, 1988, p.13). Para além do signo, mas sem desconsiderar os aspectos adjacentes ao sentido, como a história, por exemplo, o enfoque semiótico de Greimas ([1966], 1976) propõe uma abordagem do significado baseada na análise do encadeamento dos signos, enquanto exercício efetivo da linguagem no plano da expressão e da comunicação.

As suas abordagens, em torno do sentido que um texto veicula, estão assentadas numa semântica estrutural, na qual é possível se verificar o sentido em dois planos basilares: o plano da expressão e o plano do conteúdo. Assim, segundo Greimas ([1966], 1976), é possível se entender o percurso gerativo do sentido numa produção discursiva sem, entretanto, necessariamente desconsiderar os elementos extralingüísticos, a saber o contexto sócio-histórico e a ideologia, bem como para qual sentido ambos apontam.

Ainda no campo da discussão da significação greimasiana, é interessante notar de que forma a teoria afirma como o microuniverso semiótico se exterioriza nas manifestações discursivas, isto é, no plano mais externo, mais perceptível, por meio de um constructo teórico (seus constituintes sêmicos) que, analogamente a

Hjelmslev, são denominado de **figuras**. Em que pese as confluências teóricas entre esses dois linguistas, a noção de **figura**, na teoria greimasiana, extrapola a dimensão conceitual hjelmsleviana, uma vez que Greimas ([1966], 1976) a apresenta não como um “não signo”, mas como um “lugar” que acolhe valores sêmicos, hierarquicamente dispostos nos níveis isotópicos (um nível de leitura possível do discurso, o qual se articula com outros níveis compondo um conjunto linguisticamente homogêneo que é o texto), evocando o texto poético (denominado por ele como “manifestação mítica”) como um forma ideal de percepção das **figuras**, pois esse tipo textual consegue a significação pela articulação dos entre os sentidos literal e não-literal, por exemplo.

O papel das figuras, nesse tipo de manifestação mítica, é duplo: de um lado, elas contêm os semas constitutivos da isotopia poética; de outro lado, servem de relés sêmicos, isto é, de lugares onde se efetuam as substituições de certos semas por outros. (GREIMAS [1966], 1976, p.178)

Entendendo-se que o signo, visto aqui no campo verbal, re-presenta o mundo e não define de modo preciso, a semiótica se apresenta como uma possibilidade de interpretá-lo e, mais precisamente, no âmbito do discurso, a ciência dos signos se faz ainda mais necessária, pois é pelas análise das estratégias narrativas que se pode acompanhar e entender o “sentido pretendido”.

A partir dessa postura, as palavras isoladas não são donas de si mesmas, não possuem uma significação estática, fixa, unívoca, mas sim precisam ser vistas dentro de uma teia complexa de relações que é o texto. Acrescem-se a isso os diversos sentidos que podem estabelecer, a partir dessas relações que entram

umas com as outras, como bem assevera Hjelmslev ([1961] 2001, p. 50) que “considerados isoladamente, signo algum tem significação”.

Essas relações são fruto de convenções dentro de uma comunidade e que implicam diretamente no grau de comunicabilidade que veiculam, pondo, no jogo da linguagem, o elemento significante e o significado, ou seja, “é a relação, portanto (um elemento ideológico), que engendra a semiose intrassígnica, possibilitando ao significante denominar um sentido, e ao significado definir uma denominação”. (LOPES, 1978, p.7).

A compreensão de relação, nessa dimensão, não deve prescindir também da noção de **função**, noção essa, atrelada a de **objeto**, trazida pela Lógica Moderna, em substituição às categorias formais aristotélicas (Lógica Formal) de **sujeito** e **predicado**. Ora, relacionar-se é, sobretudo, estabelecer um dinamismo com os constituintes de uma dada estrutura, por exemplo, a língua. A função não é só compreendida como o papel que esses constituintes desempenham num determinado contexto de língua, no qual estão inseridos, mas e principalmente como se dá essa função, ou seja, se interna ou externamente ao signo. Assim, a função semiótica se define tanto pelas relações entre os “funtivos”, que são componentes sígnicos, na abordagem hjelmsleviana, isto é, a “expressão” e o “conteúdo”, quanto entre os signos entre si. Os funtivos ainda desempenham um outro papel bastante relevante no que tange à composição relacional, configurando-se numa conjunção que faria parte do “processo” da língua e de disjunção que faria parte do “sistema” da língua. Por exemplo, esses termos que “contraem função” associativa (conjuntivas) **processam** a formação de palavras numa língua; já os termos que contraem função dissociativa, com alternância numa língua, configuram-se numa relação de disjunção, formando o sistema da língua, como no caso do inventário dos

fonemas de um sistema linguístico que distingue uma consoante de uma vogal. (HJELMSLEV, ([1961] 2006).

O aparato metodológico no campo da semiótica estrutural valoriza e re-dimensiona a noção de **relação** o que, além de sustentar todo corpo teórico, introduz e principalmente define o termo semiótica, entendida como, na verdade, uma semiose, ou seja, uma relação sígnica. A semiose, na verdade, é a própria linguagem, uma vez que essa só é possível pela ação, ou melhor, pela função dos signos, e esses só se estabelecem pela relação entre os seus próprios constituintes (expressão/conteúdo em Hjelmslev; significante/significado em Saussure), assim, “qualquer ato de linguagem, por exemplo, implica uma semiose” (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008, p.448).

A dimensão relacional, na semiótica textual, não se limita apenas aos constituintes sígnicos nem às categorias linguística (morfologia, semântica etc), mas alcança o mundo exterior, da realidade imediata, no qual a ferramenta linguística circula. A inter-relação entre o mundo natural e o mundo cultural só é possível e, na verdade, só se distingue com a ação semiótica (semiose), tomando-se o ato interpretativo como também um ato de linguagem gerado pelo fluxo de signos por parte do “locutor” (GREIMAS, [1966], 1976). A ação semiótica permite que se instaurem valores e modos de percepção dessas realidades, dando-lhes materialidade e exterioridade por meio “manifestações das significações” possibilitadas pelos lexemas. Esses, por sua vez, também são constituídos pelas relações internas de seus termos (semas), os quais, no uso contextual, promovem o ato comunicativo.

Analogamente aos feixes distintivos, no campo da fonética, que distinguem os sons entre si, como também a significação que veiculam pela sua comutação, os semas

possuem esse conjunto de características particulares que formam e semantizam o lexema, permitindo sua aplicação em contextos linguísticos apropriados, uma vez que o “lexema é o lugar de manifestação e de encontro de semas provenientes sempre de categorias e de sistemas sêmicos”. (GREIMAS, [1966], 1976, p.52).

Recorrente e não menos interessante essa definição de Greimas a respeito dos lexemas, apresentando-o como um “lugar de manifestação e encontro”. A introdução dos aspectos espacial e temporal feita ao lexema lança-o para muito além de uma mera entidade linguística isolada ou dicionarizada, amplificando e muito o seu alcance de significação, a exemplo da compreensão ordinária de “palavra”, conforme o citado autor, quando esse assevera que o “lexema é igualmente um lugar de encontro histórico (...)”; que “é da ordem do acontecimento e se encontra, como tal submetido à História”. (GREIMAS, [1966], 1976, p.53).

A dinamicidade espaço-temporal do lexema evoca aspectos que transcendem sua condição de componente estrutural de um determinado sistema linguístico, os quais possibilitam as relações de significação por meio de investimentos axiológicos originários do mundo circundante, a ideologia, o que caracteriza fundamentalmente o mundo cultural que é o mundo da linguagem.

Dessa forma e de acordo com o alcance da dimensão relacional do signo no discurso, vê-se, também, que não só os indicadores linguísticos são necessários para se fazer o esquadramento semiótico, mas também os aspectos adjacentes à materialidade linguística (o texto), representados pelas relações sócio-históricas e, sobretudo, ideológicas, das quais o sujeito da linguagem faz parte. A palavra, assim, adquire um *status* diferenciado daquele garantido pela gramática e/ou pelo dicionário, haja vista sua lapidação histórica e incrustações ideológicas, o que,

segundo Vogt (1990), e numa perspectiva mais ampla de linguagem, permite com que o “ser” da linguagem e essa mesma (a linguagem) façam parte de uma mesma condição de existência.

O homem, carregado das relações deste universo de significações culturais, é ele próprio um signo constantemente interrogado por suas ações e constantemente voltado para a interrogação dos signos, que são a linguagem. (VOGT, 1990, p.72)

Greimas ([1966], 1976) defende uma análise semiótica construída nos processos relacionais identificados ao longo do percurso textual ou discursivo, ou melhor, “o nível semiológico constitui, pois, uma espécie de significante que articula o significado simbólico e o constitui numa rede de significações diferenciadas” (GREIMAS, [1966], 1976, p.91). Daí surge o que se consolida como o fundamento da semiótica greimasiana que é o **percurso gerativo de sentido**, o qual pretende explicar a produção de sentido por meio de uma sucessão de três níveis, saindo (partindo) do mais abstrato para o mais concreto, do mais profundo para o mais superficial.

A noção de percurso gerativo é fundamental para a teoria semiótica. Prevê-se a apreensão do texto em diferentes instâncias de abstração e, em decorrência, determinam-se etapas entre a imanência e a aparência e elaboram-se descrições autônomas de cada um dos patamares de profundidade estabelecidos no percurso gerativo. (BARROS, 1988, p. 14)

Conforme Barros (1988), cada um desses níveis é passível de ser descrito, salientando-se também que esses níveis são compostos por uma gramática que comporta uma análise sintático-semântica, ou seja, os dois primeiros estão no

âmbito das estruturas semio-narrativas (semântica e sintaxe fundamentais e narrativas) e o último, nas estruturas discursivas (semântica e sintaxe discursiva).

### 2.1.3 Os planos semióticos

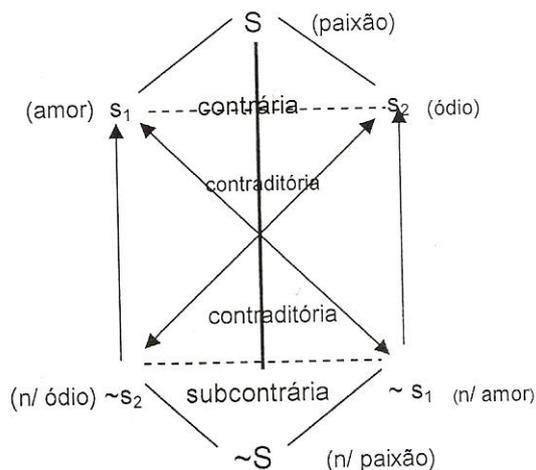
O nível fundamental é a primeira instância do percurso gerador de sentido, de base lógico-conceptual, o qual visa demonstrar como se apresenta e funciona o processo de significação. Para Greimas ([1966], 1976), a significação, que se estabelece através dos termos, nessa primeira etapa de interpretação, e que emerge do nível profundo, só é possível pela oposição de sentido. Essa compreensão opositiva é visível e materialmente analisável quando transposta à estruturação lógica, no quadrado de oposição, a partir de uma apropriação das categorias lógico-aristotélicas e das formulações conceituais básicas. Assim,

A sintaxe da gramática fundamental de nível profundo é o lugar em que a significação adquire uma primeira configuração do microuniverso categorial que se costuma diagramatizar na forma de um quadrado semiótico; aí a significação tem um modo de existência puramente virtual. (CORTINA; MARCHEZAN, 2005, p.402)

Segue, de forma esquemática e abrangente (para o nível profundo) a disposição e a relação dos termos elementares no quadrado semiótico, no qual os itens estabelecidos como  $s_1$  e  $s_2$  são as unidades mínimas de significação (os sema) e que perfazem o eixo semântico de significação (S) numa relação hiponímica, ou seja, os termos menores compõem a significação do termo maior. Cada item ocupa um vértice no quadro opositivo, tendo um co-relato nos eixos da contradição, isto é,  $\sim s_1$  e  $\sim s_2$  e que também compõe hiponimicamente o eixo semântico ( $\sim S$ ).

Para uma melhor elucidação do hexágono semiótico, em uso no nível profundo, são atribuídos aos itens valores semânticos ilustrativos para efeito técnico feitos pela autora.

Figura 04. Hexágono lógico adaptado



Fonte: Adaptado R. Blanché (1969 *apud* VOGT, 1990, p.118)

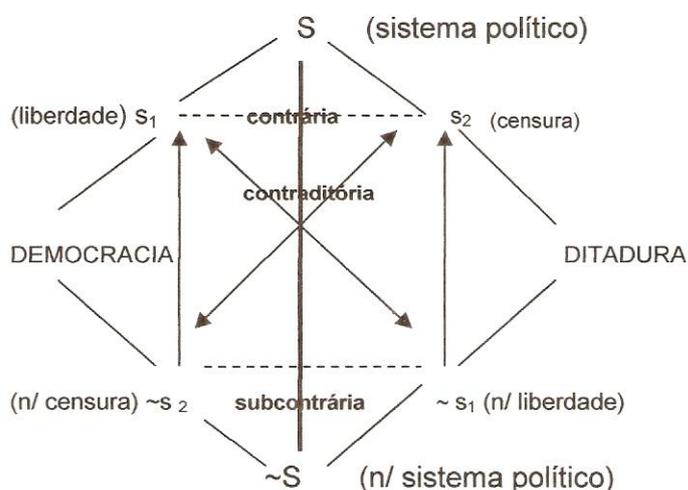
No hexágono lógico-semiótico, em contrapartida, percebe-se, além da relação hiponímica entre os termos elementares, também a relação hiperonímica, na qual os termos universal e particular são compostos pelos termos elementares dos eixos das contrárias e subcontrárias respectivamente.

No plano de análise estrutural dos discursos políticos a oposição entre os termos-objetos como **liberdade** e **censura**, **democracia** e **ditadura**, **socialismo** e **capitalismo** são recorrentes. Nos discursos, que fazem parte do *corpus* dessa tese, não é diferente, pois foram produzidos num momento histórico da política brasileira bastante peculiar (após golpe de 1964) e que apresentam sempre atos contestadores às ações dos governos militares, secundados pelo fato de ser o autor um militante de partido de esquerda.

Nesses discursos, a temática da liberdade de expressão e de ação política está sempre presente. Assim, na transposição das proposições categóricas de forma típica para os sememas axiologizados, na base quadrática do hexágono lógico, a operação matemática é realizada não apenas pelas oposições desses termos que contrapõem a idéia de **liberdade**  $s_1$  e  $s_2$  (p.e. democracia x ditadura respectivamente), no eixo horizontal das contrárias e subcontrárias, mas é afirmada e negada, no eixo vertical das subalternidades, pois  $s_1$  e  $\sim s_2$  (democracia e n/ditadura) **Afirmam a liberdade**, como  $s_2$  e  $\sim s_1$  (ditadura e n/democracia) estabelecem a **negação** da **liberdade**, ficando as relações hiponímica e hiperonímica (S e  $\sim S$ ) como “sistema político” e “n/sistema político”.

A representação da figura que segue foi concebida para dar conta, num mesmo traçado geométrico, as possíveis leituras (relações opositivas), tomando-se como base a perspectiva adotada, p.e., se se toma a perspectiva das relações **hiponímicas** e **hiperonímicas**, lê-se a figura na vertical; por outro lado, se se toma a perspectiva da **afirmação** ou **negação** das subalternas, lê-se, então, na horizontal.

Figura 05. O octógono lógico



A partir da figura acima, é possível verificar que a semântica do nível fundamental é conseguida pelo processo de oposição dos sememas, os quais direcionam o sentido constitutivo do discurso, num processo relacional de conjunção e disjunção com o objeto. Nos discursos do ex-Deputado, há prevalência do paradoxo binário entre **liberdade** e **censura**, estabelecendo um estado conjuntivo com a **liberdade** e tudo que esta representa politicamente, num Estado coercitivo, como a **democracia**, já que o protagonista era um militante de esquerda e crítico do sistema militar de governo. Por outro lado, estabelece uma relação disjuntiva com a **censura** e todas as ações que a representam como os obstáculos do exercício dos direitos civis, representado pela **ditadura**.

Fazendo um pequeno aparte na discussão da passagem do nível elementar para o intermediário, é interessante notar como esses termos, no plano da estrutura fundamental, se convertem em “valores” para constituírem o plano semiótico subsequente que é o nível narrativo. Essa transição de um nível a outro, na verdade, só é possível pela percepção que se tem desses constituintes elementares, que, segundo Greimas e Courtés ([s/d], 2008, p.393), faz parte de uma categoria psicofisiológica, a proprioceptividade, que “serve para classificar o conjunto das categorias sêmicas que denota o semantismo”. No plano mais interno, esses termos fazem parte da categoria interoceptiva, aqueles que fundamentam o processo semiótico; já os termos que estão no nível mais superficial, fazem parte da categoria exteroceptiva, ou seja, aqueles que dão sentido ao discurso, pois, além de se encontrarem investidos de valores culturais e ideológicos, estabelecem uma teia de relações que promovem a construção do(s) significado(s).

De acordo com Petitot (1977), trazido por Lopes (2006) num artigo sobre a “noção de profundidade”, a construção e percepção do sentido se dão pelo processo de

“conversão”, o qual se caracteriza pelas transformações que as estruturas mais internas sofrem para chegarem até ao nível mais externo que, nessa abordagem, é o nível semionarrativo. A conversão, dessa forma, para o citado autor, caracteriza-se por três aspectos transformacionais que são a “conversão formal”, passagem de uma “leitura paradigmática” (seleção dos termos) para uma “leitura sintagmática” (relação de sentido estabelecida pelos termos); “conversão por dualidade”, que seria a ocupação dos termos profundos (semas) nas funções posicionais de sujeito e objeto (actantes) o que configuraria, no enunciado elementar, nas relações juntivas entre esses termos e, por último, a “conversão metapsicológica” que diz respeito ao campo da intencionalidade narrativa e os respectivos valores atribuídos aos termos-objetos e como esses caracterizam as relações de natureza fórica.

O nível elementar, ponto de partida do percurso gerativo, pode também ser estruturado a partir de componentes contínuos de significação e não só por oposição valorativa no quadrado. Esses componentes contínuos estabelecem, conforme Fontanille e Zilberbeg (2001), tensões (semiótica tensiva) que, no quadrado semiótico, substituem as relações de afirmação e negação por inflexões tônicas de intensidade extensividade (extensão). A significação, assim, é conseguida pela fluidez do sentido (direção), que vai se dando por uma gradação ou relação de forças entre a intensidade e a extensão que os termos-objetos realizam, ou seja, eles não se apresentam como pontos bipolares no processo de significação, mas sim como forças relacionais (tensões) de sentido.

Na próxima seção, é melhor discutido o fenômeno perceptivo, mas já pode ser adiantado que o conceito de “presença”, conforme Fontanille (2007, p.47), é fator decisivo na elaboração dos componentes contínuos de significação, haja vista que “a presença, qualidade sensível por excelência, é uma primeira articulação semiótica

da percepção”. É a percepção da “presença” que afeta os sentidos, gerando com isso para o observador a própria sensação da presença de “algo” e a posição que este “algo” ocupa.

A introdução do conceito e das interferências de “presença”, nas abordagens semióticas, remonta ao seu arcabouço primordial, que marca o fundamento da linguística estrutural, que é a articulação do eixo das coordenadas sintagmática e paradigmática. Trata-se, portanto, de uma dicotomia saussuriana exemplar, já que é a base do sentido na teoria linguística de natureza estruturalista, cuja relação entre “presença” e “ausência” compõe o eixo das simultaneidades e das sucessividades, coordenando, assim, a significação.

A operacionalidade desses eixos se viabiliza pela “presença” (escolha) de itens lexicais, p.ex., os quais compõem o eixo sintagmáticos, mas que só se presentificam com a “ausência” necessária de outros itens lexicais, que perfazem o eixo paradigmático.

Essa dualidade “presença” x “ausência” estabelecem os níveis de percepção e de isotopias possíveis no processo interpretativo-semiótico daquele objeto que se configura como a materialidade linguística (o texto), engendrando os modos e as formas de como os constituintes semióticos, sujeitos e objetos, entram ou não em junção, bem como estabelecem relações “afetivas” (euforia e disforia) com esse mesmo objeto.

Seguindo o percurso de geração de sentido, na análise do nível narrativo, observam-se as possibilidades relacionais entre sujeito e objeto-valor no âmbito da narratividade. Mas o que seria o objeto-valor? Ou melhor e primeiramente o que seria **objeto**?

Faz-se necessário salientar que a percepção de **relação** é fundamental para se definir o que é o **objeto**, uma vez que esse só existe num processo relacional com o sujeito que o reflete, ou seja, a relação entre o “sujeito cognoscente” e o “objeto cognoscível”. Assim, num paradoxo aparente, o objeto só é apreensível na medida em que se relaciona com aquele que lhe dá existência, conforme se observa na abordagem estrutural do termo, a qual assevera que

(...) só a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento os institui como existentes e distintos um do outro: atitude que parece totalmente de acordo com a abordagem estrutural da semiótica. (GREIMAS; COURTÉS, [s/d], 2008, p. 346).

Para a semiótica estrutural, o **objeto**, então, é definido como uma “posição”, como um “espaço” que é “ocupado” quando este recebe investimentos semânticos no processo de interação com os “sujeitos do fazer e de estado” o que, no plano da narração, são denominados como actantes.

As relações tímicas (euforia/disforia), estabelecidas nesse tipo de discurso e alicerçadas pelos semas axiologizados no quadrado semiótico, demonstram como essas relações acontecem por meio da conjunção e da disjunção com esse objeto, mediadas por função matemática que ancora os sujeitos narrativos a seus estados e modos.

Uma função lógico-matemática se caracteriza por ser “um tipo muito particular de relação” e que estabelece entre dois conjuntos (A e B, p.ex.) uma relação exatamente proporcional entre seus constituintes, ou seja, “deve haver no conjunto B exatamente um elemento para cada elemento em A”. (MORTARI, 2001, p.54). E é no Programa Narrativo (PN) que esse tipo “particular de relação” vai desempenhar

um papel importante, conectando os actantes (objetos-valores, “Ov”, aos seus respectivos sujeitos,  $S_1$  e  $S_2$ , de fazer e de estado), conjuntando-os, numa relação eufórica, ou disjuntando-os, numa relação disfórica, o qual configura a sintaxe elementar desse nível de significação (enunciado elementar), que, segundo Barros (2005, p.17), estabelecem “duas diferentes relações ou funções transitivas, a *junção* e a *transformação* e, portanto, duas formas de enunciado elementar”, como segue:

$$PN = F[S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v)] \text{ ou } PN = F[S_1 \rightarrow (S_2 \cup O_v)]$$

Nesse plano de análise semiótica, é relevante comentar que as funções transitivas podem ser agenciadas também pelo mesmo sujeito, compondo uma outra possibilidade de significação estabelecida pelos sujeitos da narrativa. O sujeito do fazer ( $S_1$ ) pode ser o mesmo de estado ( $S_2$ ) que, numa dimensão reflexiva de “ação”, transforma-se e qualifica-se ao mesmo tempo, ficando, assim, o programa narrativo, em sua estrutura lógico-matemática, idêntico como acima citado, mas sem perder de vista que os sujeitos são os mesmos, tanto do “fazer” quanto de “estado”.

Comparando-se os dois primeiros planos de análise semiótica, fundamental e narrativo, pode-se observar que, no primeiro nível, a sintaxe é formada pela planificação dos semas que marcam axiologicamente o texto, estruturando-se o sentido apenas pelas relações opositivas que os mesmos estabelecem entre si na figura lógico-matemática. Já no plano subsequente ao fundamental, a sintaxe é marcada fundamentalmente pela ação transformadora de um dos actantes - o sujeito do fazer. Em ambos os programas, acima descritos, a relação de implicação matemática, simbolizada pela seta, além de configurar “uma relação particular” entre o conjunto domínio o seu contradomínio, indica, sobretudo, o ato transformador efetivo desse sujeito sobre os enunciados de estado juntivos.

As possibilidades mutantes do sujeito em relação aos diversos objetos, caracterizados pelo maior ou menor grau de conjunção ou disjunção, estabelecem modalidades de ação transformadora que são estudadas em quatro instâncias: contrato, competência, performance e sanção. Estabelecido um contrato de relação, o destinador da ação (detentor da competência) promove uma performance transformadora que altera o destinatário e gera uma sanção que pune ou recompensa sujeito e objeto.

Esse “ato transformador” das junções dos sujeitos com seus objetos-valores e a articulação com os aspectos contextuais, entendido aqui não só como os fatores do “mundo externo” como sócio-histórico e ideológicos, mas também “como um texto maior, uma totalidade de significação, no interior do qual cada texto cobra sentido” (BARROS, 1988, p.142) e alicerçados pelas relações fundamentais, se materializa, ganhando visibilidade e inteligibilidade, na última instância do percurso semiótico, que é o plano discursivo. E é, assim, segundo Barros (2005, p.52), que as “estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação”.

Na dimensão discursiva - o mais concreto e mais superficial nível da análise greimasiana - os valores e a temática textual dão lugar ao estudo da figurativização. É o tempo-espaço, quando-onde os atores utilizam-se de múltiplas estratégias (retóricas, dramáticas, simbólicas, etc...) para atingirem seus objetivos interacionais e, conseqüentemente, comunicativos.

Como, para cada nível desses, há um componente sintático e um componente semântico, as análises podem ser realizadas não apenas no nível vocabular, mas também nas relações que esses vocábulos entram entre si, bem como nas

estruturas maiores que compõem, ou seja, nas relações inter-oracionais. Assim, o sentido é perseguido pelo encadeamento que esses componentes narrativo-discursivos apresentam em forma de um conjunto de regras que direcionam o significado.

É, no plano discursivo, instância mais próxima da manifestação textual, (BARROS, 1988) que se encontram concretamente projetadas as “formas narrativas abstratas” (FIORIN, 1997, p.31), as quais compõem a totalidade material do texto, isto é, a manifestação do processo relacional entre o plano de expressão e o plano de conteúdo. Nesse nível isotópico, ao tempo que convergem as materializações actanciais, temporais e espaciais, planificadas pelo processo da enunciação, essas materialidades também podem ser reconhecidas e exteriorizadas para “fora da instância da enunciação” (GREIMAS; COURTÉS, [s/d], 2008, p.160) pelo mecanismo da debreagem que ocorre nas três categorias do discurso explícito: actancial, temporal e espacial, projetando, assim, para além da enunciação, ou seja, no enunciado, um não-sujeito, um não-agora e um não-aqui respectivamente.

Importa compreender que a enunciação, tomada como uma instância mediadora entre as estruturas narrativas e estruturas discursivas (BARROS, 1988), permite instaurar (embreagem) e apreender (debreagem) os actantes no discurso, hierarquizando-os, a partir do grau de complexidade da narrativa, em que personagens entabulam diálogos, cujos conteúdos apresentam novas narrativas que se apresentam outros “personagens” e “enredos” e, dessa forma, constituindo uma rede de narrativas, conforme assevera Greimas e Courtés ([s/d], 2008, p.112),

a partir de uma estrutura de diálogo, um dos interlocutores pode facilmente ‘debrear’, desenvolvendo uma narrativa que instalará por sua vez, a partir de um actante do enunciado, um segundo diálogo, e assim por diante.

Os investimentos semânticos que revestem os actantes e as funções desempenhadas por estes, no nível subsequente ao da narrativa, constituem a gramática do nível discursivo (semântica e sintaxe), que pode ser operacionalizada tomando-se os eixos das coordenadas saussurianas, cuja coordenada paradigmática (eixo das sucessões) representa os valores (investimentos) atribuídos aos objetos (objeto-valor) e ao(s) sujeito(s), ou seja, a escolha valorativa dada a esses constituintes, e a coordenada sintagmática (eixo das simultaneidades) que estabelece as relações possíveis entre esses constituintes. A funcionalidade da gramática do nível discursivo é apreendida pela manifestação da interpenetração entre os eixos, gerando o todo textual, no qual se reconhecem figuras e tema.

A operacionalidade da gramática, nessa instância do percurso, permite a compreensão e a interpretação do “todo textual”, o texto em si, que é um “lugar” em que o(s) sentido(s) se manifesta(m). Por outro lado, essa mesma gramática constitui-se também numa “porta de entrada” em direção aos níveis que antecedem esse último plano, reconhecendo as posições de “pessoa”, “lugar” e “tempo”, até o plano fundamental em que se apreende os termos operacionais.

Os termos operacionais lógico-semióticos, assim, nesse plano de manifestação, já se encontram completamente revestidos por valores semânticos diversos, entrelaçados pelas funções e relações necessárias de significação, além das roupagens culturais e ideológicas que possibilitam o reconhecimento temático e a identificação com o mundo das experiências humanas.

O plano discursivo, dessa forma, se manifesta pela ação do sujeito da enunciação que seleciona e ordena os termos dêiticos, semânticos e semióticos, numa operação lógico-linguística, geradora de significação, a qual configura o discurso. Esse, por

sua vez, inserido num contexto de produção e relação, não prescinde de sua condição dialógica e intertextual (BARROS, 1988) que não só reflete os valores culturais e ideológicos, mas também transcende-os.

Nessa perspectiva, a proposta lógico-semiótica de análise textual, à luz da teoria greimasiana, apresenta uma linha teórico-epistemológica em fina sintonia com os pressupostos saussurianos, tendo a dimensão sígnica binária (sentido percebido pela oposição entre dois termos) como base estruturante fundamental para sua formulação metodológica (o quadrado de oposição), a fim de se erigir o projeto do percurso gerativo de sentido, o qual propõe uma hierarquia analítica que vai do nível mais simples ao mais concreto.

Esse projeto de análise do percurso de sentido é, na verdade, uma simulação do que se pode extrair como “sentido real” do discurso, ou melhor, do “efeito de sentido” que o texto apresenta, originando-se das bases fundamentais da língua, que estaria no plano da maior abstração teórica, como as dicotomias, até a materialização desse sentido em forma de um fluxo contínuo de sentido. É o “efeito de sentido” que dá a aparência de realidade textual, da qual é originária do somatório da ação racional humana sobre os mundos material e sensorial circundantes.

Conforme Greimas e Fontanille (1993), o fluxo contínuo de sentido que se manifesta sob a forma de texto, faz parte da eficácia (“regras operatórias de aplicação”) do simulacro metodológico de análise semiótica, o qual é perpassado e entrecruzado por uma cadeia de processos que se superpõem e se complementam para atingir a significação. Tal cadeia é formada pela articulação entre os processos de virtualização, atualização e realização que se apresentam no plano da narrativa, quando sujeito(s) e objeto(s) estão, primeiramente, no plano da virtualidade (“estado”

anterior aos modos de junção), e se presentificam nos modos como se atualizam e realizam, segundo as formas junção, ou seja, “a disjunção atualiza sujeitos e objetos, a conjunção os realiza”. (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008, p.46). Assim, a semiose é também um simulacro, já que se trata de um processo e não de algo acabado, como também é a interpretação.

Conceber a teoria semiótica sob a forma de percurso consistente, portanto, em imaginá-lo como um caminho marcado por balizas, é verdade, mas sobretudo como escoamento coagulante do sentido, como seu espessamento contínuo, partindo da imprecisão original e “potencial”, para chegar, através de sua “virtualização” e de sua atualização, à fase da “realização”, passando das precondições epistemológicas às manifestações discursivas. (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p.12)

A significação, então, não é dada de forma estática pela simples análise dos valores semânticos das categorias envolvidas, mas sim atravessada por uma postura crítica de análise que leva em consideração a geração de sentido e seu percurso na tessitura construída pela linguagem, tessitura essa que, de acordo a definição dos semioticistas Greimas e Courtés ([s/d], 2008), pode ser comparada a uma “massa folheada” que se forma pela superposição dos níveis de profundidade (do abstrato ao concreto).

O aparato lógico matemático, base teórico-epistemológica do esquema de análise semiótica, constitui-se também em um simulacro, pois intenciona, a partir do jogo entre contrários, contraditórios e das implicações, “simular” uma realidade, baseada em argumentos logicamente válidos, isto é, revestidos de sentido “real” (efeito de sentido) e de verdade. Essa realidade pretendida, que pode ser na macro ou na microesfera das percepções, numa perspectiva de leitura mais englobante ou mesmo nos espaços linguísticos delimitados como o texto, se constrói por uma

aproximação teórica com os modelos matemáticos tomados, inicialmente, da Lógica Formal e reconfigurados nos modelos da Lógica Simbólica, cujo alcance teórico foi bem mais eficaz.

O modelo de análise semiótica, assim, faz-se por meio de uma “lógica das aproximações” que, conforme Greimas ([1976], 1993), é ofertada pela tensão consequente das relações entre os sememas que, analogamente, se equiparam às relações opositivas entre os termos categóricos formais, relações das quais se erige o simulacro semiótico, por uma aproximação das técnicas de formalização de interpretação do quadrado lógico que para Greimas ([1976], 1993, p.26) “permite considerara a possibilidade de uma **lógica das aproximações** que, tratando dos objetos com contornos aproximados, (...), seria tão rigorosa quanto à **lógica categorial**”.

Das considerações apresentadas nessa seção, nota-se que a dimensão complexa do discurso (texto), enquanto possibilidade expressiva e comunicativa, cuja realidade só é possível pela ação humana, não é menor para a constituição do corpo teórico-metodológico da ciência da significação. Na verdade, mesmo de base saussuriana, a semiótica textual consegue articular os pressupostos teóricos de uma linguística de caráter imanente, atrelada aos da lógica contemporânea, com vertentes da teoria linguística mais modernas que afirmam a impossibilidade de se analisar a língua distinta do homem.

## 2.2 ASPECTOS FENOMENOLÓGICOS E A SEMIÓTICA GREIMASIANA: UMA RELAÇÃO DE SENTIDO

### 2.2.1 Considerações filosóficas na semiose textual

*Ficamos ingenuamente espantados quando nos pomos a refletir acerca da situação do homem que de manhã à noite e da idade pré-natal à morte, é atormentado por significações.*

*(A.-J. Greimas)*

Compreender as teorias que dão conta do estudo sógnico, depende fundamentalmente de se levar em conta aspectos perceptivos que integram, numa mesma dimensão de sentido, o interpretante (sujeito cognoscente) e o “objeto” a ser interpretado (objeto cognoscível). E com a semiótica textual não poderia ser diferente, haja vista que esse campo de interesse da significação não prescinde do(s) sujeito(s) da linguagem nem da matéria mesma de observação (a língua) num processo mediado pelos sentidos que operam a ação complexa do interpretar.

A língua e sua dimensão discursiva e seus imbricamentos no campo comunicacional, que materializam a ação humana no mundo, levaram linguistas, filósofos e até mesmo cientistas sociais, no percurso da tradição científica ocidental, a perscrutarem sobre a linguagem como um arcabouço cultural estruturante do real e seu estatuto axiológico e relacional entre os homens.

As preocupações em torno das noções de percepção e sentido não são recentes, ao contrário já ocupavam as observações dos gregos da antiguidade clássica, especialmente em Platão [séc.V a.C] e Aristóteles [séc.IV a.C.], apresentadas sob a forma de estudos de categorias gramaticais, no qual se buscava entender a relação

entre o nome (denominação) e a coisa denominada, assim como se essa denominação estaria ligada à percepção de quem observa ou se a atribuição aparece no plano superficial das palavras daquilo que já está na essência do que se observa.

Em “A República”, no livro VI, Platão ([V.a.C], 1996), antecedendo as discussões posteriores do “mito da caverna”, nessa mesma obra, já problematiza, em sua dialética, as noções distintivas entre o mundo sensível (visível) e mundo inteligível, explicitando, por meio da metáfora do sol, num diálogo entre Sócrates e Glauco, como o mundo sensível é percebido pelo homem. No diálogo, Sócrates afirma que a percepção do visível só é possível porque os raios do sol atingem e iluminam as coisas; então, o homem, nessas circunstâncias, tem apenas uma percepção proporcional àquilo que é iluminado, e, em contrapartida, não percebe também o que não é dado ser visto pela luz solar. Nessa perspectiva, essa seria a condição humana, a percepção do mundo visível, “segundo sua claridade ou obscuridade relativa” (PLATÃO [V.a.C], 1996, p.313). Já no campo do mundo inteligível, este é pensado ou a partir das imagens do mundo percebido, por meio de hipóteses que levam às conclusões, dispensando-se as investigações do princípio absoluto; ou, sem levar em conta as imagens, parte-se a caminho da investigação do princípio, valendo-se apenas das próprias idéias. Apreende-se, então, a classe do inteligível quando,

\_\_\_ (...) a alma é obrigada a servir-se de hipóteses ao procurar investigá-la, sem ir ao princípio, pois não pode elevar-se acima das hipóteses, mas utilizando como imagens os próprios originais do quais eram feitas as imagens pelos objectos da secção inferior, pois esses também, em comparação com as sombras, eram considerados e apreciados como mais claros. (PLATÃO [V.a.C], 1996, p.315)

Na esteira do pensamento platônico, observa-se que o mundo circundante e o sentido de realidade que este apresenta ao observador, são, na verdade, fruto de uma percepção “falseada”, em sua origem, haja vista que este mundo, aparentemente tão real e sólido, é uma “cópia” do mundo ideal. Apresenta-se, assim, o simulacro da “idealidade”, entendida, neste contexto, como o mundo perfeito e original (mundo das idéias), do qual a percepção humana é incapaz de antever, restando-lhe sua “sombra” ou cópia como uma realidade mais próxima e possível, conforme Sócrates dialoga,

— (...) Chamo imagens, em primeiro lugar, às sombras; seguidamente, aos reflexos nas águas, e àqueles que se formam em todos os corpos compactos, lisos e brilhantes, e a tudo o mais que for do mesmo gênero, se estás a entender-me. (PLATÃO [V.a.C], 1996, p.313-314)

Acresce-se a esse entendimento as reflexões apresentadas em “o mito da caverna”, uma narrativa cujos personagens encontram-se agrilhoados, em um local subterrâneo (caverna), iluminados apenas por uma pequena fogueira e só conseguem ver as sombras projetadas nas paredes pela única fonte de luz disponível. Ora, tudo aquilo, então, que esses personagens denominassem ou mesmo nomeassem seria fruto da percepção dessas sombras, e mais, tais sombras seriam tomadas como a coisa real e não sua projeção por contraste de luz. A realidade percebida estaria, assim, na relação direta com esse ambiente e daquilo que circulasse nele, como também aquilo que se podia ouvir, ou seja, o eco das vozes que viam de fora seria percebido como som presente no ambiente.

Esse contexto narrativo exemplifica a fundação da idéia capital do platonismo que é a dualidade entre forma e ideia e, conseqüentemente, a instauração dos simulacros, isto é, das representações originárias da percepção das coisas mediadas pela linguagem, denominando-as ou nomeando-as e, dessa forma, construindo um sentido de realidade e possibilitando o estar no mundo nas suas mais diversas formas.

O simulacro, pois, interioriza as cópias e ícones, implicando num efeito de similitude tal que o sujeito observador não distingue as cópias das coisas, haja vista que ele mesmo (o sujeito observador) é elemento constituinte dessa experiência de simulacro.

(...) o simulacro implica grandes dimensões, profundidades e distâncias que o observador não pode dominar. É porque não as domina que ele experimenta uma impressão de semelhança. O simulacro inclui em si o ponto de vista diferencial; o observador faz parte do próprio simulacro, que se transforma e se deforma com seu ponto de vista. (DELEUZE, 2004, p.06)

A semelhança, portanto, com esse mundo ideal será representado pelas boas imagens ou ícones, fazendo da dissimulação o mundo das representações, pois, conforme Deleuze (2004, p.4), “se as cópias ou ícones são boas imagens e bem fundadas, é porque são sempre dotadas de semelhança”.

Dessa forma, a percepção é também algo que “falseado”, pois que advém também de um mundo “falseado” e não original. Entretanto, vale ressaltar, que perceber as coisas não é apenas compará-las ou mesmo tomá-las em sua materialidade, mas sobretudo identificá-las com a idéia que se tem das coisas, pois são as aquelas que

percebem e interpretam o mundo circundante e não as coisas em si. (DELEUZE, 2000)

Entender a noção de simulacro, a partir dessa dimensão platônica, torna-se questão central das discussões semióticas, uma vez que as relações conceituais entre imagem ícone e simulacros requerem um olhar mais atento nas pequenas variações de aplicação e denominação. A imagem e a cópia estabelecem uma espécie de relação identitária e com certa similaridade com a coisa representada, enquanto que a noção de simulacro interioriza a dissimilitude com a coisa representada, o que estaria mesmo na essência conceptual da dialética platônica (mundo das idéias e mundo das formas). O simulacro, então, é compreendido não como algo semelhante ao representado, mas como a internalização da corrupção e das imperfeições desse mundo original.

Se dizemos do simulacro que é uma cópia de cópia, um ícone infinitamente degradado, uma semelhança infinitamente afrouxada, passamos à margem do essencial: a diferença de natureza entre o simulacro e cópia, o aspecto pelo qual formam as duas metades de uma divisão. **A cópia é uma imagem dotada de semelhança, o simulacro, uma imagem sem semelhança.** [Grifo da autora]. (DELEUZE, 2000, p.05)

Como a percepção se dá mediante os sentidos que se traduzem por pensamentos, os quais se materializam como linguagem, esta, então, desempenha um papel fulcral na dinâmica perceptiva e mediativa do homem no mundo. Palco das relações e das significações humanas, presentifica e (re)presentifica os modos de estar no mundo, constituindo toda uma realidade imediata, que proporciona uma aparente relação direta com as coisas, pessoas etc., e, conseqüentemente, até mesmo com as sensações experienciadas, definindo-as, caracterizando-as e nomeando-as, como

por exemplo, saudade, ciúme, raiva, paixão etc. A linguagem, assim, realiza um simulacro, uma realidade construída por meio de um artifício simbólico, forjado nas relações sócio-culturais, no qual é possível significar ou dar significação, nessa mesma realidade, materializando, inclusive, o que se sente.

Ainda no viés das similitudes epistêmicas entre percepção e significação, Greimas ([1966], 1976, p.15) afirma, categoricamente, “com conhecimento de causa”, que considera a “percepção como o lugar não lingüístico onde se situa a apreensão da significação”. Ora, tal assertiva, além de corroborar o fundamento platônico, consegue estabelecer a interação fenomenológica e semiótica, apontando na direção de que é o homem o elemento primordial na operacionalização do mundo da significação, uma vez que é nele – o homem - que a percepção significativa, articulada e traduzida pela linguagem, acontece. Some-se a isso, ainda de acordo com Greimas e Fontanille (1993, p.15), a representação do estatuto “fenomenal e paradoxalmente ‘real’ ao mesmo tempo” do objeto semiótico, haja vista que a significação é simultaneamente um constructo do sujeito significante (aquele que atribui significado), como também a sua própria experiência de realidade.

O simulacro engendrado pela linguagem é, sob esse olhar, um modo de “existência semiótica”, uma forma de “ser” e de “existir”, cuja elaboração do sentido e, mais propriamente, da significação, emerge necessariamente dos sujeitos significantes, em suas manifestações discursivas. A semiose, assim, é condição necessária de existência do sujeito da linguagem que “pela mediação do corpo (...) percebe que o mundo transforma-se em sentido”; e mais, significando tudo que o rodeia, é “que as figuras exteroceptivas interiorizam-se e que a figuratividade pode então ser concebida como modo de pensamento do sujeito”. (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p.13)

Os mundos objetual e abstrato, nesse circuito de ação, não mais se apresentam, mas sim se representam, ou seja, adquirem existência significativa, na medida em que são apreendidos pelo homem, mais propriamente, quando se formula o conhecimento sobre esses mundos por meio da imaginação humana, mobilizando, dessa forma, recursos de natureza simbólica, como assinala Duran (1988, p.59),

as coisas só existem através da 'figura' que lhes dá o pensamento objetificante, elas são eminentemente 'símbolos', já que só se mantêm na coerência da percepção, da concepção, do julgamento ou do raciocínio pelo sentido que as impregna.

O sentido atribuído ao mundo circundante, elaborado por meio da racionalidade, no processo de semiose, em um trânsito simbólico, pode ser associado ao reconhecimento dos vários aspectos constituintes da vida pela consciência humana, produzindo um efeito de sensibilização do campo emocional do homem (foria), o que dispara o gatilho fórico, no processo de identificação dos valores objetuais ou abstratos, materializados pela linguagem, nesse campo de abordagem, entendido como semas.

Os semas, assim, para adquirirem sentido, se distinguiriam dentre outros, na composição inicial do percurso de significação, opondo-se e revelando-se ao sujeito interpretante por um processo, que de acordo com a perspectiva semiótica de Petitot (1977 *apud* LOPES, 2006, p.07), denomina-se de "pregância assemântica". Uma vez identificados, ou seja, sobrelevados, no conjunto sêmico, e topologicamente articulados na estrutura opositiva, por meio do processo perceptivo, esses semas operariam a significação, sintaticamente, em o nível subsequente, o que de fato, configuraria o sentido manifestado, que, de acordo com a perspectiva de Lopes (2006, p.08), "sua significação, inacessível por via direta, tem de ser encenada de

modo mediato pelos percursos sintáxicos da circulação dos objetos entre sujeitos (sintaxe narrativa)".

Tal percurso operatório, que se inicia em o nível fundamental e desemboca no discursivo, acontece mediante o fenômeno perceptivo dos semas, na primeira instância do percurso, que, por conversões subseqüentes, adquirem estatuto axiológico e figurativo, compondo, finalmente, o plano do percurso da significação mais superficial, a manifestação discursiva.

Ampliando-se a importância conceitual dos simulacros e apresentado-os, no campo da *práxis* semiótica, vê-se que, na perspectiva da "semiótica das paixões", Greimas e Fontanille (1993) salientam e evidenciam a centralidade do simulacro na operacionalização dos sujeitos modais, no qual se configuram as relações fóricas estabelecidas entre esses sujeitos.

No plano narrativo, por exemplo, o processo de modalização dos actantes é construído e manifestado por meio do simulacro existencial desses sujeitos e das ações desenvolvidas por ele. Essas ações e relações, pelo **querer**, que os actantes realizam, simulam o **fazer** e o **ser**, os quais geram os "imaginários passionais" que são os "espaços semióticos imaginários", cujo sentido é percebido no plano discursivo.

O exame dos simulacros existenciais modais conduz-nos, pois, a conceder um papel fundamental às cargas modais na constituição dos imaginários passionais: imiscuindo-se entre o enunciado narrativo e sua efetuação no discurso, a carga modal abre um espaço semiótico imaginário em que o discurso passional pode desfraldar-se. (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p.55)

É ainda no simulacro, na vertente da semiótica passional, que é exercida uma função interessante, conforme Greimas e Fontanille (1993), no tocante a ação debréatica dos sujeitos actanciais, uma vez que é, nesse espaço semiótico, que as relações entre sujeitos se realizam e podem se manifestar. Dessa forma é que se converte, no plano discursivo, os sentimentos (ciúme, medo, alegria etc.), virtualizados no plano imediatamente anterior ao plano superficial, o qual manifesta os efeitos entre os simulacros, tanto entre os sujeitos actanciais, quanto desses com o sujeito interpretante. Assim,

(...) toda comunicação é comunicação (e interação) entre simulacros modais e passionais: cada um dirige seu simulacro ao simulacro de outrem, simulacros que todos os interactantes, bem como as culturas às quais eles pertencem, ajudaram a construir. (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 59)

As relações tensivas, que se manifestam discursivamente, também ocorrem e ganham sentido, nesse “espaço semiótico”, elaborado pelo simulacro. As sensações produzidas pelos sujeitos semióticos, no campo fórico em junção com o(s) objeto(s) de valor, afetam a percepção dos sujeitos partícipes da semiose, cujos esquemas proprioceptivos encontram, dessa forma, sua realização por meio de “formas de vida” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001), as quais dão sentido ao fazer semiótico.

Ademais, o “espaço semiótico” possibilita a (re)dimensão do **fazer** das relações humanas, oriundas do campo macrossemiótico, o qual se materializa em narrativas axiologicamente investidas de sentido que traduzem uma certa coerência com as maneiras de vida presentes no mundo circundante, uma vez que “toda manifestação de uma forma de vida é então considerada como um condensado da forma de vida inteira”. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p.203)

Percebe-se, então, como a realidade fenomênica, nessa escolha de análise, além de complexa, desempenha papel importante e bastante peculiar na elaboração do sentido, como também este é elaborado, tomando-se o homem em seu conjunto social, cultural e ideológico e, sobretudo, emocional, entendido em sua esfera tímica (fórica) de ação perceptiva.

Como visto, a orientação semiótica, na abordagem fenomênica, desvela e revela os momentos quase que originais da significação, radicando-se na esfera dos conceitos e abordagens da linguística moderna e em seus desdobramentos e entrelaçamentos no campo das filosofias clássica e moderna.

### **2.2.2 Significação, interpretação e o paradoxo da palavra.**

A extensão da ação perceptiva abrange tanto a significação quanto o ato interpretativo, já que ambas fazem parte de uma mesma operação de linguagem, pois nada significa se não for, de alguma forma, interpretado.

A língua, e mais propriamente a palavra, nessa orientação, actoriza um papel fundamental na elaboração e materialização do pensamento humano, organizando e ordenando aquilo que é percebido e sentido e, conseqüentemente, possibilitando o processo da significação. Mas a palavras apenas fornece uma aproximação, no mundo da cultura, daquilo que é percebido pelo homem, dando a impressão, de fato, de ser a coisa percebida.

As línguas naturais conseguem muito bem criar essa “ilusão” perceptiva, uma vez que as mesmas constituem-se como conjunto significante (GREIMAS [1966], 1976). Ainda de acordo com Greimas ([1966], 1976, p.20), uma língua natural “pode ser

transposta e realizada numa ordem sensorial diferente”, ou seja, consegue traduzir, por meio de signos, outras formas de percepção, a exemplo dos sonhos (imagens oníricas).

Na atenção sobre a complexidade, que são as línguas naturais e seu constituinte sígnico, destaca-se, historicamente, F. de Saussure ([1916], 2006) que, em sua obra inaugural, *Cours de linguistique generale*, capítulo 3, apresenta o lugar que a língua ocupa nos fatos humanos, afirmando ser esta “um sistema de signos que exprimem ideias” e que os signos, portanto, são os mediadores da relação homem-mundo, possibilitando a manifestação e objetivação de ações de natureza subjetiva.

Como sistema metassemiótico, isto é, aquele que permite a interpretação a partir dos seus próprios constituintes (o signo), a língua desempenha um papel de excelência no processo mediador do homem-mundo e homem-homem, bem como da apreensão dos objetos que o cercam. Portador da linguagem e usuário desta, nas mais diversas situações da vida e no mais profundo e solitário ato de pensar até nas dimensões da comunicação coletiva, o ato hermenêutico do homem o faz diferente de outros seres da natureza transformando-o e transformando-se continuamente.

A perspectiva semiológica da língua não é pacífica, uma vez que se tornou tema de várias especulações em torno do valor social da língua e suas manifestações, principalmente no que tange à relação sentido e referência, ou seja, o sentido (significação) de um enunciado está vinculado necessariamente a uma “coisa” no mundo externo para o qual se refere? Ou contrário, como é possível a significação, o entendimento de um enunciado quando este a nada se refere no mundo exterior?

Interessa apontar alguns filósofos que se ocuparam com campo da linguagem e suas relações com o homem. No contexto histórico dessa abordagem temática, não se pode deixar de mencionar, mais uma vez, as preocupações de Platão (século V a.C) no *Crátilo*, tratado primevo sobre a relação linguagem e conhecimento, até as abordagens da Filosofia Lógico-Analítica com as *Investigações Filosóficas* (1953) de Ludwig Wittgenstein.

Ambas as obras, consideradas como pontos extremos, e não menos fundantes, de uma mesma reflexão na tradição do pensamento ocidental, problematizam aspectos fulcrais quanto à compreensão de como nomes (palavras) e coisas se ordenam no mundo por meio da linguagem e como o sentido se constitui a partir dessa relação.

Platão (V a.C), na obra supracitada, apresenta, utilizando-se do recurso metodológico do debate, uma apreciação crítica entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo sobre duas questões pontuais: uma de natureza lógica (se os nomes são frutos das convenções), tese defendida por Hermógenes, e outra de natureza ontológica (se os nomes representam essencialmente as coisas que nomeiam), tese defendida por Crátilo; a personagem socrática (Sócrates é investido daquilo mesmo que foi enquanto mestre) conduz o diálogo, sem perder de vista o caráter dialético das questões numa atitude provocativa e irreverente.

Nomear e significar já despontam, nessa querela filosófica, como uma das primeiras inquietações, de forma sistematizada e de natureza ontológica, sobre a linguagem e seu uso, haja vista que nomear e significar é, sobretudo, pô-la em funcionamento, criando condições únicas que faz distinguir os homens entre as coisas, e mais, segundo Pinheiro (2003, p.32), “admitir que essa remissão ao onto-ontológico, uma

vez referida ao conhecimento, constituirá o núcleo genuinamente platônico de uma análise da linguagem e da comunicação”.

As análises platônicas deflagram, assim, o que irá ser conhecido, ao longo de uma extensa trajetória, no campo da especulação filosófica sobre a linguagem, como uma preliminar reviravolta linguística na filosofia, consolidando-se, mais tarde (séculos XIX e XX), nos trabalhos dos pensadores lógico-matemáticos de Cambridge (Inglaterra), tendo como precursores os alemães Johann Gottlob Frege (*Conceitografia*, 1879), Bertrand Russell (*Princípios de matemática*, 1903) e Ludwig Wittgenstein (*Tractatus logico-philosophicus*, 1921). Pode-se acrescer a tal reviravolta, que não só especificamente no campo filosófico que se deram as mudanças de perspectivas investigativas, mas também no viés da tradição dos estudos das línguas naturais, quando o objeto de estudo (as línguas naturais) é alçado de um patamar histórico-evolutivo para uma abordagem imanente-sincrônica, sob a égide da ciência moderna de cunho estruturalista, no caso, a linguística estrutural saussureana.

Importa destacar, antes das breves considerações sobre as contribuições daqueles que pensaram a linguagem como uma alternativa possível para a compreensão do real, que o século XX despontou ainda com essas questões incômodas sobre a relação homem-mundo, mas, ao contrário de antes, as perquirições sobre a linguagem ganham ainda mais importância, na medida em que essa é tomada como uma fonte mais básica, como também sistemática, de se chegar aos fundamentos da significação.

Antecipando as perspectivas modernas sobre a linguagem, percepção e significação, como também a noção de signo, no que tange à sua função mediadora

do ato do conhecimento e do comunicativo, fazem-se algumas breves considerações sobre as especulações de Aurelius Agostinho (IV d.C), conhecido na tradição ocidental como Santo Agostinho, em sua obra pedagógica *De Magistro*, na qual apresenta preocupações sobre o acesso à verdade e o ensino pela linguagem, como também a utilidade dessa. Nesse viés pedagógico, Agostinho problematiza, já que esta é a questão dorsal do seu texto, como é possível educar e, por desdobramento, qual a função desempenhada pela linguagem, nesse processo, uma vez que essa, além de ser permeada por equívocos da mente e da vontade humana, nem sempre exprime instrução. Ora, para o bispo de Hipona, a linguagem prescinde do ato fundamental de ensinar, ou seja, exprime-se por meio da linguagem sem que contenha, necessariamente, algo de útil, mas, no entanto, nenhum mestre pode prescindir dela (a linguagem), em seu labor docente (*docere*).

Na relação dialógica entre Agostinho e Adeodato (seu filho), a noção de signo aparece numa proximidade clara explícita com a palavra, como também da ação remissiva que a palavra (signo) desempenha com a coisa à qual se refere, tanto no âmbito da materialidade circundante, quanto no campo das emoções, haja vista que até os pensamentos mais íntimos são “pensados” como signos, conforme se nota no capítulo1, § 2,

Agostinho: \_\_ (...) por essa razão, suponho que, embora alguém o discuta, tu apreendas, ao mesmo tempo, também, que \_ inclusive quando não emitimos nenhum som \_ falamos no interior de nosso coração, enquanto pesamos as mesmas palavras; e de que, portanto, com a locução não fazemos outra coisa senão recordar, quando a memória, onde as palavras estão impressas, reevocando-as faz vir à mente as coisas mesmas (*res ipsas*), das quais **as palavras são signos**. [Grifo da autora]. (AGOSTINHO [IVd.C], 2009, p.75)

A dimensão perceptiva da palavra e como essa encontra ressonância naquele que a ouve ou que a pronuncia, encontra também, nesses diálogos, um espaço para sua discussão e entendimento. Mais adiante, Agostinho ([IVd.C.], 2009, p.77) argumenta, por meio de uma pergunta retórica, que mesmo a palavra que, num tomada imediata, a nada se refere ou significa, quando pronunciada, realiza uma ação de “afecção da alma”, ou seja, atinge de alguma forma a percepção daquele que a exprime, como também a do seu interlocutor, como se pode observar no capítulo 2, § 3,

Agostinho: \_\_ (...) Diremos que com esta palavra [nada] não se significa uma coisa que não existe, mas, sim, uma afecção da alma, quando esta não vê uma coisa, mas descobre ou crê ter descoberto que essa coisa não existe?

Adiantando-se na história e a caminho da tradição filosófica moderna, encontra-se uma outra expressiva contribuição teórica do campo da abordagem sobre o signo que são as reflexões perquiridoras do filósofo inglês John Locke (séc.XVII), as quais se assomam à questão central que envolve linguagem, pensamento e a apreensão das idéias e a aquisição do conhecimento. Partindo de seu principal fundamento de que as idéias não são inatas, mas adquiridas, Locke (XVII), em seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, capítulo 1, § 3, apresenta a sensação, fruto da percepção humana, como fonte primária de conhecimento, priorizando, assim, os sentidos na fase inicial de aquisição e formação das idéias.

Primeiro, nossos sentidos, familiarizados com os objetos sensíveis particulares, levam para a mente várias e distintas percepções das coisas, segundo os vários meios pelos quais aqueles objetos os impressionaram. (LOCKE [1690], 1991, p.27)

É notório que, nessa perspectiva crítica do inatismo, a percepção das coisas e o efeito que produzem são a matriz do pensamento gerado pelo homem, tomando-se, como se vê, o primado do contato (objetivo ou subjetivo) com o elemento que sensibiliza os sentidos humanos como se fosse o detonador do conhecimento. A forma como o homem elabora suas ideias e como as realiza no mundo, baseia-se, fundamentalmente, na percepção extraída desse contato que, mediado pela linguagem, opera, por desdobramentos, em uma cadeia de idéias reflexivas, como a ação de duvidar, de crer, de raciocinar, de conhecer, de querer etc., (LOCKE [1690], 1991) e, assim, suprimindo carência de novos entendimentos, de novos conhecimentos.

Esforços e tentativas de se compreender a relação entre o signo e o pensamento encontram, nos gramáticos de Port-Royal (século XVII), mais um campo de debate e análise. Em meio às disputas filosóficas e teológicas, a *Grammaire générale et raisonnée* (Gramática geral e razoada) surge como uma obra importante na apresentação das idéias sobre como os signos podem dar conta dos pensamentos. Assim, em seu primeiro capítulo, seus autores Arnauld e Lancelot ([1694], 2001) partem da definição de **palavra**, a qual é tomada pelo elemento humano e é transformada em signos, ajustando-se a(s) sua(s) significação(ões) àquilo que correspondem os pensamentos.

Assim se pode definir as palavras: sons distintos e articulados, que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos. É por isso que não se pode compreender bem os diversos tipos de significação que as palavras contêm, se antes não se tiver compreendido o que se passa em nossos pensamentos, pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-los a conhecer. (ARNAULD; LANCELOT, [1694], 2001, p.29)

As considerações sobre a importância da linguagem, e mais propriamente dos signos, foram decisivas para, na contemporaneidade, outros pensadores desenvolverem e alargarem seus estudos, envolvendo, inclusive, outras áreas de conhecimento, aparentemente díspares, como a matemática e a lógica.

Nessa esteira, de meados do século XIX até o século XX, em sua primeira metade, destacam-se, dentre outros estudos, os trabalhos de L. Wittgenstein. Salienta-se, nesse transcurso, as “Investigações Filosóficas”, em cujo texto o referido autor desconstrói e problematiza (reflexão analítica), passo a passo, certas compreensões que haviam sido empreendidas pelos filósofos clássicos sobre a linguagem, a exemplo do domínio vulgar de que “cada palavra da linguagem designa algo” (WITTGENSTEIN, [1953], 1999, p.31). Wittgenstein verticaliza a análise dessa assertiva, assim como outras de sua obra anterior o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), apontando, então, que absolutamente nada terá sido dito enquanto não se esquadriñar e se demarcar o que se quer diferenciar entre as palavras designativas, melhor explicitando, entre aquelas dotadas de significação e aquelas que apenas representam um mero som, como um *toc-toc* de uma personagem batendo à porta, por exemplo, em uma determinada narrativa.

Apresenta também, no seu empreendimento analítico sobre a linguagem, em sua fase posterior ao *Tractatus*, conhecido como o “segundo Wittgenstein”, a noção de “jogos de linguagem”, conceito central e fundante nas perspectivas de análise sobre a linguagem, em cuja abordagem se introduz a *práxis*, os usos que os utentes fazem da linguagem, como uma nova dimensão de se compreendê-la, asseverando que “representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida”. (WITTGENSTEIN, [1936], 1999, p.32).

Outra questão desponta para a compreensão da linguagem e seu uso no que diz respeito ao sentido de verdade que as sentenças veiculam. Não se trata mais de entender como a significação se estabelece, mas também quais sentidos de verdade estão ali presentes e mesmo como tais sentidos podem ser percebidos numa sentença que contém uma afirmação falsa. Tentando minimizar essa dificuldade de compreensão entre sentido, referência e veridicção, Gottlob Frege (XIX), anteriormente a Wittgenstein (XX), afirma que só é passível de descrição a relação sentido e referência, sendo heurísticamente produtiva tal abordagem, contrariamente sobre o valor de verdade das sentenças, pois tais “questões pertencem ao domínio dos juízos. (...) No juízo, há o reconhecimento de sua verdade, ao passo que nas sentenças há a ‘mera apreensão de um pensamento’” (FREGE, 1979 *apud* ARAÚJO, 2004, p. 69), descartando, assim, a possibilidade discriminatória de tais enunciados.

No esforço de se atingir a verdade ou mesmo de compreendê-la, salienta-se, ainda nesse momento, a presença inquiridora, e não menos importante, de Edmund Husserl (1859-1938) e sua filosofia fenomenológica, mais “precisamente aquela do **método fenomenológico** que tanto influenciou nos mais importantes movimentos do pensamento do século XX”. (GALEFFI, 2000, p. 15)

A fenomenologia, como método de se chegar à verdade, “ciência das essências”, tem, como cerne, o fenômeno, termo de origem grega que significa “aquilo que aparece”, que se torna visível e apreensível à consciência, entendendo-se uma relação dual entre o sujeito e tudo aquilo que o cerca, conforme assevera Galeffi (2000, p.25), uma “relação indissociável entre o sujeito e o mundo, a consciência e seus objetos”. Interessante ainda apontar o “estatuto fenomenológico do signo”, que, para essa abordagem, centra-se sobre o fundamento de que a consciência

apreende não a coisa ou mesmo o signo diretamente que ela representa, mas sim tem-se a percepção “consciencial” que o signo representado gera na consciência. (WAHL, 1970)

Nesse sentido, a consciência não é algo em si mesma, independente da relação sujeito-objeto, mas só se constitui, enquanto relação com algo que a faz existir. Logo, a fenomenologia, nessa perspectiva, não prescinde do elemento humano no fazer existir das coisas, dando-lhes, inclusive, existência significativa.

A ação significativa do homem sobre o mundo, bem como a constituição da significação, encontra sintonia com os fundamentos teóricos da semiótica greimasiana, a qual valoriza a percepção e visadas humanas no processamento da significação e na sua apreensão, ainda amparada nos alicerces fenomenológicos.

Somente o ser humano pode decidir de que forma pretende estar-no-mundo, sobretudo quando aprender a se dar conta de que ele está aberto no mundo, e de que o “mundo” são todas as possibilidades. E é diante delas que os seres humanos são ou deixam de ser, se tornam e se transformam, exercem seus sonhos e desejos, vivem ou desistem de viver, se fazem dignos ou simplesmente rastejam como animais invertebrados. (GALEFFI, 2000, p.35)

Na década de 1940, a visada merleau-pontyana estende criticamente as contribuições da fenomenologia husserliana no sentido de não mais conceber a cisão entre corpo e mente, consciência e mundo circundante, como se o homem, cerne da consciência, estivesse apartado deste. Ao contrário, é a percepção que se tem do mundo que funda as noções de verdade e realidade, uma vez que “buscar a essência da percepção é declarar que a percepção é não presumida verdadeira, mas definida por nós como acesso à verdade”. (MERLEAU-PONTY, [1945], 2006, p.14)

E a importância do homem, em seu conjunto, e não mais uma concepção meramente “consciencialista” (empirista e intelectualista) que este faz das coisas, que interessa a esse campo inovador de análise fenomenológica. Daí, possivelmente, o porquê da referência que Greimas ([1966], 1976) faz do filósofo, calcando-se, nessa renovadora *episteme*, os alicerces fundantes para a consolidação da arquitetura semiótica, como se pode notar em uma das reflexões, trazida por Merleau-Ponty, no prefácio à *Fenomenologia da Percepção*.

O mundo fenomenológico não é o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas, em minhas experiências presentes, de experiências do outro na minha. (MERLEAU-PONTY, [1945], 2006, p.18)

Assim como Frege, Husserl e Wittgenstein, outros filósofos da linguagem, a exemplo de Merleau-Ponty, contribuíram também com uma vasta gama de análises sobre a linguagem sem descartar fundamentalmente a compreensão do mundo através da relação entre as palavras para o que elas designam. Como o ato de significar também faz parte da natureza humana e do mundo cultural, o homem, remetendo-se à epígrafe desse capítulo, “de manhã à noite e da idade pré-natal à morte, é atormentado por significações que o solicitam por toda parte, por mensagens que o atingem a todo o momento e sob todas as formas” (GREIMAS [1966], 1976, p. 15). Assim, esse mesmo homem é sempre convidado ao espanto, quando observa que a ordenação da vida humana se viabiliza pela linguagem, mais precisamente pela língua (língua natural), uma vez que a partir desta que o homem se individualiza, constrói e exterioriza sua subjetividade e estabelece laços com

outros humanos por meio de “valores grupalmente compartilhados” (LOPES, [1975], 2007, p.17).

A percepção da realidade fenomênica (realidade que se manifesta, que aparece) mais imediata, mais próxima ao homem, àquela do mundo sensível, só é possível quando se opera com a linguagem em suas mais diversas modalidades. A linguagem, entendida, nesse contexto, como um constructo mental que intermedia o homem no mundo, ou, segundo Greimas e Courtés ([s/d], 2008), como um “conjunto significante”, tem, nas línguas naturais, sua principal representante, por se constituir-se num primeiro sistema sígnico (semiótico), dotado de características articulatória e combinatória.

As línguas naturais ocupam a posição hierárquica predominante entre todos os sistemas semióticos porque elas constituem a única realidade imediata para o pensamento de cada um de nós seres humanos. (...) As línguas naturais constituem o único código capaz de traduzir com a máxima eficiência e adequação qualquer outro sistema semiótico. (LOPES, [1975], 2007, p. 20)

É com o sistema semiótico “natural”, ou seja, aquele que constitui o cerne das línguas naturais, cuja estrutura mais básica (relação “som” e “coisa” ou, na configuração binária saussuriana, significante/significado) que o homem consegue entrar em contato com a significação, entendida como uma relação indissociavelmente necessária, numa “pressuposição recíproca” entre o significante e o significado, ou seja, “a existência do significante pressupõe, pois, a existência do significado. Por outro lado, o significado só é significado porque “existe um significante que o significa”. (GREIMAS [1966], 1976, p. 17).

Lopes (1997) salienta, inclusive, que, anterior a essas preocupações mais recentes, F. de Saussure já apresentava, em suas aulas, alguns apontamentos referentes às relações entre os aspectos perceptivos e cognitivos, considerando a importância do sujeito observador na apreensão e definição do objeto, mais propriamente o que seria “noção de ponto de vista”.

A noção de ponto de vista saussureana (re)insere o fundamento de que o objeto de observação é percebido a partir do sentido dado pelo olhar de um sujeito, haja vista que “sujeito e objeto unem-se em solidariedade, por mútua implicação: não há objeto sem sujeito nem vice-versa, sujeito sem objeto”. (LOPES, 1997, p.112). Dessa forma, o objeto não é dado *a priori*, mas só é concebido no processo relacional com o sujeito observador.

Ora, para aquele contexto inicial da linguística, a presença de um sujeito observador prenuncia o advento teórico que cuida dos imbricamentos entre sujeito e objeto, elementos imprescindíveis para a ação semiótica, cujo entrelaçamento gera e realiza a significação. Analogamente a esse fundamento saussureano, pode-se, então, pensar que a relação (R) entre o sujeito observador (S) e objeto (O) – equacionada como **S R<sub>x</sub> O** – seriam as primeiras noções do processo de percepção sígnica no “ato de conhecer” (LOPES, 1997).

O projeto teórico-científico de Saussure, fundamentado nas relações de diferença entre os constituintes mínimos da língua e da ação perceptiva do destinatário, quando em contato com o segmento linguístico, também trouxe contribuições para o campo metodológico da percepção semiótica. Ainda, segundo Lopes (1997), o destinatário-ouvinte apreende a *langue* a partir de uma operação simultânea de

análise e síntese, na decomposição e composição das estruturas mínimas da *parole*, identificando, assim, o sistema linguístico pelo exercício da diferenciação.

(...) a identidade de um dado segmento da cadeia significante só se revela na adoção, pelo destinatário (ouvinte ou leitor), da perspectiva sintética, com a qual ele promove o julgamento da identidade, recortando a fala do outro em unidades idênticas, do sistema da *langue*, com a finalidade de compreendê-la. Assim, o que era diferença no nível da manifestação da fala, e o que era dicotomia, no nível menor, de uma perspectiva analítica, vem a ser interpretado como idêntico, em nível maior, da perspectiva sintetizada da *langue*. (LOPES, 1997, p.119)

O ato da interpretação, acompanhado pela ação de reconhecimento dos elementos sistêmicos, ganha, nesse momento de encorpamento teórico, destaque e importância na constituição das significações que a própria dinâmica das línguas naturais possibilita. Assim, a abordagem estrutural sobre a língua elabora os fundamentos conceituais sobre o signo, como também aspectos o caracterizam, principalmente no tocante às facetas sígnicas indissociáveis: significante e significado.

Tomando-se essa dimensão perceptiva do signo, as línguas naturais (conjuntos significantes) se apresentam, então, como um sistema semiótico primordial, possibilitando ao homem construir e a reconstruir o meio onde vive, produzir bens materiais e morais (valores que regulam a vida em sociedade), bem como transmiti-lo aos seus descendentes e compartilhá-lo com outros com os quais convive. Compreende-se também que cultura e linguagem estão tão intimamente ligadas que se torna difícil e quase inapreensível percebê-las individualmente. Questão, aliás, e como visto, bastante antiga e polêmica, uma vez que o mundo cultural é forjado pela ação do homem via linguagem, via atribuição de sentido às coisas e aos eventos

que o cercam, como também a linguagem “aparece” quando da necessidade de se materializar o pensamento. De toda sorte, ou mesmo independente quem é herdeira de quem, a ação humana é possível, na medida em que se tem e se faz uso de um “instrumento” mediador que permite tal ação.

Interpretar, nomear e significar, compreender e atribuir sentidos para além daquilo que a “coisa” é ou desempenha no mundo circundante, isto é, transcender a significação, como também abstraí-la, constituem-se tarefas complexas realizadas cotidianamente por todos os seres humanos, inclusive pelas crianças, por meio da língua. Constituída por uma rede sógnica, a língua possibilita o processo comunicacional e, sobretudo, hermenêutico do mundo.

A ação comunicativa, entendida como manifestação e atribuição significativa dos sentidos, viabilizada por meio das “palavras” e tomadas como a materialidade fônica significativa e o que mais se aproximaria da realidade sógnica, configura-se como um salto qualitativo da vida humana entre os outros demais seres, construindo, desconstruindo e re-construindo as diversas formas de se estar no mundo, de relacionar-se com o outro e de produção material desse viver que se apresenta como a própria dinâmica cultural.

A manifestação dos sentidos humanos, mediatizados por signos, que se interpõem entre a “coisa” pensada e materializada, adquire um alcance de expressividade muito grande, porque, enquanto a “palavra” é uma entidade de pertencimento a um determinado sistema linguístico e, portanto, limitada e sem um caráter universalizante, o signo, por sua vez, apesar também de pertencer à cultura humana, rompe com os liames limitadores que um sistema linguístico pode impor. A “palavra”, então, seria um engodo que ainda persiste, como uma estrutura

linguisticamente acabada e pronta para exercer indiscutivelmente seu papel no processo comunicativo (GREIMAS; COURTÉS, [s/d], 2008).

Na contramão do sentido, as palavras afetam também os seres que as significam. As “afecções de alma”, pensadas por Agostinho (VI d.C.), podem ser retomadas, na visada fenomênica, como artefatos simbólico-culturais que causam transformações que afetam a materialidade corporal, mas que são originariamente advindas de “transformações incorpóreas”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995)

O conjunto das expressões humanas, tomadas como enunciados, exercem ação mobilizadoras nos “corpos”, que não se restringem apenas ao corpo físico, mas também a outras dimensões corporais, como ao corpo de valores sociais e morais, os quais distinguem e caracterizam as sociedades. Tais ações mobilizadoras corresponderiam às “transformações incorpóreas” que, conjuntamente com as enunciações (palavras de ordem) que afetam os sentidos (paixões), perfazem o todo complexo social estruturado pela linguagem.

A paz e a guerra são estados ou misturas de corpos muito diferentes; mas o decreto de mobilização geral exprime uma transformação incorpórea e instantânea dos corpos. Os corpos têm uma idade, uma maturação, um envelhecimento; mas a maioridade, a aposentadoria, determinada categoria de idade, são transformações incorpóreas que se atribuem imediatamente aos corpos, nessa ou naquela sociedade. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.19)

Por meio dessa via analítica, é possível considerar as palavras como verdadeiramente representações que, mediadas pelos “corpos”, afetam os sentidos e elaboram reações e atos transformadores, alavancados pelas enunciações. Visualiza-se, a partir dessa dinâmica transitiva da palavra, o paradoxo que se instala, pensado na relação constitutiva entre a natureza imaterial da mesma e a potência

que provoca a materialidade transformadora, o que se configura como o “milagre dialético constante”, isto é, aquilo “que transforma a matéria em sentido; o conteúdo em expressão; o processo social, em sistema significante”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.31).

Indo em direção ao campo da estrutura elementar da língua, o signo aparece como esse elemento primaz de contato que se interpõe entre o homem e o meio que o circunda. O signo desempenha um papel fundamental para o homem, uma vez que somente esse, em a natureza, consegue atribuir sentido às coisas, demarcar o tempo (presente, passado e futuro) e, dentre tantas outras inúmeras interferências, criou um sistema simbólico limitado, composto por estruturas fônicas, que combinadas entre si, possibilita-o materializar seu pensamento e estabelecer a comunicação com outros de sua espécie.

O signo, entretanto, não estabelece sentido sozinho, isolado, mas sim numa cadeia significante, comparado a uma engrenagem de uma máquina, cujo funcionamento não depende apenas de uma única peça, porém pelo arranjo articulado entre elas. Assim, se pode analogamente tomar a significação constituída pelo ato semiótico, “em seu aspecto coletivo”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995)

Interessante ainda, nessa breve visada fenomenológica, as afinidades percepto-interpretativas, consideradas por Landowsky (2005), entre os empreendimentos teórico-epistemológicos de Algirdas Greimas e Paul Ricœur, mais propriamente, Ricœur como comentador crítico de Greimas.

No tocante ao processamento da significação, Landowsky (2005) retoma as atividades desenvolvidas “entre o hermeneuta e esse tal semioticista”, apresentando as contribuições atentas de Ricœur ao método semiótico greimasiano (percurso

gerativo de sentido), mais especificamente nas passagens de nível de significação a outro, do mais profundo ao superficial, compondo, assim, a completude de sentido.

A cada mudança de nível, há investimentos de natureza axiológica, mas não de forma tão direta e até mecânica, como propõe o modelo, pois, se assim fosse, seria uma mera transposição o que, na verdade, não daria conta da complexidade narrativa que envolve o **ser** e o **agir** dos sujeitos actantes.

(...) com certeza, como toda axiomática bem construída, a sintaxe elementar do nível inicial basta-se em si mesma; mas como tal, não permite dar conta por simples 'conversão' do agir do actante do relato". (LANDOWSKY, 2005, p.237).

Ou seja, o modelo de análise semiótica exige relações complexas entre as estruturas semânticas e sintáticas, as quais vão sendo construídas ao longo do percurso (de um patamar a outro), na dependência também do sujeito produtor da significação (sujeito observador).

Porque longe de ser redutível a uma série de puras operações lógicas do tipo da asserção e da negação, o *fazer antropomórfico* que constitui o motor da intriga adquire seu sentido somente em função de uma *inteligência narrativa* pressuposta. (LANDOWSKY, 2005, p.237)

Ainda, segundo Landowsky (2005), na esteira de Ricœur, a "inteligência narrativa pressuposta", em uma atitude nada previsível, vai realizando uma "semântica da ação", compondo uma "fenomenologia do padecer", cuja significação não é previamente dada, e sim formada pela articulação e arranjos entre os constituintes da narrativa e o sujeito que observa.

A essa fenomenologia implicitamente (ou sub repticiamente) convocada pelo modelo deve-se o fato de que um relato seja em definitivo sempre 'mais rico' do que a estrutura lógico-sintática que,

em certo sentido, prefigura seu desenvolvimento discursivo. Aliás, sublinhava Ricœur, **se o fazer dos atores estivesse inteiramente previsível e calculável a partir da axiomática inicial, não se passaria nada – nada de novo – e não haveria simplesmente nada a contar.** [Grifo da autora]. (LANDOWSKY, 2005, p.237)

A abordagem fenomenológica, encarada e tomada pela semiótica greimasiana, longe de negar a presença e a importância do homem na composição do percurso gerativo, atrela-o a uma relação indissociável com o fazer interpretativo e significativo. Assim, que conceitualmente a semiótica, nesses termos, não se configura como a relação entre signos, mas em uma teoria que se preocupa em “explicitar, sob forma de construção conceitual, as condições da apreensão e da produção do sentido”. (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008, p.453)

Torna-se, portanto, no mínimo curioso, a inserção da fenomenologia nos fundamentos da semiótica de natureza estrutural, uma vez que essa apresenta, como pressuposto, um modelo estrutural da significação, invariante, concebido como a hierarquia dos níveis gerativos (percurso gerativo de sentido), sobre o qual se movem, articulam-se os elementos variantes (talvez fenomenológicos?) que constituem o sentido.

### 3 DISCURSOS POLÍTICOS NAS MALHAS DA SEMIÓTICA GREIMASIANA.

#### 3.1 ASPECTOS ENUNCIATIVOS E A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO.

##### 3.1.1 Um breve contexto histórico.

*Geisel, você nos atolou*

*Figueiredo também vai nos atolar*

*Aiatolá, venha nos salvar*

*Que este governo*

*Já ficou gagá*

*Ga-ga-ga, Geisel...*

*(Marchinha carnavalesca do Bloco Pacotão, Brasília, 1979)*

O discurso “A posse do General Figueiredo não é honrada pela união popular”, pronunciado em 14 de março de 1979, apresenta, assim como outras produções textuais do ex-Deputado (MDB) Francisco José Pinto dos Santos, uma tônica denunciatória e crítica da situação política vivida no país àquela época dos anos 1970. O tema desse discurso em questão é a posse do Presidente General João Baptista de Oliveira Figueiredo, último representante “de quepe” do poder executivo do golpe de 1964, e que, sete meses antes, “no dia 15 de outubro de 1978, o Colégio Eleitoral se reuniu em Brasília e formalizou a ‘eleição’ de Figueiredo”. (FIGUEIREDO, 2005, p.287).

A ascensão política do General Figueiredo à Presidência da República, em 1979, foi cercada de toda uma articulação midiática que o apresentava como um presidente mais flexível, mais cordato comparado às investidas duras e repressivas dos

governos presidenciais de até então, vivido pelo povo brasileiro, ou, pelo menos, mais preocupado com a situação política do país, construindo-se, por parte dos órgãos governamentais, uma imagem de um presidente mais popular, conforme assinala o escritor e jornalista da *Folha de São Paulo* Lucas Figueiredo (2005),

a fim de que seu nome soasse mais popular, passou a se apresentar como João Figueiredo, ou simplesmente João — um general rude, mas sincero, um homem do povo, que gostava de cavalos e não levava desaforos para casa. (FIGUEIREDO, 2005, p.285)

Para construir essa imagem, marcadamente diferente e como um representante de novas posturas políticas, como a abertura e anistia políticas, fatos mais comprometedores do passado recente e que pudessem desabonar essa nova postura governamental foram ocultados e segredados nos arquivos dos serviços secretos como, por exemplo, ter sido o braço direito de Ernesto Geisel e seu ministro-chefe do Sistema Nacional de Informações (SNI), entre os anos de 1974 a 1978, o qual foi responsável por abusos de poder até atentados a bomba (caso Riocentro em 1981), prisões, torturas e mortes, como foi o fato, de ampla repercussão nacional, envolvendo o jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog que, em 25 de outubro de 1975, foi encontrado morto em sua cela nas dependências do Destacamento de Operações Internas (DOI) / Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), em São Paulo, após uma longa sessão de tortura por choques elétricos. O SNI, sob o comando do General João Figueiredo, foi o órgão responsável por apresentar a versão oficial dos fatos, alegando, em seu relatório, que a causa *mortis* do jornalista houvera sido suicídio: “às 22h08 a Agência Central do SNI, em Brasília, recebeu uma mensagem: ‘Info que hoje, dia 25 de out, cerca de

15h, o jornalista Vladimir Herzog suicidou-se no DOI/CODI/II Exército”. (MIRANDA, 2005, p. 29).

A morte do jornalista Herzog configurou-se num marco inicial da intolerância por parte de políticos e intelectuais de esquerda aos atos de arbítrio do governo militar, forçando, já, no governo Geisel, lentas mudanças no trato das questões de segurança nacional e abrindo fendas para participação da sociedade organizada, o que culminaria, cerca de dez anos depois, na cruzada política das “Diretas já” e no esfacelamento do governo militar.

Esses fatos, dentre tantos outros, envolvendo as ações dos “presidentes fardados”, não passaram despercebidos pelos representantes políticos de oposição, mesmo tendo versões truncadas e cheias de fatos contraditórios que visavam confundir a opinião pública e desacreditizar as críticas e protestos desses representantes de esquerda. Francisco Pinto, Deputado Federal feirense, filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e eleito por uma expressiva votação, foi um dos atentos deputados que trazia à tona, em seus discursos na Câmara Federal, fatos e questões polêmicas que eram escamoteadas pelos órgãos de censura à época, esquadrinhando causas e consequências de eventos políticos pouco ventilados publicamente.

No discurso em questão, Francisco Pinto, anuncia e denuncia que a posse do General João Batista Figueiredo à Presidência da República não é uma conquista do povo brasileiro e, portanto, não é por este legitimada. Trata-se, na verdade, de mais uma articulação do “Poder Fardado” que, numa “troca de quepes”, “outorga” a escolha do General Figueiredo como o sucessor legítimo do General Geisel.

Em que pese as críticas que se anunciam no título do discurso, o político feirense não desconsidera as mudanças que ora se anunciam no cenário da política nacional, com a sucessão dos presidentes militares, que se apresenta como uma realidade possível das “chamadas aberturas democráticas”. Entretanto, esse reconhecimento não é gratuito, nem tampouco desarticulado com as denúncias que são feitas, pois aponta o descompromisso social desse governo e a similitude com outros governos ditadores e opressores que ora campeiam na América Latina. Acresce-se, então, às essas críticas a presença do General Strössner, presidente do Paraguai (de 1954 a 1989), que vem ao Brasil para posse do novo presidente. Mais um personagem, de acordo com o discurso do ex-Deputado, que representa a anti-democracia, a interdição dos direitos civis e da liberdade e, sobretudo, das ações violentas em nome da manutenção da ordem nacional. Na verdade, a presença do presidente paraguaio configura-se na ratificação do poder militar instaurado nos países latinos e, particularmente, no Brasil. Entretanto, o político feirense reconhece que, apesar da presença de um “chefe da mais velha e longa ditadura do mundo” (SANTOS, 1979, p.01), até aquele ano, 25 anos de governo, o poder e o prestígio dos governos militares já não são tão fortes e inamovíveis como antes, haja vista os sinais das mudanças no âmbito sócio-político que se apresentavam.

Adiante incrementa seu discurso confirmando sua intolerância às ditaduras de toda ordem, que, sobretudo, impedem a manifestação popular e a participação da sociedade organizada, a qual representa, muitas vezes, as minorias politicamente falando, a exemplo dos negros e índios. As diversas formas de ação do poder ditador também são questionadas pelo político, pois apontam o incômodo que determinadas ações violentas despertam nos países desenvolvidos, onde sediam órgãos de defesa do homem e das nações (p.ex, a ONU), quando são praticadas em

países ditos “brancos” (exemplifica com Argentina ou Chile) e que nada incomodam quando infligidas em países ditos “negros”, como Uganda.

Denúncias e críticas aos governos ditatoriais e presidentes militares, bem como a presença desses em solenidades de posse dos presidentes militares brasileiros não são novidade nos discursos de Chico Pinto. Na posse mesma do General Ernesto Geisel, o político feirense não poupou argumentos contra a presença do General Augusto Pinochet nas festas de solenidade, alardeando sua chegada com uma severa crítica num de seus discursos proferidos na Câmara Federal, em 15 de março de 1974, intitulado “General Pinochet: o infame”, o que lhe rendeu, alguns meses depois, processo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), enquadramento na Lei de Segurança Nacional (Artigo 21 do Decreto-Lei nº. 898, de 29 de setembro de 1969), providenciada pelo então Ministro da Justiça Armando Falcão, como também cassação política, perda do mandato e detenção de seis meses, conforme reza o artigo:

**Art. 21- Ofender, publicamente, por palavras ou escrito, chefe de governo de nação estrangeira. Pena: Reclusão de 2 a 6 anos.**

No discurso que se reporta ao presidente chileno, Francisco Pinto traça um quadro comparativo entre as “ações torpes” de Augusto Pinochet e de William Calley, tenente do exército americano, que assassinou dezenas de civis, quando este comandava a ação americana no Vietnam.

E, nesse discurso de posse do General Figueiredo, com o qual retorna seu mandato popular, também se articularam processos e interdições, pois, assim como na posse do General Geisel, também repudia a presença do presidente paraguaio a quem

denomina, e também o Presidente Figueiredo, como “representantes de sistemas que são exatamente os símbolos mais ignominiosos da violência e do arbítrio em nosso tempo”. (SANTOS, 1979, p.242)

Importa salientar que a trajetória de participação em movimentos políticos e sociais pelo ex-Deputado Francisco Pinto não foi circunstancial ou isolada. Em entrevista cedida, em 2003, à autora, em sua residência, na cidade de Feira de Santana (Ba), fez questão de asseverar que sempre esteve envolvido em movimentos políticos, sempre esteve comprometido com as causas populares que envolviam inclusive as ações estudantis e a participação desses nos problemas nacionais. Daí, em seus discursos, questões como liberdade, direitos civis, justiça e democracias serem temas recorrentes, pois, ainda como estudante do Curso de Direito, na Universidade Federal da Bahia, participava de movimentos de natureza política. E, mais uma vez, nesse texto, traz com bastante força retórica esses temas, amparando-se na sua condição de Bacharel em Direito para consubstanciar seus argumentos a favor de uma justiça mais ampla, que respeite o cidadão e seus direitos civis, garantidos na Constituição Federativa do Brasil.

### **3.1.2 Contexto, sujeito e enunciação.**

Para melhor compreensão sobre as articulações persuasivas do discurso do ex-político feirense, bem como o percurso de sentido, engendrado nas instâncias profundas e manifestado no nível superficial, necessário se faz considerar alguns aspectos que norteiam produção discursiva, entendida como “a construção dos *simulacros* que devem dar conta das condições e das precondições da manifestação do sentido e, de certa maneira, do ‘ser’”. (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p.13).

Dentre as funções desempenhadas, ou melhor ainda, mediadas pela língua está o ato da comunicação que também pode ser entendido como a relação informativa entre os membros de uma mesma comunidade linguística. É bem verdade que tal função não está destituída das complexidades que envolvem o ato comunicativo, uma vez que “informar” não é apenas transmitir diretamente uma mensagem (um conteúdo linguístico) para outrem, mas podem estar aí embutidos, nesse processo, outros fatores inerentes às manifestações comunicativas, implícitas ou subjacentes, à mensagem como a persuasão ou a manipulação.

Outrossim, independente do viés teórico tomado para se compreender o ato comunicativo, não se descartam a existência de elementos que compõem as ações comunicacionais e que atendem as condições mínimas desse ato, inclusive para que se possa estabelecer um mínimo entendimento daquilo que se quer comunicar que são os interlocutores (sujeitos da enunciação) e a mensagem que se quer transmitir (enunciado), entrelaçados pelos fatores extralinguísticos que medeiam o ser da comunicação, isto é, o contexto comunicacional.

A tríade **contexto**, **sujeito** e **enunciação** é parte fundamental de qualquer processo comunicativo, a fim de se estabeleça uma relação de natureza linguístico-comunicativa e que seja compartilhada pelos falantes/ouvintes de uma língua.

Esses elementos que compõem o processo comunicativo, os enunciadores e o enunciado, se entrelaçam numa rede de dependência informativa que ultrapassa, muitas vezes, a dimensão espaço-temporal, na qual estão inseridos. Amplia-se, assim, o alcance do enunciado, enquanto materialidade comunicativa, muito além do texto, uma vez que é formado agregando-se informações outras que constituem esse processo relacional de comunicação, compreendido como contexto

comunicativo. Essa materialidade enunciativa, resultante de uma mediação entre os comunicantes, só é possível, porque há uma instância pressuposta pela própria dinâmica da língua que é o ato de comunicação, ou seja, a enunciação.

Na esteira da discussão sobre o contexto comunicacional, importa tomar, como base conceitual de discurso, o complexo de relações que envolvem o ato comunicativo, englobando, inclusive, os fatores extralinguísticos, e, conforme Fontanille (2007, p. 92), trata-se de admitir que “todos os elementos que concorrem para o processo de significação pertencem e direito ao *conjunto significante*, isto é, ao discurso, não importa quais sejam esses elementos”. Assim, a concepção de discurso, no campo da semiótica, é admitida como indissociável ao contexto, ou seja, a ação discursiva, na verdade, é todo esse “conjunto significante”.

Pelo exame dos constituintes linguísticos, que perfazem a materialidade enunciativa, isto é, o texto, é possível se estabelecer o caminho percorrido pelo sentido, como também pode se chegar ao sujeito e reconstruir-se a enunciação (BARROS, 2005).

Ademais é no campo da enunciação que se operam com os “universais semióticos”, articulando-os com outros itens linguísticos, a exemplo das *dêixis*, ressemantizando-os nas ações modalizadoras e, por fim, exteriorizando-se na ação dos sujeitos do discurso.

Enunciado e enunciação, nessa perspectiva, são faces de uma mesma moeda, haja vista que a realização do enunciado só é possível com enunciação, e ambas realidades linguísticas engendram, no processo comunicativo, certos procedimentos que influenciam decisivamente na constituição e compreensão da língua. Esses procedimentos seriam, segundo Ducrot ([1972] 1977), “procedimentos de

implicação”, os quais estariam distribuídos em duas categorias: o implícito do enunciado e o implícito da enunciação.

O implícito do enunciado está relacionado à intenção do sujeito enunciador e do uso que esse sujeito faz disso para compor e emitir o enunciado, construindo-o a partir de uma estrutura lógico-argumentativa que possa levar seu enunciatário a compreendê-la da forma pretendida pelo enunciador. Essa forma de construir o enunciado está assentada no silogismo aristotélico que, nessa construção do implícito, constitui-se particularmente de uma premissa (menor) e uma conclusão, que vem explicitada no enunciado, para daí derivar-se uma outra premissa (maior), a qual está implícita às duas anteriores e só percebida pelas marcas gramaticais, conforme assinala Ducrot ([1972], 1977, p.15),

Uma boa parte dos *logo* e dos *portanto* utilizados na linguagem o são com este propósito. O enunciado X, logo Y destina-se pois a dar a entender uma terceira proposição Z, que deve ser verdadeira para que Y possa efetivamente ser deduzido de X.

Como um simulacro, o discurso, tomado em sua materialidade, reflete a percepção internalizada pelo sujeito enunciador, que é apreendida a partir da relação que entrava com as coisas objetiváveis ou não (sentimentos) que o cercam. No caso do discurso político em questão, a explicitude das afirmações do ex-Deputado conduzem o interlocutor a ter conclusões plausíveis e muito prováveis em relação aos argumentos apresentados, mesmo que esses argumentos não estejam acompanhados diretamente das partículas que introduzem, segundo a perspectiva lógica, a conclusão derivada as premissas.

Observa-se, por exemplo, nos trechos abaixo, quando apresenta sua avaliação do novo governo que se instala e quando se afirma opositor político, como é possível pensar nos argumentos mais prováveis para subsidiar suas idéias.

Acreditam alguns \_ não o negamos \_ que se inicia com essa investidura um período de ampliação e consolidação das chamadas aberturas democráticas. **Para nós, da Oposição**, não é possível alimentar ilusões. Instala-se mais um Governo desprovido de compromissos que o vinculem ao povo. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l. 10-13)

**Mantenho**, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a **minha grande e fundamental intolerância**, que é aquela contra as ditaduras obscurantistas. Nosso dever é denunciá-las sempre, custe o que custar, pague o preço que pagar. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.24-26)

Já no que diz respeito ao implícito da enunciação, leva-se em consideração as circunstâncias de sua realização, a fim de que a mesma tenha, diante do interlocutor, legitimidade e caráter explicativo, garantindo, assim, condições mínimas de compreensão. Essas condições circunstanciais da enunciação aparecem sempre como necessárias, uma vez que, como afirma Ducrot ([1972], 1977), o “ato de tomar a palavra” não é livre, pois as condições circunstanciais do discurso devem ser satisfeitas, e nem gratuito, porque é motivada por interesses dos interlocutores, atendendo determinadas finalidades da comunicação.

Os implícitos do discurso “aparecem” aí exatamente quando essas circunstâncias são dadas ao enunciatário como atendidas, subtendendo-se por parte desse último a legitimidade do ato comunicativo do enunciador, preservando-o de maiores delongas explicativas sobre a motivação do seu discurso. Discursos que emergem

de lugares ideológicos de autoridade, como no caso dos discursos políticos, por exemplo, os quais já tem garantido, implicitamente, seu espaço de enunciação, assim como a legitimidade daquilo que veicula, independentemente do valor de verdade do conteúdo do enunciado, pois, conforme assinala Ducrot ([1972], 1977, p. 17), “é um privilégio ligado às profissões de professor, de moralista, autor, e, em geral, de intelectual ter o direito de aborrecer: quem as exerce goza da reputação de ter palavras que por si só merecem ser ditas”.

As atitudes político-partidárias do ex-político Francisco Pinto, desde o período em que foi prefeito da cidade de Feira de Santana (1963), deposto no ano seguinte pelo golpe militar, e secundadas posteriormente pelas ações como Deputado Federal pelo MDB, já apresentam as condições político-ideológicas que legitimam sua fala. Ressalta-se, nesse discurso também, o espaço físico de onde fala, isto é, a fala do ex-Deputado emerge de um espaço (Câmara de Deputados) que representa o “lugar” das garantias democráticas de uma nação, onde as opiniões contrárias e adversas devem ser consideradas e respeitadas, como também simboliza o espaço no qual devem salvaguardar os direitos civis, conforme os trechos que seguem:

**Ontem, como hoje, e como sempre, minha voz há de levantar-se** para traduzir o sentimento do povo brasileiro, que não é, nem pode ser, o da convivência silenciosa com aqueles que representam a negação dos valores das liberdades democráticas e da dignidade do homem, que são os grandes valores humanistas de nossa civilização. [Grifo da autora]. (ANEXO A, I.33-37)

**Meus compromissos essenciais na prática da vida política, dos quais espero não me apartar nunca,** dizem respeito à liberdade e à justiça social. Porque a liberdade pressupõe organização política democrática, garantias dos direitos humanos respeitados, legitimidade do poder pelo consentimento expresso do sufrágio

popular, independência e harmonia dos órgãos do Estado. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l. 41-45)

No que tange ao contexto, esse recobre todo ato da enunciação, como também os seus procedimentos de subtendidos, materializando-se tanto no plano linguístico, o que estaria explícito no enunciado, quanto o plano extralinguístico, que estaria alcançando as circunstâncias sócio-históricas em que o discurso foi produzido. Essas circunstâncias discursivas, que são estruturadoras dos planos interno e externo do ato discursivo-comunicativo de uma língua, assim como os protagonistas desse ato (sujeitos enunciador e enunciatário), perfazem o todo do contexto enunciativo, estabelecendo-se, assim, uma relação dinâmica ora como produtor de linguagem e ora como interpretante dessa, enlaçados pelo momento histórico e social, no qual o ato de comunicativo foi realizado.

Necessário retomar nesse momento que, para a semiótica, a significação se apresenta na relação entre os planos sógnicos do conteúdo e da expressão. O conteúdo diz respeito ao processo informativo, ou seja, aquilo sobre o que se quer dizer; já a expressão é a forma, a maneira como se a informação se apresenta; logo, “o plano de conteúdo é formado no percurso gerativo do sentido e manifestado no plano da expressão” (PIETROFORTE, 2008a, p.107).

Assim, no discurso político “A posse do General Figueiredo não é honrada pela unção popular”, encontram-se marcadamente as circunstâncias discursivas que podem ser compreendidas no plano do conteúdo, entendido como o contexto linguístico, as informações ali presentes, e no plano da expressão, como contexto extralinguístico, que pode ser compreendida como o próprio discurso em sua materialidade textual, acercada do estilo peculiar à tipologia discursiva do gênero

político das circunstâncias históricas, políticas e sociais, nas quais o sujeito enunciador (Francisco Pinto) viveu e foi atuante, enquanto Deputado Federal.

### **3.1.3 Na trilha da significação**

A significação, na abordagem da semiótica textual, só é possível tomando-se das relações sígnicas que formam três planos ou níveis de significações que, hierarquicamente, vão se sobrepondo e se entrelaçando, indo de um nível mais básico e fundamental (simples), passando pelo nível intermediário, o narrativo, até alcançar num nível maior, mais amplo, mais superficial, o discursivo (complexo). Já foi apontado que cada nível do percurso de sentido pode ser descrito, conforme os aspectos essenciais que demonstrem “como se produz e se interpreta o sentido, num processo que vai do mais simples ao mais complexo” (FIORIN, 1997, p.17).

Ainda de acordo com essa perspectiva semiótica, o texto estrutura-se pela organização desses níveis de significação, enfocando a análise do percurso do sentido no âmbito do plano do conteúdo sígnico, uma vez que é nesse plano, prioritariamente, em que o sentido é manifestado, podendo ser, assim, reconstituído pelo trajeto dos níveis de significação. Parte-se do patamar de significação de base lógico-conceptual, em que se situam as oposições de valores da semântica fundamental, como também outros possíveis investimentos semânticos, que desse mesmo plano podem derivar, os quais se articulam na categoria fórica, nos processos de disforia e euforia que, segundo Greimas e Courtés ([s/d], 2008), são os termos que instituem valor negativo e valor positivo aos itens semânticos, respectivamente. No quadrado lógico-semiótico, esses valores situam-se nos vértices da figura que, numa relação sintática de contrário e de contraditório,

estruturam o percurso do sentido no nível fundamental negando ou asserçando os itens semânticos.

Os discursos político possuem, por natureza e de uma forma geral, uma característica crítica do momento social, político econômico do vivido; portanto, nessa produção discursiva, não seria diferente, acrescida ainda de mais vigor por se tratar de um momento político extremo, que apresentava o Brasil, marcado pela insustentabilidade do governo militar e suas ações coercitivas. Valores sociais, investidos semanticamente e representados, no campo linguístico, tais como **censura, liberdade, justiça, opressão, violência, democracia, ditadura, brancos, negros, intolerância, tortura e abertura política**, alicerçam o percurso inicial do sentido, fundamentado no primeiro nível semiótico de análise que é de base lógico-conceptual, conforme se pode notar nos fragmentos abaixo:

O que reconhecemos é que avançamos um pouco. Conquistamos e fortalecemos posições na árdua luta pelas liberdades, que acabarão por fazer ruir, pela força do povo organizado e consciente, o regime da concentração e do privilégio. (ANEXO A, l.15-17)

(...) é com sentimento de alívio \_ confesso \_ e até com uma ponta de alegria, que registro a presença isolada do General Strossner, amanhã nesta Capital. Ele é o Chefe da mais velha e longa ditadura do mundo. O que é alentador, porém, é que, há cinco anos, era pesada, em nosso País, a representação das ditaduras que esmagam, sufocam e humilham os povos da América Latina. (ANEXO A, l.19-23)

O percurso da significação é inicialmente construído partindo-se do jogo das oposições binárias, as quais recebem nesse nível valores axiologicamente determinados pelo contexto ideológico de que fazem parte. Ademais, como se trata de um discurso político de caráter denunciador e bem peculiar do momento da

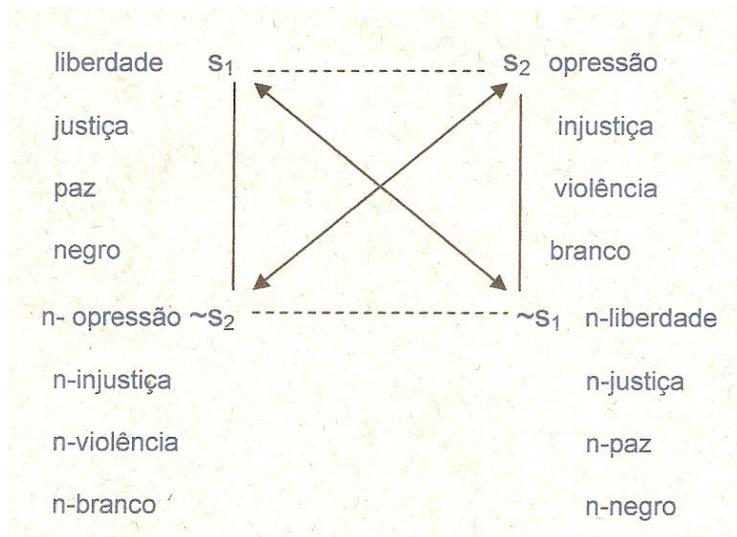
política brasileira, encontram-se os constituintes semânticos já revestidos desses valores e relacionados numa lógica contextual que os define.

Retomando a noção de discurso como um “conjunto significativo”, o jogo das oposições binárias aparece como um projeto metodológico de análise do nível mais abstrato que secciona o *continuum* da percepção semiótica, uma vez que a apreensão do sentido e o estabelecimento da significação não são dados por partes, mas num todo perceptível; entretanto, no plano do esquadramento da semiótica estrutural para atingir o plano da significação, afirma Greimas ([1966] 1976, p. 27):

A única forma de focalizar, atualmente, o problema da significação consiste em afirmar a existência de descontinuidades, no plano da percepção, e dos espaços diferenciais (...), criadores de significação, sem se preocupar como a natureza das diferenças percebidas.

Diante dessa assertiva geimasiana, é possível planificar hierarquicamente o sentido a partir da segmentação opositiva das estruturas elementares que formam o texto. Entretanto dois valores opostos básicos marcam o sentido geral que são a democracia (expressa como “aberturas democráticas”) e ditadura (expressa como “regime da concentração e do privilégio”). As outras composições elementares do tipo “liberdade vs opressão”, “justiça vs injustiça”, “paz vs violência”, “negros vs brancos” se acoplam a essas estruturas elementares de sentido maiores, que é o ponto de toda a significação fundamental.

Figura 06. Quadrado de oposição de valores



Incorporando essas universais maiores ao quadrado semiótico, esse pode ser ampliado numa figura hexagonal, no qual seus vértices extremos apontam para as proposições universal e particular, as quais representam a conjunção com valores positivos como a **democracia** (“aberturas democráticas”) e a disjunção com valores negativos como **ditadura** representado pelo “regime de concentração e do privilégio”, ficando os outros valores estruturais menores no outros vértices que compõem as relações opositivas, na relação das contrárias e das subcontrárias.

Observa-se que os termos contrapostos (contrários) fazem parte de uma mesma categoria semântica, ligados à dimensão sócio-política de uma nação, representando uma situação política, o que, aliás, configura de forma exemplar a ação discursiva e retórica do ex-Deputado. Os termos que compõem os eixos da figura já conseguem dar forma estruturante ao quadrado da significação, introduzindo a composição fundamental do sentido que é a percepção opositiva dos

termos categoriais para, depois de outros investimentos semânticos ir compondo o plano da narrativa.

É significativo, na composição lógico-figurativa da significação, os termos opositivos **negro** vs **branco**, indicativo de etnia, uma vez que essas não configuram necessariamente termos contrários, isto é, **branco** não é contrário de **negro**. No quadrado semiótico, entretanto, esses termos adquirem valor positivo e negativo, junto aos outros termos, levando-se em conta o contexto, no qual foram utilizados. Vê-se que, no discurso do ex-Deputado, o termo categorial **branco** está representando a ação ilegítima da violência e **negro**, a ação legítima dessa.

Uma certa “visão europeizada da violência” despreza e contesta as ações armadas contra os chamados “países de brancos”; em contrapartida essa mesma “visão” apóia e afirma essa mesma violência nos países negros, ampliando-se a compreensão de “negro” para uma maioria que não detêm o poder, ou seja, latinos e povos indígenas.

Quando se praticam torturas no Chile ou na Argentina, que são países de brancos, a Europa se levanta p/ protestar. Mas quando a violência atinge os negros, como em Uganda de Id Amim Dada, a reação é sempre o riso, um riso patológico. Quando a violência esmaga os índios, os guaranis, o povo paraguaio, tolera-se que a ditadura cediça se consolide. (ANEXO A, I.27-33)

Numa análise mais ordinária da figura lógica, ter-se-ia, no primeiro plano do percurso, o discurso político sua operacionalização na figura lógico-matemática, a qual seria composta pelo jogo da oposição, os sememas que caracterizam o respectivo discurso, a saber, a “liberdade” e a “opressão”. Na parte superior da figura, a universal operaria sua significação no eixo hiponímico com os semas, numa

relação disjuntiva, enquanto a particular, parte inferior da figura, operaria sua significação, no eixo hiponímico, com a conjunção dos semas subcontrários.

Entretanto, nessa análise proposta, o hexágono lógico deve ser operado de forma invertida, tomando-se a universal e a particular na relação de implicação  $s_2$  e  $\sim s_1$ , como também entre  $s_1$  e  $\sim s_2$ , a qual compõe, no quadrado lógico, a relação de subalternidade negativa e positiva respectivamente. Os termos que compõem o eixo dos contrários ( $s_1$  e  $s_2$ ) e subcontrários ( $\sim s_1$  e  $\sim s_2$ ) são formados pelo preenchimento e não preenchimento semântico, as quais são denominados de termos complexos e termos neutros. Na figura lógico-matemática, tem-se como complexos os termos de que são constitutivos de uma categoria semântica, no caso o **sistema político**:  $s_1$ = liberdade e  $s_2$ =opressão; já os termos neutros são aqueles que não fazem parte de uma mesma categoria semântica, como no caso  $\sim s_1$ =n/ opressão e  $\sim s_2$ = n/ liberdade.

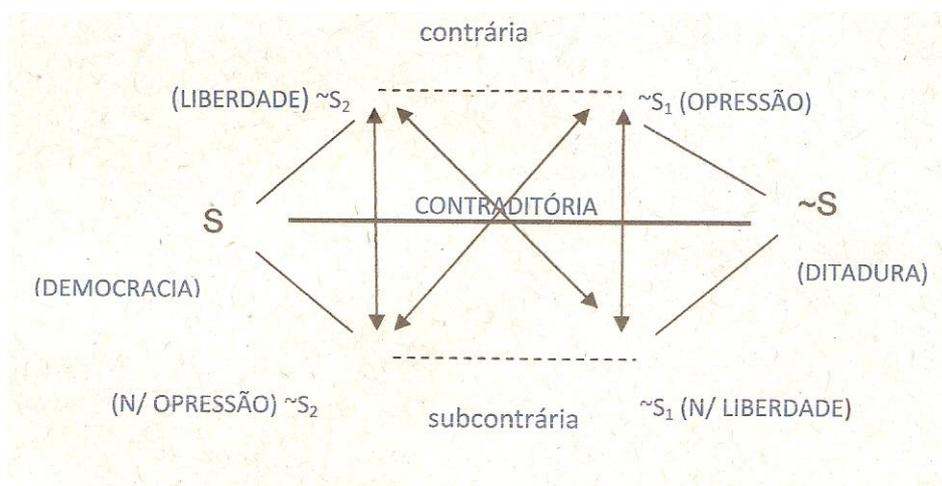
Para a análise proposta do hexágono invertido não se pode desconsiderar a noção de **metatermo**, uma vez que esse é definido como a própria “relação entre os termos de mesma natureza” (GREIMAS; COURTÉS, [s/d], 2008) e que, nessa estrutura geométrica hexagonal, irá constituir por uma relação de implicação das subalternidades, as *dêixis* positiva e negativa.

Como se configuram as *dêixis*, na interpretação semiótica no discurso em análise, nesse primeiro patamar da significação? E de que forma são operadas (relação) na intenção de realizar a significação pretendida?

A relação dos metatermos do eixo da complementaridade, composta pelos termos complexos e neutros ( $s_1$  e  $\sim s_2$ ;  $s_2$  e  $\sim s_1$ ), realizam, assim, as *dêixis* (S e  $\sim S$ ) de natureza positiva, ou seja, a **não-opressão** implica para a **liberdade** (vice-versa) e

afirma a **Democracia**, e outro de natureza negativa, ou seja, a **não-liberdade** implica na **opressão** (vice-versa) que nega a Democracia; a negação desta é a **Ditadura**, conforme figura abaixo:

Figura 07. Hexágono invertido



No discurso em análise, a negação da universal “democracia” é a universal “não democracia” que, nessa operação lógico-matemática, recebe um investimento semântico de valor correlato aquilo que seria a impossibilidade de exercício social humano (liberdade), representado pela “ditadura”. Como a “liberdade” (regime democrático) é o foco desse discurso, contrariamente aos regimes autoritários que são opressores por excelência e exercem suas ações de forma unilateral (uma minoria que detém o poder), agindo coercitivamente, via de regra, sobre a vontade de uma maioria (liberdade individual e coletiva), o hexágono acima apresenta a fundamentação lógica, no nível elementar, implicando a negação da liberdade pela **ditadura** pelos semas  $s_2$  e  $\sim s_1$ ; por outro lado, afirma a **liberdade** pela implicação de  $s_1$  e  $\sim s_2$ . Pode-se também considerar que os regimes democráticos apelam

fundamentalmente para a liberdade e direitos humanos (mesmo que na prática isso não ocorra), permitindo, inclusive, a convivência de ações que prezem pela liberdade do indivíduo e até mesmo aquelas que o oprimem.

É relevante atentar que as *déixis* se situam no campo da percepção, da construção do sentido textual, daquilo que faz com que a linguagem (formal ou não formal) adquira uma forma própria para arranjar e veicular significado. Tanto a linguagem lógico-matemática (linguagem formal) quanto as línguas naturais, que são denominadas de linguagem não formal, não prescindem desses elementos que dão forma, materialidade e sentido à linguagem e que, nessa perspectiva, são os próprios signos, ou seja, os constituintes elementares, os quais mantêm entre si uma relação sintático-semântica, a fim de se estabelecer a significação. As *déixis*, então, desempenham essa função, pois são os próprios signos, que se apresentam como estruturas relacionais denominadas de embreantes.

Em que se pese as controvérsias conceituais em torno da *déixis*, um aspecto parece pacífico de discussão entre linguistas e filósofos da linguagem que é sua característica referencial. O caráter referencial pode ser conseguido por meio de “elementos” diversos e definidos diversamente também, ora como signos em Pierce, ora como *egocentric particulars* em Russel, ora como indicadores de subjetividade em Benveniste e ora como embreantes (*embrayeurs*) em Jaspersen (LAHUD, 1979). Entretanto, em todas essas considerações, não se perde o valor referencial dessa classe linguística, pois

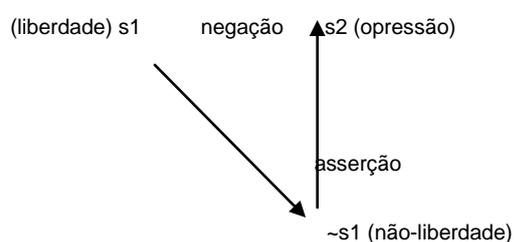
significando a ação de mostrar, indicar, assinalar, etc. \_ , e recentemente transformada em termo técnico da teoria gramatical, esta forma é frequentemente usada por filósofos e lógicos para

designar uma das classes da categoria mais larga das *expressões referenciais definidas*. (LAHUD, 1979, p.40)

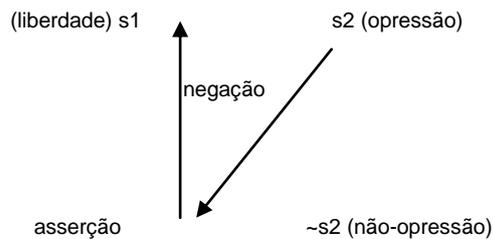
No campo da abordagem linguística, mais precisamente, os dêiticos se apresentam como constituintes linguísticos que realizam a função de ancoragem textual por meio das categorias gramaticais de pessoas, tempo e espaço. Na abordagem semiótica do nível fundamental, os dêiticos são representados pela relação de complementaridade que se dá entre os termos contrários e os contraditórios, já apresentados anteriormente, e que demarcam as relações opositivas básicas, investidos semanticamente nesse plano da significação.

A operação dêítica, no quadrado lógico-semiótico, que dinamiza o primeiro nível do percurso, permite que se constitua a sintaxe elementar por meio da asserção e da negação, relação essa indissociável, pois é no confronto dos contrários e dos contraditórios que a significação é conseguida e daí o primeiro passo para o nível subsequente do percurso, conforme Barros (1988, p.23), quando assevera que “as operações realizadas no quadrado semiótico negam um conteúdo e afirmam outro, engendrando a significação e tornando-a (...) passível de narrativização”.

Nesse contexto discursivo, então, a negação é operada na relação entre os contraditórios (liberdade e não-liberdade) e asserçada na implicação do contrário (opressão), conforme esquema abaixo:



No outro lado do quadrado, a operação também é feita na relação entre os contraditórios (opressão e não-opressão) e asserçada na implicação do contrário (liberdade), conforme esquema abaixo:



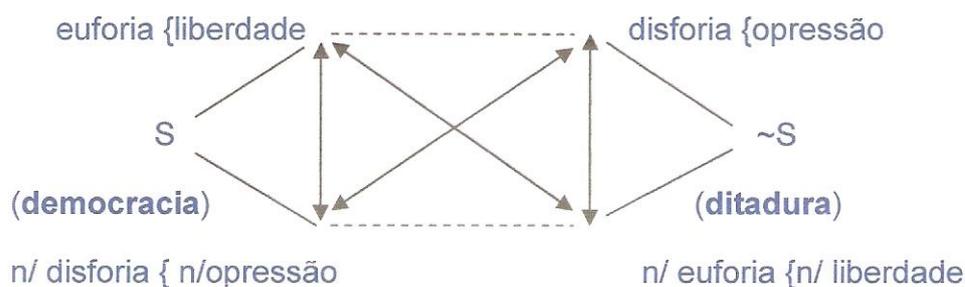
O jogo de oposições dos termos axiologizados, articulado nas relações de negação e asserção, como nos exemplos acima, geram o movimento semântico das categorias fóricas (euforia e disforia) o que prenuncia o início da narratividade. Nesse discurso político, a relação fórica se dá de duas maneiras básicas: eufórica pela conformidade do sujeito com a **liberdade** e tudo que ela representa (paz, justiça), culminando na **democracia**; e a disforia pela não conformidade com a **opressão** (violência, injustiça), culminando, por sua vez, com a **ditadura**, de acordo com a estruturação do hexágono lógico, e verificável nas palavras do próprio sujeito da enunciação.

Meus compromissos essenciais na prática da vida política, dos quais espero não me apartar nunca, dizem respeito à **liberdade** e à **justiça** social. Porque a liberdade pressupõe organização política democrática, garantias dos direitos humanos respeitados, legitimidade do poder pelo consentimento expresso do sufrágio popular, independência e harmonia dos órgãos do Estado. [Grifo da autora] (ANEXO A, I. 41-45)

Por outro lado, a justiça social pressupõe o bem-estar da totalidade do povo, o progresso social, a eliminação da miséria, a vitória contra os preconceitos, o respeito às minorias de todos os tipos. Jamais poderemos ser uma **sociedade verdadeiramente livre**, sem que ela seja, ao mesmo tempo, uma **sociedade totalmente justa**. A **liberdade** e a **justiça** social são valores inseparáveis. [Grifo da autora] (ANEXO A, l. 46-50)

No plano da figura lógico-matemática, a categoria fórica, exemplificada aqui por um termo axiologizado apenas, se distribui nos vértices do quadrado, nos termos  $s_1$  e  $s_2$ , na relação eufórica e disfórica respectivamente, o que viabiliza a implicação **n/euforia** em **disforia**, assim como a **n/disforia** em **euforia**, asserçando e negando os termos-valores, no percurso canônico (FONTANILLE, 2007), como também realiza a *dêixis* positiva e negativa:

Figura 08. As categorias fóricas



A inversão do hexágono lógico, portanto, traça a significação do primeiro nível na hierarquia do percurso da geração de sentido, numa dinâmica entre os constituintes categoriais, cujas relações, segundo Barros (1988, p.22), “são tratadas como operações orientadas”, passíveis de um “sujeito orientador”, isto é, aquele que

escolhe, que opta pelo sentido que quer atribuir ao seu enunciado (discurso). Essa articulação de sentido é o que possibilita a transposição para o nível subsequente da geração de sentido que é o plano narrativo, por meio das relações de natureza sintático-semânticas, entre os termos axiologizados que adquirem movimento (relações actanciais) pela ação dos sujeitos da enunciação.

A enunciação e a identificação do lugar da enunciação num discurso constituem-se noutro ponto não menos importante à compreensão da transitividade do plano mais elementar para o plano intermediário, pois é nessa dimensão isotópica que os sujeitos ganham performatividade e dão “movimento” ao texto, haja vista que a enunciação é a “instância que possibilita a passagem entre a competência e a performance (...) entre as estruturas semióticas virtuais, de cuja atualização ela deve encarregar-se, e as estruturas realizadas sob a forma de discurso” (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008, p.167).

A enunciação, além de uma “instância pressuposta”, também se configura como uma “instância mediadora” do discurso, caracterizando-o, como também os mecanismos de projeção dos dêiticos que são a debreagem e a embreagem, tomando-se como base a tipologia da enunciação. A enunciação, então, como mediadora do discurso, deve ser tomada como a “instância constitutiva do enunciado” (FIORIN, 2008), a manifestação daquela, que comporta os elementos linguísticos constitutivos, os quais remetem à própria ação comunicativa, o que, por sua vez, também deva ser reconhecida como a “instauradora do sujeito”.

Assim, a enunciação pode ser compreendida, de forma geral, segundo Fiorin (2008, p.24), como “enunciação enunciada”, ou seja, aquela em que faz aparecer, no enunciado “marcas e traços que a enunciação propriamente dita deixou”. Tais

marcas e traços acontecem tanto no sentido *lato*, “os traços lingüísticos da presença do locutor”, quanto no sentido *stricto*, quando aparecem os “fatos enunciativos”, ou seja, os elementos dêiticos que caracterizam o ato de linguagem, o *ego hic et nunc* (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008, p.114), cuja apreensão acontece por meio da debreagem enunciativa, que, segundo esses autores, conferem ao sujeito da enunciação a competência discursiva que nada mais é que a ação de mobilizar “um conjunto de procedimentos capazes de instituir o discurso como um espaço e um tempo, povoado de sujeitos outros que não o enunciador”.

Nesse tipo de operação, projetam-se para fora da enunciação os actantes (um *não-eu*, sujeito distinto da enunciação), o tempo (um **não-agora**, distinto do tempo da enunciação) e o lugar (um **não-aqui**, distinto do lugar onde emerge a enunciação). A outra forma de apreensão dêitica se faz pela debreagem enunciativa, cujos elementos dêiticos caracterizam os discursos de natureza não narratológica, ou seja, os discursos objetivos como o científico, por exemplo.

Por outro lado, o processo de embreagem se caracteriza por uma “neutralização” das categorias aspectuais (pessoas, espaço e tempo), por meio da incorporação, por parte da enunciação, dessas mesmas categorias que se projetam na debreagem, ou seja, a embreagem só acontece porque houve a debreagem que a antecedeu. Logo, há uma desreferencialização das instâncias enunciativas, referencializadas antes na debreagem, conforme se pode ver em Greimas e Courté ([s/d], 2008, p.159), que definem a embreagem como:

o efeito de retorno à enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria da pessoa e/ou do espaço, e/ou do tempo, bem como pela denegação da instância do enunciado.

Pode-se observar a embreagem enunciativa actancial, p.ex., no fragmento que segue, quando o “eu”, representado por **minha voz**, se neutraliza com o “ele”, **povo brasileiro**, já que esse “eu” faz também parte da sociedade brasileira.

Ontem, como hoje, e como sempre, **minha voz** há de levantar-se para traduzir o sentimento do **povo brasileiro**. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l. 33-35)

Nesse outro fragmento, observa-se uma embreagem enunciativa espacial quando neutraliza **nosso país** (Brasil; povo brasileiro) com **povos da América Latina** (o brasileiro também faz parte dos povos latino-americanos)

O que é alentador, porém, é que, há cinco anos, era pesada, em **nosso País**, a representação das ditaduras que esmagam, sufocam e humilham **os povos da América Latina**. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l. 21-23)

Assim, é no trânsito entre os mecanismos de debreagem e embreagem que se forma a tessitura textual, construída por meio da incorporação das categoriais aspectuais e materializadas pelo uso dos constituintes linguísticos, como pronomes, verbos, advérbios, permitindo, dessa forma, que o “conteúdo” exteriorize-se, tenha visibilidade, por um meio de “expressão” que é a linguagem, o que formaliza o processo de discursivização.

No discurso em questão, o tipo predominante de enunciação, como já exposto, é a enunciada e, mais propriamente, a enunciativa, haja vista a presença dos elementos dêiticos de discursivização, entendido como o mecanismo por meio do qual se originam os constituintes categoriais da aspectualização da materialidade da

enunciação, ou seja, o enunciado, reunidos sob a forma de processo de actorialização, espacialização e temporalização, processos esses que são operacionalizados pela enunciação.

Numa abordagem mais geral e introdutória desses processos, vê-se que o enunciador (Francisco Pinto) constrói todo seu discurso em 1ª. pessoa (sing/plu.), colocando-se tanto à frente de sua fala, responsável pela mesma, como também responsável pela “fala” de um grupo de pessoas os quais representa – os deputados de oposição. O mecanismo de actorialização, a primeira vista, pode ser notado, levando-se em conta os parâmetros das desinências verbais de pessoa, p.ex., “negamos” (l.10) como da explicitude do uso do semema “nós” (l.11).

No tocante à espacialização e à temporalização, essas já são conhecidas mesmo antes de se tomar o texto como um todo, pois, logo no título, aparecem indicativos linguísticos que apontam o **onde** e o **quando** o discurso foi explanado, mais claramente, o pronunciamento acontece na Câmara Federal, em Brasília, um dia antes da posse do General Figueiredo, no dia 14 de março, conforme é afirmado: o “General João Baptista de Oliveira toma posse amanhã na Presidência da República”, ou seja, no dia 15 de março de 1979.

Como as marcas linguísticas que conferem ao texto característica de enunciação enunciativa são inequívocas, pode-se então esquadrihar o mecanismo de debreagem, sem perder de vista, entretanto, certas condições que fazem parte do escopo metodológico da semiótica. Nessa direção, importa lembrar, que a categoria de pessoa (eu/tu), que emerge do enunciado, é o centro do processo de debreagem (e embreagem), uma vez que é a partir da categoria actancial que se configuram tempo e espaço da narrativização.

No cuidado analítico do mecanismo da debreagem, a presença de um “eu”, no plano textual, nunca indica um indivíduo, mas se trata de “algo exclusivamente lingüístico” (FIORIN, 2008, p.24), pertinente ao ato discursivo, como também nunca se refere diretamente ao sujeito da enunciação, pois esse está sempre “implícito e pressuposto” na instância da qual faz parte.

O processo de debreagem cria, no enunciado, as categorias aspectuais, e mais especificamente, as de pessoas que são representadas pelo “não-eu” da enunciação. Vê-se, assim, que o sujeito da enunciação é constituído por aquilo que ele não é, ou seja, o “não-eu” que, na verdade, representa o “eu” do enunciado projetado pelo mecanismo debreático, diferente do “eu” da enunciação. O enunciado, portanto, configura-se como um simulacro da enunciação, uma vez que esta é sempre pressuposta para que o enunciado possa existir.

Passando-se agora e mais propriamente ao discurso em análise, observa-se logo de imediato que esse se inicia com um tipo de enunciado que aparenta objetividade por sua característica mais descritiva. Entretanto, esse enunciado é resultante de uma debreagem enunciativa, típica dos discursos de natureza subjetiva, os quais são projetados o “não-eu”, o “não-agora” e “não-aqui” da enunciação, que constitui a enunciação enunciada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o General João Baptista de Oliveira toma posse amanhã na Presidência da República. Assume um mandato que não vem honrado pela unção legitimadora da vontade popular. Mas, de qualquer forma, amanhã será um dia de festas oficiais. (ANEXO A, l.6-9)

Nesse fragmento, apesar de não marcado com a dêixis de pessoa, é possível perceber, pelo mecanismo debreático, a projeção do “não-agora” da enunciação, ou

seja, o “agora” do enunciado pela marca adverbial **amanhã**. O **amanhã** permite perceber o “agora” do enunciado, dia 14 de março de 1979, em relação ao **amanhã** (dia da posse, 15 de março de 1979).

Numa apreensão mais geral, na totalidade do discurso político, vê-se que o tecido textual é entrecortado por ambos os mecanismos de debreagem (enunciativa e enunciativa) que se alternam, de maneira criativa, com vistas também à consolidação dos argumentos a favor das teses (idéias) apresentadas, intencionando à persuasão dos seus enunciatários, haja vista que as “projeções da enunciação explicam-se, em última instância, como procedimentos utilizados pelo enunciador para levar o enunciatário a crer e a fazer” (BARROS, 1988, p.73), conforme os seguintes trechos:

Acreditam alguns \_ não **o negamos** \_ que se inicia com essa investidura um período de ampliação e consolidação das chamadas aberturas democráticas. Para **nós**, da Oposição, não é possível alimentar ilusões. **Instala-se** mais um Governo desprovido de compromissos que o vinculem ao povo. **Sua** verdadeira face se revela com a simples indicação dos nomes que comporão, no seu conjunto, o futuro Ministério. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.10-14)

**Mantenho**, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a **minha** grande e fundamental intolerância, que é aquela contra as ditaduras obscurantistas. **Nosso** dever é denunciá-las sempre, custe o que custar, pague o preço que pagar. **Denunciar** e **advertir** contra a equívoca visão europeizada da violência. **Quando** se praticam torturas no Chile ou na Argentina, que são países de brancos, a Europa se levanta para protestar. **Mas quando** a violência atinge os negros, como em Uganda de Id Amin Dada, a reação é sempre o riso, um riso patológico. **Quando** a violência esmaga os índios, os guaranis, o povo paraguaio, **tolera-se** que a ditadura cediça se consolide. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.24-32)

**Meus** compromissos essenciais na prática da vida política, dos quais **espero** não **me** apartar nunca, dizem respeito à liberdade e à justiça

social. **Porque** a liberdade pressupõe organização política democrática, garantias dos direitos humanos respeitados, legitimidade do poder pelo consentimento expresso do sufrágio popular, independência e harmonia dos órgãos do Estado. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.41-45)

É visível, nos exemplos salientados acima, o funcionamento operacional das debreagens quando do uso dos verbos em 1ª. pessoa (sing./plu.): **negamos**, l. 10; **mantenho**, l.26; **espero**, l.44); dos pronomes (oblíquo, reto, pessoal e possessivos): **o** (l.10); **sua** (l.13); **minha** (l.26); **nosso** (l.27); **meus** (l.44); **me** (l.45) que marcam a debreagem enunciativa, acompanhada pelos enunciados enunciados, que caracterizam a debreagem enunciativa, representados, nos exemplos selecionados, pelos argumentos de natureza explicativa e exploratória sobre o tema, e projetados, no enunciado, por estruturas linguísticas que os caracterizam, como os verbos impessoais (**instala-se**, l.12; **tolera-se** l.33; **denunciar** e **advertir**, l. 28-29), as partículas explicativas (**mas quando**, l.31; **porque**, l.45) e o advérbio (**quando**, l.29 e 32). Assim, a debreagem actancial, resultante dos tipos distintos de debreagem (enunciativa e enunciativa), faz aparecer no enunciado os actantes “eu” e “ele”, característicos da enunciação enunciativa e do enunciado propriamente dito, respectivamente. (BARROS, 1988)

Os actantes do enunciado, que foram projetados pela debreagem enunciativa, aparecem alternados entre o “eu” propriamente dito, marcado pelas desinências número-pessoal de 1ª pessoa do sing., assim como um ‘eu”, camuflado por uma estratégia retórica, típica dos argumentos políticos, que é o uso da 1ª. pessoa do plural que dilui a impressão de uma fala particular do enunciador. Notam-se, nos fragmentos abaixo, como essa alternância se apresenta, buscando-se, por parte do enunciador, uma determinada *performance* por parte do(s) enunciatário(s) numa

relação persuasivo-interpretativa, “ainda que o fazer pretendido pelo enunciador não se realize” (BARROS, 1988, p.93), como também marcar inequivocamente sua posição político-ideológica naquele contexto.

Ora, como o enunciador é deputado de esquerda, o ex-político Francisco Pinto, opositor aos ditames do governo militar, o “conteúdo” de toda sua ação discursiva foi pautada numa crítica contundente à posse do General Figueiredo e na presença do presidente paraguaio, o General Strossner, que se deu no dia seguinte (15 de março) ao dia 14 de março de 1979, data em que o discurso foi pronunciado na Câmara dos Deputados em Brasília ( DF).

Acreditam alguns \_ não **o negamos** \_ que se inicia com essa investidura um período de ampliação e consolidação das chamadas aberturas democráticas. **Para nós, da Oposição**, não é possível alimentar ilusões. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.10-12)

**O que reconhecemos é que avançamos** um pouco. **Conquistamos e fortalecemos** posições na árdua luta pelas liberdades, que acabarão por fazer ruir, pela força do povo organizado e consciente, o regime da concentração e do privilégio. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.15-17)

**Creio**, Sr. Presidente, que na festança oficial mesmo se possa colher uma evidência disso: é com sentimento de alívio \_ **confesso** \_ e até com uma ponta de alegria, que **registro** a presença isolada do General Strossner, amanhã nesta Capital. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.18-20)

**Mantenho**, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a **minha grande e fundamental intolerância**, que é aquela contra as ditaduras obscurantistas. **Nosso dever é denunciá-las** sempre, custe o que custar, pague o preço que pagar. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.24-26)

**Não nos apraz festejar**, em qualquer parte do mundo, representantes de sistemas que são exatamente os símbolos mais

ignominiosos da violência e do arbítrio em nosso tempo. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.38-40)

**Meus compromissos essenciais** na prática da vida política, dos quais **espero não me apartar** nunca, dizem respeito à liberdade e à justiça social. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.41-42)

A **mim, sei**, não satisfaz cantar a destruição. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.57-58)

O que **pretendo** mesmo e o de que **gosto** é cantar a esperança, a fé na liberdade do dia de amanhã, para todos os povos. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.57-59)

Os fragmentos selecionados apresentam também marcas espaço-temporais, assim como outros fragmentos abaixo citados, resultantes da debreagem enunciativas que, segundo Barros (1988, p.88) “definem-se como projeção, para fora da instância da enunciação, do *agora* e do *aqui* do discurso, o que institui, por pressuposição, o *agora* e o *aqui* da enunciação”. O processo de debreagem enunciativa, então, faz aparecer no enunciado as marcas temporais e espaciais que foram projetadas para fora da enunciação e que são caracterizadas pelo “não-agora” e o “não-aqui”, isto é, o “agora” e o “aqui” do enunciado, a saber:

(...) registro a presença isolada do General Strossner, **amanhã nesta Capital**. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l. 20)

O que é alentador, porém, é que, **há cinco anos**, era pesada, **em nosso País**, a representação das ditaduras que esmagam, sufocam e humilham os povos da América Latina. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l. 21-23)

**Ontem**, como **hoje**, e como **sempre**, minha voz há de levantar-se para traduzir o sentimento do povo brasileiro (...).[Grifo da autora]. (ANEXO A, I. 33-35)

Sei que é ilusório falar em liberdade e justiça em **nosso continente**, enquanto grupos privilegiados enfeixam em suas mãos a riqueza e o poder e milhões de homens vivem na miséria. [Grifo da autora]. (ANEXO A, I. 52-54)

Os advérbios de tempo e as expressões locativas caracterizam muito bem as relações entre as coordenadas espaço-temporais do enunciado, as quais se articulam num sistema de referencialização, simulado metaforicamente e metonimicamente, fazendo, dessa forma, emergir no enunciado o “agora” e “aqui” e o “então” e o “lá”, respectivamente. Como resultante desse sistema de referência, tem-se tempo e espaço subjetivos e objetivos, os quais são determinados pela “categoria topológica” de concomitância vs não-concomitância, entendendo-se **concomitância** como uma categoria que significa a presença de duas ou mais grandezas (tempo e espaço) no interior de um dado enunciado. (GREIMAS; COURTÉS, [s/d], 2008).

Importa considerar nessa discussão, que o espaço e tempo subjetivo e objetivo, além de serem resultantes do sistema de referenciação metafórico ou metonímico, instalados pelo sujeito da enunciação (BARROS, 1988), são também resultantes do tipo de debreagem (enunciativa e enunciva) engendrada por esse mesmo sistema de referência. Ou seja, o sistema metafórico remete ao “agora” e ao “aqui” do enunciado, debreados enunciativamente, caracterizando um tempo e espaço subjetivos; já o sistema metonímico remete a um “então” e “lá” do enunciado, debreados enuncivamente, o que caracteriza tempo e espaço objetivos.

A debreagem da categoria espaço-tempo se configura, portanto, como um recurso metodológico para fazer emergir do enunciado o simulacro dimensional da enunciação, já que esta é sempre pressuposta, assim como suas categorias dêiticas de pessoa, espaço e tempo.

Observa-se, nos trechos acima, exemplos de como esse sistema de temporalização e espacialização aparecem no discurso, como a temporalização e espacialização no “agora” e “aqui” do enunciado (trechos negritados). Abaixo, seguem exemplos das referências de um tempo e espaço do “então” e do “lá” do enunciado (trechos negritados).

**Quando** se praticam torturas **no Chile** ou **na Argentina**, que são países de brancos, a **Europa** se levanta para protestar. Mas **quando** a violência atinge os negros, como em **Uganda** de Id Amin Dada, a reação é sempre o riso, um riso patológico. **Quando** a violência esmaga os índios, os guaranis, o povo paraguaio, tolera-se que a ditadura cediça se consolide. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.27-32)

Por outro lado, a justiça social **pressupõe** o bem-estar da totalidade do povo, o progresso social, a eliminação da miséria, a vitória contra os preconceitos, o respeito à **minorias** de todos os tipos. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.46-48)

Liberdade e justiça **continuarão sendo** simples palavras, embora grandes palavras, desprovidas de conteúdo real e verdadeiro, para milhões que formam a essência da **pátria latino-americana**. [Grifo da autora]. (ANEXO A, l.54-56)

A categoria topológica de concomitância vs não-concomitância é uma relação instaurada pela debreagem temporal, em que a concomitância institui, por pressuposição, o “agora” da enunciação e a não-concomitância institui o tempo do “então”, que é debreado enuncivamente, instaurando um tempo objetivo. A não-concomitância ainda se bifurca na instância temporal de **anterioridade** e

**posterioridade** que, segundo Greimas e Courtés ([s/d], 2008), tais instâncias dizem respeito ao “tempo zero” que é o tempo de “então”.

Nos fragmentos acima, é possível notar a projeção do tempo objetivo de “então”, cujos enunciados apresentam marcas de debreagens enuncivas que caracterizam os enunciados com caráter objetivo. No primeiro fragmento, o tempo de “então”, dado pelo advérbio **quando** (l.27), tempo não-concomitante posterior à ação narrativa, algo que está por acontecer.; no segundo fragmento o verbo no presente do indicativo (**pressupõe**, l.43), realiza o tempo de “então” do enunciado concomitante à ação narrativa e, no terceiro fragmento, a locução verbal (**continuarão sendo**, l.54) realiza o tempo de “então” numa ação de tempo continuada (uso do gerúndio), mas que a projeta para além do tempo da ação narrativa, ou seja, na não-concomitância posterior. Essas marcas temporais estão atreladas ao espaço “lá” que é instaurado nos enunciados por **Europa, Chile, Uganda, Argentina e Paraguai** (representado pelo **povo paraguaio** e **índios guaranis**); instaurado também e curiosamente por um “lá” ideológico, isto é, tomado de um “lugar ideológico” do qual fazem parte as **minorias** (os menos favorecidos, sem poder, os pobres dos países pobres, etc) e por um “lá” representado pela América Latina (**povos latinos-americanos**).

Como as debreagens enunciativa e enunciva estabelecem o efeito de sentido subjetivo e objetivo dos enunciados (FIORIN, 2008), com suas marcas dimensionais características, observou-se, nos exemplos anteriores, por meio de uma ação mais descritiva dos fatos por parte do enunciador, as marca de objetividade, fornecidas pela debreagem enunciva, no enunciado enunciado.

Abaixo, seguem alguns fragmentos que estão na ordem subjetiva dos acontecimentos narrativos, nos quais predominam as marcas linguísticas que caracterizam a presença do enunciador, por meio das desinências verbais e pronomes, e que exemplificam a projeção temporal. Nessas enunciações enunciadas, as debreagens temporais estão marcadas na categoria topológica de concomitância e não-concomitância em relação ao “agora” da enunciação.

Creio, Sr. Presidente, que **na festança oficial** mesmo se possa colher uma evidência disso (...). [Grifo da autora]. (ANEXO A, I.18-19)

é com sentimento de alívio \_ **confesso** \_ e até com uma ponta de alegria, que **registro** a presença isolada do General Strossner, amanhã **nesta Capital**. [Grifo da autora]. (ANEXO A, I.19-20)

O que é alentador, porém, é que, **há cinco anos**, era pesada, **em nosso País**, a representação das ditaduras que esmagam, sufocam e humilham os povos da **América Latina**. [Grifo da autora]. (ANEXO A, I. 21-23)

**Ontem**, como **hoje**, e como **sempre**, minha voz há de levantar-se para traduzir o sentimento do **povo brasileiro** (...).[Grifo da autora]. (ANEXO A, I. 33-35)

Logo, no primeiro fragmento, há uma não-concomitância posterior em relação ao “agora” da enunciação, pois a expressão **se possa colher**, projeta para o futuro, no espaço da **festança oficial** (posse do General Figueiredo no dia seguinte) a ação futura. No segundo fragmento, há uma relação de concomitância temporal em relação ao “agora” da enunciação, pois o verbo registrar, no presente do indicativo (**registro**), presentifica a ação narrativa distinta de um tempo de “então”, secundado ainda pelo verbo confessar (**confesso**) que ratifica a ação no tempo do “agora”.

Já, no terceiro fragmento, o tempo é não-concomitante ao “não-agora” da enunciação e anterior ao tempo de “agora”, marcado, no enunciado, pela expressão **há cinco anos**; e, no quarto fragmento, apesar do enunciado ser marcado por advérbios temporais, cujos conteúdos semânticos apontam para uma ação passada (ontem), presente (hoje) e de um futuro infinito (sempre), a debreagem acontece na relação de concomitância como “agora” da enunciação, pois o verbo **levantar-se**, na expressão **minha voz há de levantar-se para traduzir**, engloba a ação narrativa, presentificando-a, criando um simulacro de paralelismo temporal entre o tempo “agora” da enunciação e o tempo objetivo do enunciado, como também pode ser notado em outros trechos do discurso: **não é possível alimentar ilusões** (l.12); **o que reconhecemos é que avançamos um pouco** (l.15); **conquistamos e fortalecemos posições na árdua luta** (l.15-16); **não nos apraz festejar** (l.38); **meus compromissos essenciais (...), dos quais espero não me apartar nunca** (l.41-42); **cada um cumpra o seu dever** (l. 57); **pretendo mesmo e o de que gosto é cantar a esperança** (l.58-59).

Assim, como nos enunciados enunciados, a enunciação enunciada debrea-se temporalmente nas categorias topológicas de tempo, acompanhadas pelas marcas dêiticas de espaço de um “aqui” da enunciação como em **nesta Capital** e Brasil (representado pela expressão **povo brasileiro**) e de um “lá” (alhures) **América Latina**. Importa considerar que apesar do Brasil fazer parte da América Latina, o efeito de sentido criado pelo enunciador distancia o citado país desse contexto.

A alternância entre a enunciação enunciada (subjetividade) e de enunciado enunciado (objetividade) é notória na composição textual desse discurso, o que aliás corrobora na caracterização inequívoca de discursos dessa natureza (política e persuasiva). A intenção comunicativo-persuasiva, assim, é focada no(s)

enunciatório(s), levando-os a optar por certas posturas políticas, por meio da crítica e da denúncia, as quais são melhores veiculadas por uma construção discursiva mais clara e objetiva, evitando-se, então, as marcas linguísticas do discurso direto (diálogo), o que, na verdade, não é eficaz para esse tipo de atividade comunicativa. Por isso que, no processo de aplicação das debreagens, só foram produzidas debreagens de primeiro grau, uma vez que a materialidade discursiva é destituída de marcas de diálogo.

A partir das considerações feitas, é possível constatar que a enunciação não é algo simples, mas um mecanismo complexo que se materializa numa de redes de enunciados, os quais são portadores das estruturas categoriais de pessoa, tempo e espaço que engendram, por sua articulação, o processo de significação. A significação, portanto, não é algo dado e pronto, mas se trata de uma operação que se realiza enquanto processo, enquanto ato, assim como o ato de significar, isto é de “sentido articulado” (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008).

A significação, como processo, se faz perceptível a partir da relação resultante entre “expressão” e “conteúdo”, assim como o ato da semiose, cuja realização é operada pelo enunciatório. A semiose, então, é conseguida, por meio dos enunciados, que compõem a significação textual, articulando-se na composição subjetiva e objetiva de sentido, realizando a ação dos actantes, os quais definem as coordenadas espaço-temporais, bem como os mecanismos embreáticos e debreáticos.

## 3.2 UM ESTUDOS SOBRE O PROGRAMA NARRATIVO E AS MODALIDADES.

### 3.2.1 Um relato sobre o início da mudança

*Eu continuo cada vez mais militar. Estou fazendo uma força desgraçada pra ser político (...) o que eu gosto é de clarim e de quartel.*  
(Declaração do General João B. Figueiredo ao Jornal do Brasil, 11/08/78)

Maio de 1981. Cerca de 20 mil pessoas assistiam ao *show* de comemoração do dia do trabalhador, no pavilhão do Riocentro (cidade do Rio de Janeiro), com a participação de vários artistas da música nacional, quando explode uma bomba, dentro de um carro, no estacionamento, atingindo dois militares do Exército, o capitão Wilson Luís Chaves Machado, que estava ao volante, mas não morreu, apesar dos graves ferimentos e, no carona, morto com o corpo dilacerado, o sargento Guilherme Pereira do Rosário.

Nove e vinte. O Puma deixa a vaga de ré. De repente uma língua de fogo sai do carro e um estrondo seco ecoa no estacionamento. A bomba que está no colo de Rosário explode antes da hora. O teto do carro estufa e se rompe em alguns pontos. Os vidros são estilhaçados, assim como o painel. A porta direita do carro é arrancada e voa pelo estacionamento. Uma fumaça espessa sai da carcaça do Puma. O sargento Rosário está morto com a cabeça caída sobre o ombro direito. Seu ventre e sua genitália estão destruídos e falta-lhe um dedo numa das mãos, que será encontrado mais tarde a dez metros de distância, sobre o capô de um carro. Seu rosto está parcialmente desfigurado, com pedaços de fio azul soldados ao que restou do nariz. (FIGUEIREDO, 2005, p.319)

O evento comemorativo fora organizado pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), cujo convite e reunião dos artistas da MPB ficara a cargo de Francisco Buarque de Holanda (Chico Buarque), além de outras personalidades civis de destaque nacional que se fizeram presentes, a fim de prestigiarem o evento. Entretanto, o show do Riocentro não se configurava como uma mera comemoração, mas ali representava uma ameaça pública aos moribundos ditames do regime militar, uma vez que pessoas ligadas ao partido comunista também se fizeram presentes, fortalecendo as novas e inevitáveis propostas de mudança política.

Daí, o orquestramento do atentado com bomba pelo alto comando do Exército, na figura do Coronel Newton Cerqueira, operacionalizado pelo DOI e com a conveniência e apoio logístico do Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro que suspendeu o reforço de segurança policial para o *show*, além de orientar prontidão nos quartéis para alguma eventual necessidade.

O atentado a bomba foi pensado no sentido de restaurar as frágeis forças políticas do regime militar, que já apresentavam inequívocos sinais de dissolução, inculcando, para tanto, os “marxistas e terroristas” pela morte talvez de centenas de civis, se, de fato, o atentado chegasse a termo, conforme idealizou o Comando do Exército, pois “o caráter político do show era outro fator que irritava o coronel Cerqueira. Aquilo era coisa de marxista, pensava ele”. (FIGUEIREDO, 2005, p.315). E mais: “eles pretendiam colocar na conta da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) o estrago que fariam, e assim os radicais do governo e das Forças Armadas teriam uma boa desculpa para enterrar a abertura e fechar o regime”. (FIGUEIREDO, 2005, 317). Não obstante a arquitetura militar, o atentado não ocorreu de acordo com os planos do Exército, exigindo, dessa instância

governamental, explicações, no mínimo amenizadoras, diante dos graves acontecimentos ocorridos com os dois militares enviados para detonarem a bomba.

Os militares, atingidos pela explosão inesperada do artefato, o capitão Machado, conhecido, “nos porões do DOI/CODI carioca como Dr. Barbosa”, e o sargento Rosário, como Wagner, foram cuidadosamente escolhidos para esse tentame, em virtude de suas qualificações pessoais e profissionais, pois, assim, não descuidariam do preparo e da execução do plano e, conseqüentemente, não deixariam rastros desastrosos ou pistas que pudessem implicar nos verdadeiros autores do atentado, conforme assinala Figueiredo (2005), em seu dossiê sobre o SNI,

[...] o capitão Machado faz parte de um corpo de elite do Exército treinado na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras). Alto, forte, jogador de vôlei de praia, aos 34 anos de idade o capitão é um armário fardado. Já o sargento Rosário - 35 anos, codinome Wagner – é um especialista em explosivos. Tem no currículo dez anos de serviços prestados a órgãos de informação e, no peito, a Medalha do Pacificador, ganha por “atos de bravura e heroísmo na luta contra a subversão”. (FIGUEIREDO, 2005, p.317)

Mesmo com o preparo técnico dos seus agentes enviados, o Exército não contava como o novo curso dos acontecimentos, ou seja, com a falha repentina nos planos básicos de instalação das bombas e com a detonação abrupta de uma delas. Os militares, diante da exposição pública de repórteres e populares que ali estavam para o show, tomaram rápidas medidas para conter a propagação da notícia, mas já era tarde demais. O país já tomava ciência do atentado do Riocentro, divulgado em seus telejornais do dia seguinte, apesar desse fato, em si, não ter interrompido o show e sua programação que, aliás, só terminou às 2h da manhã, mesmo após a segunda explosão ocorrida às 21:45h, um pouco depois daquela do estacionamento.

A segunda explosão [...] atingira a miniestação de energia do Riocentro. Para sorte geral da nação, o petardo fora mal arremessado por sobre o muro da miniestação e explodira no pátio. Abriu no chão um buraco de um metro de diâmetro por sessenta centímetros de profundidade, mas não danificou os equipamentos que fornecem energia ao pavilhão. [...]. O atentado terrorista potencialmente mais violento da história do Brasil fracassa. (FIGUEIREDO, 2005, p.321)

As repercussões do atentado foram amplas e acionaram vários segmentos da sociedade brasileira, mais diretamente os políticos de esquerda que buscaram explicações claras e, no mínimo, plausíveis para o fato. O Exército tentava, a todo custo, desviar a atenção para o ocorrido ou inverter a origem real das causas dos acontecimentos, afirmando que os agentes militares, na verdade, foram vítimas de atentado pelos “marxistas subversivos”, quando em missão oficial no show do Riocentro. Entretanto, essas tentativas de explicações, oriundas dos órgãos oficiais, não convenceram nem partidos político e nem políticos de esquerda, uma vez que “líderes do Congresso condenaram o ato de terrorismo e muitos se preocuparam com o fato de que a ocultação da verdade fosse prova de que os linhas-duras ainda poderiam sabotar a abertura”. (SKIDMORE, 1988, p. 444)

A instalação de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar os fatos foi inevitável e, até mesmo, necessária diante das pressões sociais e políticas em torno do atentado e de uma possível volta ao estado de obliteração política no país. O Serviço Nacional de Informação (SNI) estava à frente do inquérito, como também das notícias oficiais que eram enviadas aos órgãos de comunicação, mascarando as informações de acordo com as conveniências governamentais, em nome da segurança nacional, a exemplo da divulgação da “existência de um complô que teria

sido armado para denegrir a imagem do regime. A culpa de tudo, como sempre, era dos comunistas”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 324)

Tendo como um dos seus mentores, o coronel Golbery do Couto e Silva, que sempre desfrutou de trânsito livre e prestígio, na esfera política federal, assumindo o comando do órgão de informação, em 1961, quando ainda era denominado Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (Sfici), o SNI cuidava e controlava a condução do IPM, sob a direção do seu então chefe, o General Newton Cruz.

Em que pese o ministro Golbery do Couto e Silva ter passado por cargos importantes no alto escalão dos governos federais, desde a presidência de Jânio Quadros, quando esse o convidou a assumir o Conselho de Segurança Nacional, até como chefe do Gabinete Civil, no período Geisel, no governo Figueiredo, ainda como chefe do Gabinete Civil, não desfrutava mais de tanto prestígio com o presidente e nem exercia mais tanta influência sobre este.

Seu desgaste político era evidente e cada vez mais se acentuavam suas incompatibilidades com as ações orientadas pelo SNI, culminando com o episódio do Riocentro. O referido ministro fez explícitas declarações contra as atitudes militares sobre a condução do IPM pelo serviço de informação, “deixando transparecer que não compactuava com a impunidade do caso”. (FIGUEIREDO, 2005, p.329). Essa atitude, secundado pelo desprestígio junto à presidência, conduziu ao pedido de demissão no início do mês de agosto de 1981, o que abalou ainda mais a já frágil estabilidade do governo militar.

Ninguém tinha maior interesse na continuação do processo de liberalização do que Golbery. Imediatamente ele providenciou (por trás das cortinas como se costumava trabalhar) no sentido de que o

inquérito sobre o incidente do Riocentro fosse conduzido abertamente com toda a honestidade. Quando a dissimulação se tornou óbvia, ele se viu cada vez mais isolado no palácio presidencial. Renunciou em agosto de 1981. (SKIDMORE, 1988, p. 444)

A busca pela manutenção da credibilidade do governo Figueiredo, levou a condução o inquérito do Riocentro a várias reviravoltas e mudanças, principalmente no tocante às constantes trocas de chefias do SNI. Quando o chefe do serviço de informação não agia de acordo com as prerrogativas do comando militar, fazendo conduzir o inquérito, segundo a veracidade dos fatos ocorridos naquela noite, logo era destituído do cargo e outro militar já o assumia, reconduzindo o inquérito aos caminhos suspeitos das investigações policiais, pois “os militares sabiam de uma coisa: a estratégia de culpar os subversivos pelas bombas do Riocentro só seria bem-sucedida se o governo conseguisse controlar o Inquérito Policial Militar aberto para apurar o episódio”. (FIGUEIREDO, 2005, p.325)

As perícias realizadas e as testemunhas ouvidas já eram suficientes para se chegar ao termo das investigações, apontando os dois militares como autores do episódio, mas não era nada interessante ao já fragilizado governo militar tal conclusão. Uma rede de chantagem e de espionagem foi criada e sustentada, a fim de se ter o controle do inquérito policial, como também das notícias que eram veiculadas para a imprensa dando conta do atentado, com o claro objetivo de retorcer a participação dos principais personagens envolvidos, ou seja, o capitão Machado e o sargento Rosário passariam de réus a vítimas.

O capitão Machado, sobrevivente à explosão, nesse inquérito, sequer foi ouvido, valendo, a princípio, sua versão sobre os fatos, quando chegou ao Hospital Miguel

Couto com severos ferimentos na barriga, expondo-lhe as vísceras, de que os ferimentos foram devidos a explosão de um motor de um veículo a álcool. No transcorrer da apuração dos fatos, essa versão foi alterada, tornando a versão oficial a de que “Rosário e Machado teriam sido vítimas de um atentado terrorista patrocinado por um grupo subversivo. A bomba fora colocada dentro do Puma sem que o capitão e o sargento percebessem”. (FIGUEIREDO, 2005, p.323)

Diante da versão noticiada pelo SNI, na figura de um dos seus representantes e condutor do IPM, o coronel Job Lorena Sant’Anna, o inquérito, então, tomou o rumo desejado pelas forças oficiais e até fez com que os militares, envolvidos mais diretamente, recebessem “tratamento de heróis”, sendo o sargento “enterrado com honras militares”. Após dois meses de investigação, o SNI concluiu o IPM, apresentando a seguinte narrativa oficial para o atentado:

(...) subversivos teriam colocado a bomba no Puma aproveitando um rápido momento em que o sargento e o capitão haviam saído do veículo. Machado teria se afastado do Puma entre cinco e 15 minutos porque precisava esvaziar a bexiga. Enquanto o capitão urinava ‘à vontade’ (palavras de Sant’Anna), o sargento Rosário resolveu esticar as pernas. Nesse curtíssimo lapso de tempo, subversivos teriam aberto a porta do Puma e colocado a bomba entre o banco do passageiro e a porta direita do veículo. (FIGUEIREDO, 2005, p.326)

As conclusões investigativas do SNI não convenceram vários setores da sociedade como órgãos de imprensa e alguns políticos que estavam atentos à condução do IPM, principalmente porque o inquérito não levou em conta a outra explosão que aconteceu na miniestação de energia, a qual nem foi citada, e das outras duas bombas intactas que foram vistas no carro do capitão. Somou-se a esses fatos, a

escolha premeditada do juiz que conduziria o julgamento dos fatos arrolados pelas investigações, certificando-se de que o ajuizamento do caso levaria o inquérito ao arquivamento. Para tanto, o Exército tratou de agir com presteza e eficiência, procurando lembrar ao magistrado que “primeiro, a estabilidade do regime dependia daquele julgamento; segundo, ele estava no início da carreira e seu futuro profissional também dependia daquele julgamento”. (FIGUEIREDO, 2005, p.327)

As desconfianças, em torno do IPM do Riocentro, não foram um fato isolado ou mesmo se deram somente a partir desse atentado, mas refletiam um estado de insatisfação bem maior e que se antecipavam ao atentado do dia do trabalhador. Outros artefatos foram detonados e/ou espalhados pelo país, a exemplo da caixa-bomba enviada à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro, em 1980, que matou a secretária do Conselho Federal dessa instituição, Lydia Monteiro da Silva, quando tentava desembrulhá-la, como também a bomba detonada no gabinete de um vereador do PMDB, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Esses, como tantos outros casos de atentados à bomba, foram tratados a “vistas grossas” por parte dos órgãos policiais, deixando à impunidade e ao descaso, assim como a falta de informações sobre as investigações pelo SNI. Tal tratamento, dado aos casos de atentados, visavam proteger as instituições militares, preservando a figura do presidente, uma vez que se configuravam como estratégias políticas para minar o crescente processo de abertura e, assim, a restauração das forças militares.

Quando os atentados não partiam diretamente dos órgãos de informação e segurança, contavam com sua cumplicidade ou conivência. Militares de alta patente admitiam, em conversas reservadas, que os atentados eram produto da associação de

integrantes do SNI, CIE, Cenimar, Cisa e das polícias. (FIGUEIREDO, 2005, 311)

Encontram-se, entre os políticos de esquerda, não convencidos e incomodados como o andamento do IPM, o então deputado federal Francisco Pinto, cujo discurso em 16 de junho de 1981, traz à memória brasileira, apesar pouco tempo do atentado, as cenas que compuseram o episódio, como também suas preocupações com as supostas manobras realizadas pelo Exército no direcionamento do inquérito. Tomando-se a data do discurso, nota-se que o mesmo foi proferido alguns dias antes da conclusão das investigações pelo SNI, sinalizando que o andamento das investigações já apontava para a obliteração dos fatos, obscuridade de certos testemunhos e da não transparência e pouca força política por parte da presidência da república quanto a verificação do ocorrido.

Nesse discurso, ainda, o fracasso das investigações e a ingovernabilidade do presidente Figueiredo já eram anunciados, quando o ex-político se remete à incapacidade do presidente em gerir com autenticidade e lisura o processo de investigação, apontando a desarticulação das Forças Armadas e a insatisfação da sociedade quanto aos recentes acontecimentos. E, na verdade, o pedido de missão de Golbery do Couto e Silva e a série de explosões, culminando com o evento do Riocentro, deflagraram o “efeito dominó” de queda da ditadura, entendendo-se como último reduto militar, somando-se ao fortalecimento de alguns políticos de esquerda que se evidenciavam pelas ações denunciadoras.

O presidente continuou no cargo por mais quatro longos anos, mas se tornou um morto-vivo político, sem credibilidade e pulso. O Riocentro serviu para mostrar que a ditadura, caindo de poder, finalmente começava a chegar ao fim. (FIGUEIREDO, 2005, p.328)

É salientado por Francisco Pinto, em seu discurso, duas figuras de destaque à época, o presidente da Câmara Federal, Nelson Marchezan, e o diretor do SNI, o Gen. Octávio Aguiar de Medeiros. A mais importante delas, a do Gen. Octávio Medeiros, não poderia ser deixada a largo, pois teve papel de destaque durante todo o governo militar, inclusive como um nome indicado à sucessão de gen. Figueiredo à Presidência da República, e, mais precisamente, nas investigações do caso Riocentro.

Compondo a direção do SNI e amigo pessoal do Presidente Figueiredo, o Gen. Medeiros desfrutava da influência de aconselhar o presidente, desbancando o Ministro Golbery; daí um dos motivos do pedido de sua demissão.

Havia tempos que Figueiredo dava mais ouvidos a outros ministros, principalmente ao chefe do Serviço Nacional de Informações. Além de amigo do presidente, o general Octávio Medeiros se tornara o principal conselheiro de Figueiredo, fato que Golbery não engolia. (FIGUEIREDO, 2005, 329)

Salientam-se, na caminhada da abertura política, outros episódios que abalavam as forças militares, quais sejam os problemas de saúde enfrentados pelo presidente Figueiredo o que geravam temor e insegurança por parte do seu *staff*. Por outro lado, o abalo na saúde do general presidente também intranqüilizava a esquerda política, uma vez que essa temia ações contrárias ao incipiente processo de democratização. Mas isso não aconteceu. O general Figueiredo se recuperou, em algumas semanas, do infarto sofrido, em setembro de daquele mesmo ano.

Em que pese os acontecimentos do ano de 1981, não houve impedimento das eleições para governador em novembro desse mesmo ano, ampliando-se ainda mais os processos de mudanças políticas deflagrados anteriormente.

Em 1982, os opositoristas haviam conquistado a maioria das cadeiras da Câmara e, nas eleições para governador, haviam vencido em dez Estados, entre eles São Paulo, Rio e Minas Gerais. O cacife político da oposição crescia junto à massa, mas o problema era que a eleição presidencial continuava a ser indireta. (FIGUEIREDO, 2005, p. 339)

Um fato a assinalar é que, nessas eleições, a Bahia fez parte do grupo de estados que não elegeram governador opositorista. Ao contrário, elegeu candidato apoiado pelo ex-governador Antonio Carlos Magalhães, o feirense João Durval Carneiro, pelo Partido Democrático Social (PDS), em substituição ao candidato falecido em acidente aéreo, Clériston Andrade (PDS), mantendo-se, assim, a tradição do controle de direita, ainda que sob a aurora das eleições locais diretas. Em que pese o governo estadual baiano se conservar em um reduto de direita, no cenário político nacional

(..) foram eleitos doze governadores do PDS, dez do PMDB e um do PDT mostrando que, embora munido de fortes dispositivos legais, o governo não conseguiu vencer a opinião pública. As eleições favoreceram enormemente as oposições e efetivaram a possibilidade de articulações políticas objetivando a realização de eleições diretas para presidente da República. (RODRIGUES, 1992, p.17)

Em 1983, o general Figueiredo tem seu estado de saúde ainda mais agravado, o que recrudescer ainda mais o ânimo das correntes opositoras da ditadura, no sentido de fortalecer o processo das eleições diretas presidenciais. Sob a tutela de várias entidades civis, a exemplo da OAB e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento das “Diretas Já!” começa a ser forjado em junho daquele mesmo ano, ganhando vigor por meio da emenda Dante de Oliveira, votada em abril de 1984. Mesmo sendo vencida por uma fração pequena de votos, a emenda ao menos

mobilizou os deputados de esquerda na pressão da escolha do novo presidente Colégio Eleitoral, no ano de 1985, orientados por Ulysses Guimarães (o Senhor Diretas) e Tancredo Neves. (FIGUEIREDO, 2005)

Escolhido, em 1984, na convenção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do qual fazia parte também o deputado Francisco Pinto, Tancredo Neves, na altura dos seus 74 anos, vence as eleições do Colégio Eleitoral em 5 de janeiro de 1985 com 480 votos contra 180 de Paulo Salim Maluf (PDS). Com a eleição do novo presidente do Brasil, assinala-se historicamente o fim do regime militar e a inauguração da Nova República com um presidente civil depois de 21 anos de ditadura, mesmo com a presença dos “velhos políticos” no poder. (RODRIGUES, 1992)

### **3.2.2 O discurso político, as estratégias narrativas e os aspectos modalizadores**

Uma abordagem introdutória sobre a dimensão de discurso, em Greimas, faz-se necessário, nesse contexto de análise, uma vez que as diversas correntes lingüísticas (p.ex. da Análise de Discurso e da Teoria da Argumentação) e seus estudiosos o definem ou o tomam, como objeto de análise, de maneira diversa. E mais, quanto às diversidades discursivas, propriamente aquela que circunscreve a conceituação de discurso político em sua perspectiva mais estrita.

Importa, então, para esse contexto analítico, o conceito de discurso como o apresentam Greimas e Courtés ([s/d], 2008), isto é, um “processo semiótico”, um movimento para se constituir sentido, uma vez que essa base conceitual permite

interpretar e apreender um texto além de sua materialidade escrita unicamente. Muito mais, inscreve-se em outras diversas formas de realização de sentido, nas quais o sujeito observador, no “espaço semiótico”, encontra o seu fazer, seja na interação com o desenho, a pintura, música etc.

No tocante ao discurso político, o movimento de constituição de sentido se dá, mais diretamente, no campo da materialidade linguística, quando este interage com o sujeito destinador, afetando o ânimo e sensibilizando a percepção deste. Assim, o discurso político, segundo Charaudeau (2008), apresenta um diferencial em relação a outras práticas sociais, na medida em que esse tipo de produção comunicacional se enquadra como portador da “palavra política”.

Ora, como qualquer produção discursiva, o discurso político, por natureza, engendra-se na rede de linguagem, estabelecendo uma relação necessária e indissociável entre “ação, poder e verdade”. Dessa maneira, viabiliza-se, no conjunto da vida em sociedade, em cujo centro se debate “uma verdade do dizer, e uma verdade do fazer, uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão”. (CHARAUDEAU, 2008, p.23)

Nesse tentame, a instância política se configura com o *locus* privilegiado da permanência e ação dos atores que realizam o “debate de idéias” e o “fazer político”, cujo movimento se concretiza por meio de junções com os seus objetos de desejo, gerando um fluxo contínuo de ação. Por meio das expressões modalizadoras, os atores/sujeitos da ação conseguem expressar seus desejos e opiniões, atingindo tanto aqueles que compartilham do seu “lugar ideológico”, quanto aqueles que se situam “fora” desse lugar, mas que não estão isentos dos efeitos das ações políticas, ou melhor asseverando,

A instância política encontra-se no lugar em que os atores têm um 'poder de fazer' – isto é, de decisão e de ação – e um 'poder de fazer pensar' – isto é, de manipulação. É o lugar da governança. Por conta disso, a instância que os reúne está em busca de legitimidade, para ascender a este lugar, de autoridade e de credibilidade, para poder geri-lo e nele se manter. (CHARAUDEAU, 2008, p. 56)

O “fazer” dos sujeitos, portanto, é fundamental na dinâmica do processo de aquisição do seu objeto de desejo o que caracteriza a sua competência. Ora, na instância do discurso político, a busca por esse “fazer” é ainda mais evidente, uma vez que a legitimidade da ação política só é manifestada quando se realizam, por parte dos sujeitos, ações em prol de um projeto político coletivo. Dessa forma, os modos de agir por parte dos sujeitos narrativos, isto é, as suas modalizações, são possíveis por meio dos verbos modalizadores que são o **querer**, **dever**, **poder** e **saber**.

Salienta-se, porém, que para se explorar os verbos modalizadores, faz-se necessário abordar sobre a sintaxe do nível narrativo que é o próprio programa narrativo, pois, já aí, no programa, é formulado o ato primordial da semiótica greimasiana, a fim de se entender a etapa mais importante do percurso de sentido e sua manifestação, no plano discursivo, que é o **fazer** dos sujeitos, haja vista que só pelo **fazer**, na busca pelo seu objeto de valor ( $O_v$ ), que o “enredo” acontece. Importa também considerar que a sintaxe narrativa apresenta-se como o espaço semiótico possível do **fazer**, isto é, o simulacro das ações transformadoras que o homem realiza ou “em outro termos as estruturas narrativas simulam a história da busca de valores, da procura de sentido”. (BARROS, 1988, p. 28)

Assim, não se trata mais, nesse nível semiótico, de se afirmar valores básicos como **mentira** e **verdade**, **censura** e **liberdade**, **ditadura** e **democracia**, mas sim de

realizar a transformação de um estado a outro pela ação dos sujeitos envolvidos na narrativa.

O programa narrativo define-se como um arranjo sintático entre um “enunciado de fazer que rege um enunciado de estado”, compostos pelos sujeitos respectivos ( $S_1$  e  $S_2$ ), cuja relação se estabelece por uma “função fazer” do  $S_1$  sobre um estado de junção do  $S_2$  com  $O_v$ . (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008, p.388-89). Na produção discursiva em análise, o  $S_1$  é actorizado pelo ex-deputado Francisco Pinto que representa a instância política divergente do regime ditatorial, e o  $S_2$  é actorizado pela sociedade civil, representada pelos mais diversos órgãos e instituições que defendem a participação popular (democracia).

A ação política de Francisco Pinto, materializada por sua denúncia na Câmara Federal, configura-se como a busca de um “fazer” transformador pela situação de não transparência nas investigações do IPM do Riocentro. Essa ação transformadora peleja a um estado de conjunção da sociedade civil ( $S_2$ ) com a democracia (apuração imparcial dos fatos), a qual se caracteriza como o  $O_v$ , conforme exemplifica de forma bastante clara o fragmento que segue,

**a Nação espera e está a exigir que se este IPM marchar para o nada**, como tudo indica, pelos indícios que ornamentam as apreensões sinuosas de sua trajetória, que os partidos políticos, a OAB e a ABI voltem a se reunir para retirar a solidariedade que a boa fé ou o entusiasmo permitiram que fosse levada a **um Presidente da República, incapaz de comandar ou conduzir os acontecimentos**. [Grifo da autora]. (ANEXO B, l. 19-24)

Na verdade, toda a trajetória política do deputado feirense foi no sentido de combater o regime de ditatorial para a restauração das forças democráticas, e, nesse discurso, mais declarado está a manifestação de desacordo do deputado com os encaminhamentos dado pelo Exército ao inquérito policial. O programa narrativo formula-se, na estrutura lógico-matemática, como:

$$PN = F [S_1 \longrightarrow (S_2 \cap O_v)]$$

Ou seja, o **sujeito do fazer** age por meio de forças transformadora (denúncia pública) para culminar no enunciado de estado, a fim de que sujeito de estado entre em conjunção com a verdade. Por outro lado, pode-e ter o programa narrativo em que o sujeito de estado entre em disjunção com o objeto-valor, que são as forças de repressão e de obliteração da verdade, em nome da Segurança Nacional, conservando-se o mesmo sujeito do fazer. Assim o programa narrativo se estrutura como:  $PN = F [S_1 \longrightarrow (S_2 \cup O_v)]$ .

De forma geral, esses dois programas narrativos que dão conta do sentido mais amplo da narrativa, a conjunção ou a disjunção do  $S_2$  com o  $O_v$ , são denominados de “PN de base”. Entretanto, nota-se que esses mesmos programas podem ser desdobrados em outros programas, gerando uma complexa rede de programas narrativos, uma vez que tais estruturas caracterizam por serem sintagmas elementares que se articulam para produzir o efeito de sentido pretendido, são denominados de “PN de uso”. (GREIMAS; COURTÉS ([s/d], 2008)

É possível, dessa forma, entender como os programas narrativos permitem o reconhecimento das formas de narratividade, podendo ser concebidas como modelos básicos, nos quais os actantes interagem entre si e com os objetos de

valor, isto é, uma relação-função, cujo desenvolvimento resulta em narratividades como “transformação de estado” ou como “sucessão”.

narratividade como transformação de estado, de situações, operada pelo fazer transformação de um sujeito, que age no e sobre o mundo em busca de certos valores investidos nos objetos; narratividade de sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contrato entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos-valor. (BARROS, 1988, p.28)

Como para se atingir uma transformação de estado é imprescindível a ação do sujeito a um “fazer” realizador operado num enunciado de estado, observa-se que o tipo de narratividade, presente no discurso do Riocentro, é estruturado e posto em execução a partir desse poder transformador do actante-sujeito que, no caso, é o político Francisco Pinto.

No discurso sobre o IPM do Riocentro, Francisco Pinto inicia sua abordagem, elegendo a discussão ontológica sobre a relação dialética da **permanência** e da **não-permanência** da essência das coisas e dos seres à luz da tradição grega antiga, na figura de Heráclito de Éfeso e de sua narrativa sobre o fluir das águas do rio. A dinâmica sobre a mutabilidade do “ser” é tomada como argumento central na introdução da temática, identificando o aspecto geral da mutabilidade humana com o carácter vulnerável do presidente frente a seriedade necessária que as investigações exigiam. Mais adiante, o político feirense reitera seus argumentos convocando as instituições civis que apoiaram a iniciativa do IPM que revejam sua opção de solidariedade, haja vista os equivocados encaminhamentos das investigações.

Isto que vale para o Homem e para os rios vale também para os partidos políticos. Vale para um Presidente da República, que ontem teatralizava sua condenação retórica ao terrorismo, com a evocação ou o desafio para que “lhe atirassem mil bombas sobre a cabeça”, como serve para os partidos políticos que também, no auge da

emoção, solidarizaram-se com a sua manifestação antiterror.  
(ANEXO B, I.13-17)

Logo, nesse contexto, tem-se um PN mais simples que é denominado de  $PN_1$ , cujos sujeitos do fazer e de estado são actorizados, respectivamente, pelo deputado feirense e pelo presidente Figueiredo. O  $S_1$  exerce função transformadora, por meio do discurso provocativo, que põe em dúvida a condução do IPM, intentando, assim, que o  $S_2$  entre em conjunção com a verdade sobre os culpados ( $O_v$ ). Esse PN de uso introduz a primeira tessitura narrativa que deflagra o conjunto da narratividade.

$$PN_1 = F (\text{desvelar})[S_1 \longrightarrow (S_2 \cap O_v)]$$

O discurso se encaminha na direção daquilo que o político Francisco Pinto denomina de “suspeição” a respeito das investigações do IPM. Nesse bloco de argumentações, o deputado feirense apresenta alguns aspectos fundamentais que põem em dúvida a lisura do inquérito, apontado como “inquérito de fancaria”, ou seja, mal-feito, mal-acabado, a saber

primeiro (...) considerar o sargento morto um herói, antes de qualquer investigação que o inocentasse (...) (ANEXO B, I. 27-28)

segundo de ouvir-se o capitão como testemunha e não como indiciado, quando indiciá-lo seria um dever elementar da autoridade processante. (ANEXO B, I. 27-30)

distribuição de um documento secreto na PM do Rio de Janeiro, preparando o espírito da tropa para o silêncio e a impunidade. (ANEXO B, I. 37-38)

Além das denúncias de corporativismo, consoma suas advertências, argumentando sobre as atitudes escusas das Forças Armadas em desconsiderar as informações veiculadas pela imprensa e só considerar válidas aquelas sigilosas divulgadas internamente. Tão intensas foram as ações coercitivas, por parte do Exército, que culminaram com o afastamento de um de seus membros, o cel. Nivaldo Oliveira, iniciando a partir daí, o troca-troca de chefias, a fim de abafar os fatos fidedignos sobre o atentado à bomba.

Não menos grave é a advertência feita às Forças Armadas, por alguns de seus chefes, para que busquem a verdade nos informes e informações sigilosas distribuídos nos quartéis e não no noticiário da imprensa. (ANEXO B, I. 39-41)

Os programas narrativos de uso, nesse bloco de argumentos, apresentam uma mesma característica que se trata de uma ação do **sujeito do fazer** sobre o sujeito de estado para que entre em conjunção com a **verdade**, objeto-valor comum ao conjunto argumentativo. Assim, o PN<sub>2</sub> sintetiza o conjunto em análise, identificando o S<sub>1</sub> como o deputado Francisco Pinto e o S<sub>2</sub> na instituição militar (Exército), também sustentado no órgão oficial de informação, o SNI na conjunção com a transparência e verdade (O<sub>v</sub>) do processo.

PN<sub>2</sub> = F (buscar) [S<sub>1</sub> → (S<sub>2</sub> ∩ O<sub>v</sub>)]

Os programas narrativos apresentam-se entremeados pelos **fazer**s dos sujeitos narrativos, cujas ações caracterizam a natureza das narrativas, ou seja, **cognitiva** e **pragmática**, baseada na alternância de lugares que esses sujeitos ocupam no programa, ou ainda, “superpostos como duas dimensões autônomas e paralelas da narrativa”. (GREIMAS [1976], 1993, p.151). Observa-se, por exemplo, que, nesse

bloco de argumentos narrativos, o  $S_1$  ao mesmo tempo que realiza um **fazer cognitivo**, visando a uma ação do  $S_2$ , ele mesmo apresenta a ação necessária na condução correta do inquérito, tudo isso baseado em sua condição também de bacharel em direito. Logo, nas micro-redes do programa narrativo, há outros micro-programas definidos pelo **fazer** do sujeito que, nesse contexto, desempenha ambos os **fazer**es, o cognitivo e o pragmático.

Os fazeres cognitivo e pragmático se assimilam, na medida em que o sujeito, na posição de  $S_1$ , apresenta procedimentos normativo-jurídicos que, de fato, esclarecessem os fatos, assim apontado nos fragmentos: “considerar o sargento morto um herói, **antes de qualquer investigação que o inocentasse**” (l.27-28); “ouvir-se o capitão como testemunha e não como indiciado (....). **É princípio elementar em direito que o interrogatório do acusado vale como verdade até prova o contrário**” (l.30-31); “**A inexistência de testemunhas que contrariem a versão do acusado o inocenta, e tanto mais o inocentará se o laudo pericial, elaborado também em sigilo, reforçar a sua interpretação**”. (l.31-33)

O programa narrativo, então, seria desenvolvido pelo mesmo ator, mas ocupando as posições actanciais diferentes:  $S_1 = S_2 \rightarrow$  Francisco Pinto

A expulsão do Cel. Nivaldo Oliveira constituiu-se em mais um motivo temático para as críticas realizadas pelo deputado feirense, no tocante a tomada de posição de políticos e organizações civis em apoio a decisão do militar expulso. Os argumentos, em defesa do coronel, foram construídos utilizando-se uma ação hipotética, nas quais são relevados a “insanidade” e a “indisciplina”.

O coronel foi expulso da corporação alegando-se, segundo o discurso, insubordinação, haja vista sua inconformação diante do rumo que as investigações

tomavam naquele momento. A contra-argumentação de Francisco Pinto é feita no sentido de demonstrar, por meio de uma analogia, utilizando-se do próprio Exército e dos seus companheiros parlamentares, como tais organizações poderiam se aliar a ações que atentassem às garantias civis que não são privativas apenas da sociedade civil, mas também dos militares, pois, antes de suas patentes, são homens comuns.

se deputados tivessem se solidarizado com um soldado que se recusa a engraxar suas botas enlameadas, a isto se poderia chamar de insanidade. Se parlamentares se solidarizassem com soldados que não abotoam suas fardas, não cortam seus cabelos, não raspam suas barbas, se recusam a marchar, a bater continência, a fazer ordem unida, a empurrar seu fuzil e a disparar suas armas em treinamento a isto se poderia chamar de estimulação à indisciplina. (ANEXO B, I.49-52)

O programa narrativo de uso PN<sub>3</sub>, nesse conjunto de enunciados, evidencia o S<sub>1</sub> (deputado feirense) “indignado” diante da possibilidade de (deputados e militares) quebrarem as normas e regimentos magnos. É importante atentar para a partícula condicional “se”, pois esta explicita claramente a ação hipotética A ação transformadora do S<sub>1</sub> visa ao respeito, por parte do S<sub>2</sub>, dessas normas sociais (“compromisso e deveres para com a Pátria”, I. 57), intencionando, então, uma disjunção desses sujeitos com os atos de insubordinação e desrespeito (O<sub>v</sub>).

PN<sub>3</sub> = F (respeitar) [S<sub>1</sub> → (S<sub>2</sub> U O<sub>v</sub>)]

Implicitamente o PN<sub>3</sub> de uso poderia também dar conta da conjunção do sujeito de estado com os objetos-valor antitéticos à insubordinação e à insanidade. A função transformadora do S<sub>1</sub>, então, manter-se-ia a mesma do programa anterior, a fim de se garantir a fidedignidade do conteúdo semiótico.

$$PN_3 = F(\text{respeitar})[S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v)]$$

O discurso se encaminha para o final sem perder sua característica primordial da denúncia e das críticas aos protagonistas desse enredo, quais sejam parlamentares e militares. Para tanto duas figuras políticas se destacam, nesse contexto, a de Nelson Marchezan (Presidente da Câmara Federal) e do Gen. Octávio Aguiar de Medeiros; ambos são trazidos à baila para fortalecer os arranjos argumentativos a favor da lisura no IPM. No caso do Presidente da Câmara, são alegados sua conivência aos atos militares e sua omissão às denúncias necessárias a esses fatos. Quanto ao Gen. Medeiros, chefe do SNI, o deputado feirense referencializa o mesmo, tomando-se uma representação contra ele pelo general, feita um ano antes, como também critica o silêncio do Presidente quanto ao IPM, garantido, aliás, textualmente pelo próprio general Medeiros.

O silêncio do presidente Figueiredo, portanto, é foco das atenções, nesse conjunto de enunciados, sendo criticado, pelo deputado, sob forma de ironia diante da afirmação do chefe do SNI ao afirmar que “o presidente nada falará” (l.73), retrucando: “o gen. Figueiredo tem pelo menos dever de **gaguejar** uma explicação **perante a Nação**”. [Grifo da autora]. (l.73-74). Assim o programa narrativo de uso (PN<sub>4</sub>) explicita a função transformadora do S1 (Nação) sobre o S2 (Gen. Figueiredo), numa conjunção com o IPM (O<sub>v</sub>), ficando assim a equação:

$$PN_4 = F(\text{falar}) [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v)]$$

O deputado Francisco Pinto, finaliza seu discurso, aludindo ao famoso monólogo teatral *Esperando Godot*, cujo personagem central (e único) é comparado a nação brasileira que fica num banco de praça “esperando Godot”. Ainda ironiza as atitudes do chefe do SNI, comparando-as a um anúncio televisivo, “quando exorcisa”, que

sorteio é igual à promessa de político, ou seja, não merece credibilidade, referindo-se ao comentário que o gen. Medeiros fez sobre a resposta de um político do PDS (Nilo Coelho), quando este disse “que o Presidente da República se pronunciaria quando fosse divulgado o resultado do IPM” (l.71-72). E, parodiando o anúncio televisivo, faz uma analogia com a frase do Gen. Medeiros, afirmando que “seriedade de IPM” é igual a “coisa de general”, l.79), ou seja, não merece credibilidade, frase que, aliás, subtitula o presente discurso. Por fim, compara o inquérito do Riocentro a um “jogo bruto” não compartilhado pelos políticos de esquerda, mas por aqueles que fazem parte do “lado” obscuro das forças políticas, os militares e seus aliados.

Nesse conjunto de enunciados, o PN<sub>5</sub> de uso revela uma função transformadora do S<sub>1</sub> (SNI) sobre o S<sub>2</sub> (parlamentares) visando a conjunção com o objeto-valor que é o “lado pior”, o regime militar.

$$PN_5 = F(\text{jogar}) [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v)]$$

Os PN's de uso, hierarquicamente dispostos e arranjados no espaço semiótico, dão conta do percurso narrativo, em sua totalidade, permitindo a realização de sentido por parte do sujeito observador e a percepção do movimento dos constituintes semióticos (variação) sobre um modelo geral (programa narrativo). Partindo-se, pois, dos tipos de programas narrativos (competência ou de performance), tem-se o percurso do sujeito.

Anteriormente foi apresentado a relação da competência (programa de uso) e o discurso político, uma vez que este é movido pela ação de sujeitos diversos que protagonizam o **fazer** e o **estado**, caracterizando-se pela “doação de valores

modais', enquanto que a performance (programa de base), realizada pelo mesmo sujeito, é "uma apropriação de valores descritivos". (BARROS, 2005, p.24)

Nesse contexto temático do IPM do Riocentro, os PN's de uso estão assentados na denúncia e na crítica do deputado feirense Francisco Pinto sobre as investigações do atentado, exigindo das autoridades responsáveis, no caso o Presidente da República e o alto comando do Exército, a verdade, a transparência e lisura na apuração os fatos. Logo, o PN da **competência** equaciona-se:

$$PN = F_{(\text{denunciar})} [S_1(\text{Francisco Pinto}) \rightarrow S_2(\text{Exército/Pres. da Repúbl.}) \cap O_v(\text{verdade sobre o IPM})]$$

Assim, o deputado Francisco Pinto, no programa da competência, além de ocupar a posição actancial do sujeito do fazer, desempenha a função de "destinador dos valores modais", ou seja, "é ele, na narrativa, a fonte de valores do sujeito, seu destinatário: tanto determina que valores serão visados pelo sujeito quanto dota o sujeito dos valores modais necessários à execução da ação". (BARROS, 2005, p.28). Como manipulador-destinador da narrativa, o político feirense, actanciado como destinador-manipulador, além de fornecer valores modais, promove a ação de natureza semântica que visa obter a crença do destinador aos valores fornecidos.

A ação de fornecer valores modais ao destinatário-sujeito é acompanhada por outro fazer que seria o fazer persuasivo, pois o destinatário deve estar convencido do papel que tem a desempenhar. No contexto desse discurso, em particular, observa-se que o deputado Francisco Pinto não desprestigia a força e a importâncias do Exército. A fim de persuadi-lo, ao contrário, argumenta no sentido da valorização dessa instituição, alegando, inclusive, igualdade de direitos e das garantias civis, tentando fazê-lo crer que, agindo daquela forma, está a desserviço da Nação.

E os **deveres de cidadania não são privativos de civis**. Ao contrário, são exaltados mais ainda nos próprios quartéis, onde os soldados forjam seu caráter, **seus compromissos e deveres para com a Pátria**, que está acima dos interesses conjunturais de um governo. [Grifo da autora]. (ANEXO B, I.55-58)

Ou ainda, na demonstração clara de preocupação sobre os conflitos vividos pela corporação militar, argumentando que tais dificuldades devem ser debatidas na Câmara Federal e não dela se apartar.

**Nosso dever**, porém, é de **fazer refletir**, aqui, o que ocorre lá fora na área operária, estudantil, empresarial, religiosa ou **militar**. [Grifo da autora]. (ANEXO B, I.64-65)

O **fazer-persuasivo** do destinador-manipulador busca induzir o destinatário ao **fazer-interpretativo**, realizando as intenções do destinador, o que se constitui, conforme Barros (2005, p.28), na “manipulação propriamente dita, em que o destinador doa ao destinatário-sujeito os valores modais do *querer-fazer*, do *dever-fazer*, do *saber-fazer* e do *poder-fazer*”.

Apesar da caracterização geral dos PN's do discurso do Riocentro, encontra-se, entremeado a esses programas, os programas de base performáticos, nos quais os mesmos sujeitos ocupam as posições do **fazer** e do **estado**. Nesse caso, o deputado feirense peemedebista ocupa ambas as posições, quando este, fazendo uso de seus conhecimentos jurídicos e como parlamentar, explicita procedimentos jurídico-criminais na conduta do IPM, ou seja, as proposições jurídicas, que se esperavam das autoridades competentes, na verdade, é ele mesmo que as faz,

assim buscando credibilidade e legitimidade às suas denúncias. Dessa forma, o PN da **performance** formula-se:

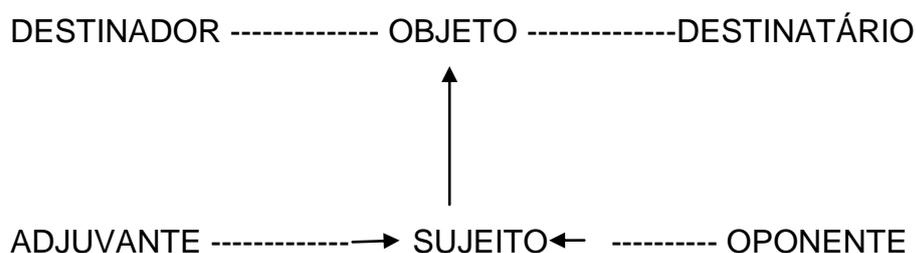
$$PN = F_{(\text{propor ações jurídicas})} [S_1(\text{Francisco Pinto}) \longrightarrow (S_2(\text{Francisco Pinto}) \cap O_v(\text{credibilidade das denúncias}))]$$

No programa narrativo da performance, há prevalência da aquisição dos objetos de desejo que podem, segundo Barros (2005, p.26), ser de dois tipos: “já existentes e em circulação” ou “de produção de objetos para serem lugares de investimentos dos valores almejados”. Pode-se notar que, no discurso em questão, o sujeito entra em conjunção como objetos de valor almejados, quais sejam a apuração e a verdade dos fatos do atentado à bomba, haja vista a imprevisibilidade própria da natureza do discurso político.

Na perspectiva do discurso político de natureza crítico-denunciadora, o enredo do percurso da narrativa é formado pelos actantes, representados, basicamente, pelo sujeito herói, cuja actorização é desempenha pelo denunciante (Francisco Pinto) e o sujeito anti-herói, realizado pelas Forças Armadas e seus prepostos, como o SNI. As instâncias actanciais são ocupadas por atores distintos, cuja oposição ideológica se materializa por meio dos lexemas como **ditadura** e **democracia**, **verdade** e **mentira**, **censura** e **liberdade**, dentre outros que caracterizam a luta por um Estado de liberdade política.

O modelo actancial é formado pela composição dos enunciados narrativos (EN), “relação entre actantes” (GREIMAS; COURTÉS, [s/d], 2008), formulado  $EN = F(A_1, A_2 \dots A_n)$ . Importa, então, nesse contexto, considerar a função dos adjuvantes que também contribuem na ação transformadora dos sujeitos-atores, cujos papéis são desempenhados pela população civil brasileira, os políticos de esquerda e direita, instituições civis e militares.

Como os adjuvantes desempenham papéis positivo e negativo na execução do programa narrativo do sujeito, observa-se que os políticos de esquerda, a população que o elegeu, seus correligionários, partidários do PMDB, bem como outras instituições democráticas são aqueles que ajudam na execução da ação do sujeito herói, logo são “auxiliar positivo”. Por outro lado, os políticos de direita, parcela da população e instituições coniventes com o regime militar, constituir-se-iam como “auxiliar negativo”, pois opõem-se à execução do programa narrativo do sujeito. Os oponentes contrariam o processo de aquisição do objeto de valor pretendido pelo sujeito, conforme eixo do desejo (EVERAERT-DESMEDT, 1984):

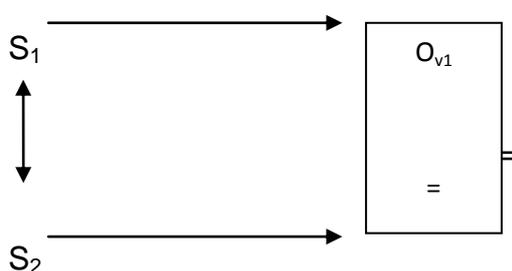


Pelo eixo acima, nota-se que o sujeito recebe influência (ajuda ou impedimento) de ambos (adjuvantes e oponentes) para a consecução da junção com seu objeto de valor, caracterizando, de forma geral, o percurso narrativo, o qual “da situação inicial à situação final realiza-se sob a forma da busca dum sujeito à procura de um objeto”. (EVERAERT-DESMEDT, 1984, p.18). Ademais é o sujeito que define os papéis e a influência do adjuvante e do oponente; logo é a partir do sujeito que se forma o eixo do poder, uma vez que o sujeito (Francisco Pinto) é instituído de poder cedido pelo adjuvante, contextualizado pela parcela da população que o elegeu e os políticos que o apoiam. O eixo do desejo, portanto, se configura pelo tentame do sujeito em

conseguir o objeto, motivado pela falta que este causa àquele, isto é, o próprio sentimento de desejo alimentado pelo sujeito.

Ainda, nessa perspectiva, a existência dos sujeitos narrativos só é possível pela existência do objeto-valor, cuja presença desperta o interesse desses sujeitos, fazendo-os entrar em relação conjuntiva ou disjuntiva com ele ( $O_v$ ). Essa busca pelo objeto-valor distingue os sujeitos em herói ( $S_1$ ) e anti-herói ( $S_2$ ), o qual estabelece uma forma de existência contrária aos desejos do herói, realizando três modos de relação como o  $O_v$ : quando  $S_1$  e  $S_2$  buscam o mesmo  $O_v$ ; quando  $S_1$  e  $S_2$  são tomados como o mesmo  $O_v$  e, por fim, quando  $S_1$  busca um  $O_v$  que é tomado como  $S_2$ , e este busca um outro  $O_v$ .

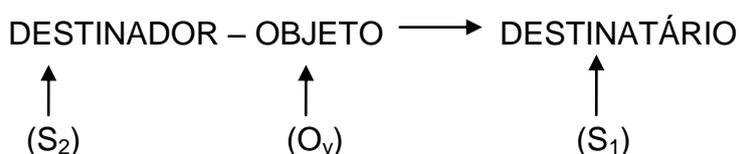
Esquemáticamente, a constituição relacional dos sujeitos, no discurso do deputado feirense, passa pela primeira orientação, cujos sujeitos distintos ( $S_1$  = Francisco Pinto;  $S_2$  = Exército) desejam um mesmo objeto, caracterizado, nesse contexto, como o IPM. (EVERAERT-DESMEDT, 1984, p.22)



Ambos os sujeitos, apesar de atribuírem valores diferentes ao mesmo objeto, estabelecem uma “luta” pela conquista desse objeto, gerando entre si uma relação actancial nitidamente opositiva. Ou melhor, o anti-sujeito almeja o mesmo objeto

desejado pelo sujeito herói, obstaculizando-lhe na conquista e no êxito de seus propósitos.

A relação destinador-destinatário também implica numa busca pelo objeto que pode ser material ou não, ou seja, “o destinador pode comunicar valores modais como o dever, o querer, o saber, o poder que são necessários ao destinatário, futuro sujeito, para realizar sua busca”. (EVERAERT-DESMEDT, 1984, p.26). O objeto-valor, evidenciado pelo discurso, é o IPM. Mas não ele, materializado num conjunto jurídico-processual, e sim nos valores atribuídos, os quais constituem o foco da narrativa (a verdade dos fatos). A comunicação do objeto, então, é realizada do destinador (Francisco Pinto) para o destinatário (Forças Armadas/ Presd. República), com o intuito de que o destinatário entre em junção com o objeto. O eixo da comunicação é, assim, constituído por



Mas importa considerar que o destinador comunica o valor a ser buscado pelo destinatário que, no caso, é representado pela seriedade das investigações do inquérito (a verdade). É interessante, então, não confundir o destinador como **sujeito do fazer**, uma vez que cada um faz parte de um plano de ação, ou seja, a comunicação de valor, realizada pelo destinador, está no plano cognitivo e antecede a ação do sujeito do fazer, enquanto que a ação transformadora de obtenção do

objeto pelo sujeito está no plano pragmático. Dessa forma, tem-se o algoritmo demonstrativo do enunciado narrativo, analogamente formulado como:

$$S_2 \longrightarrow (S_1 \cap O_v)$$

Diante do exposto, observa-se que o modelo actancial sistematiza-se pela “organização de um conjunto articulada em três pares de actantes” (COURTÉS, 1979, p.81), compondo três eixos (desejo, comunicação e poder), dos quais dois se inscrevem em um eixo central que é formado pelo par sujeito/objeto – eixo do desejo.

Os eixos, na verdade, expressam esquematicamente a relação entre dois termos, aliás, lastro fundamental do programa narrativo que se traduz na aquisição de um objeto por um sujeito. É basilar a noção de que o movimento de aquisição é realizado por meio de ato transformador por parte do sujeito do fazer, o qual age sobre o sujeito de estado, cuja transformação se situa na dimensão pragmática, e é pressuposta por uma dimensão cognitiva.

As relações juntivas que o(s) sujeito(s) estabelece(m) com seus objetos de valor são, movidas por ações modalizadoras do **fazer**, do **querer**, do **dever** e do **saber**, sendo que o **fazer** é consequente às outras ações modalizantes, retomando, mais uma vez, que a dimensão cognitiva antecede a dimensão pragmática. Na organização sintática, os investimentos semânticos atribuídos geram o sistema de prova (percurso do sujeito) que demonstra o tipo de ação desempenhada pelo sujeito que, conforme Greimas e Courtés ([s/d], 2008, p.395), são de três tipos: qualificante, decisiva e glorificante, distinguindo que a “prova qualificante corresponde à aquisição da competência (ou das modalidades do fazer), a prova decisiva, à performance, a prova glorificante, ao reconhecimento”.

Apresentou-se anteriormente o programa da performance e competência que equivalem à prova qualificante, cujos investimentos nos objetos são, respectivamente, de valor e modal, uma vez que para agir o sujeito deve estar capacitado para tal. A performance, então, exige que o sujeito “não somente pretenda (ou o deva), mas também que tenha capacidades para isso (que ele tenha um certo poder e/ou um certo saber)”. (EVERAERT-DESMEDT, 1984, p. 34)

A respeito do discurso em análise, o sujeito do fazer é actorizado pelo deputado Francisco Pinto, que eleito por voto popular e legitimamente empossado, é possuidor não só do poder de falar em nome dos seus eleitores, mas também é sabedor daquilo sobre o quê e como fala e para quê e a quem dirige suas críticas. Realiza, assim, o **fazer** a partir de uma motivação legada pelo **poder** e pelo **saber** que, de acordo com Courtés (1979, p.97), diz respeito ao campo da “lógica motivadora” e da “lógica das pressuposições”, ou seja, “o sujeito deve, em primeiro lugar, adquirir uma certa competência para tornar performador; (...) o fazer performador do sujeito implica previamente uma competência do fazer”. Agregado ao **poder** e ao **saber**, não se desconsidera o **querer**, uma vez que de nada adianta ao sujeito estar munido de **poder** e **saber** se ele não mobiliza a vontade (o **querer**) para agir, para transformar.

Entremeada às ações de **poder** e **saber**, há a modalização do **ser** do sujeito competente, o qual é moldado pelo **poder** do sujeito, ou seja, enquanto político (deputado federal) adquire atribuições inerentes ao cargo que ocupa e pode agir em nome dessas atribuições, como também age por meio de um **saber** que lhe foi conferido a partir do momento que toma posse como representante popular de esquerda, definido-se, assim, o **ser** desse sujeito competente.

É interessante também considerar, no processo das modalizações, a estrutura modal deôntica, cujo predicado (o **dever**) “sobredetermina e rege o enunciado de fazer” (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008, p.124), na relação binária **dever-fazer**. No contexto da ação política, em especial do deputado Francisco Pinto, sua competência tem relação direta com a sua história política, como vítima político da repressão militar e sua resistência às ações da ditadura, desde quando foi prefeito de Feira de Santana (1964). Ora, como sua chegada à Câmara Federal deve-se a essa confiança de seus eleitores e correligionários, o deputado sente-se na “obrigação”, isto é, no dever de fazer cumprir suas promessas de campanha (resistência à ditadura) não decepcionando seus eleitores. O seu **fazer** é regido necessariamente pelo **dever**, oriundo da competência, revelando-se numa “instância virtualizante da modalização” (GREIMAS; COURTÉS [s/d], 2008).

Ainda no quadro dos verbos modalizadores, Greimas e Courtés ([s/d], 2008) assinalam dois grandes tipos de modalizações possíveis a partir dos verbos modais canônicos, **fazer** e **ser**, os quais caracterizam os tipos de relação que nem os enunciados de fazer e de estado, concebendo-se: “a) o fazer modalizando o ser (a performance do ato); b) o ser modalizando o fazer (competência); c) o ser modalizando o ser (modalidades veredictórias) e d) o fazer modalizando o fazer (modalidades factivas)”.

A prova qualificadora é aquela, então, cujo “sujeito adquire ou manifesta sua competência” (EVERAERT-DESMEDT, 1984, p.36), a qual é expressa pelo estado de conjunção do sujeito como objeto de valor, indicando o agir do sujeito do fazer, formulado sob o algoritmo:  $S_2 \longrightarrow (S_1 \cap O_v)$ , sendo o  $S_2$  = Francisco Pinto e o  $S_1$  = Exército. O sujeito, na prova qualificadora, atualizado pela competência do **poder-fazer** pode passar à próxima etapa – a performance. Assim, Francisco Pinto (o

sujeito S<sub>2</sub>) adquire o **poder-fazer** pelo lugar social que ocupa, capacitando-o a agir, legitimamente outorgado pela escolha popular. Assim, o destinador do **poder**, adquirido pelo sujeito do fazer, são os eleitores do deputado, pois com seus votos e pela confiança em sua ação parlamentar, conduzem-no à Câmara Federal.

A partir daí, passa-se a etapa da prova performática, mas diferentemente da competência, em que os sujeitos são distintos, na performance o sujeito é o mesmo, ou seja, “é o próprio actante-sujeito que deve realizar o fazer performador”. (EVERAERT-DESMEDT, 1984, p. 38). O deputado feirense, competente do seu **poder de fazer**, enquanto parlamentar, realiza uma ação de denúncia e crítica, no sentido de desvelar a verdade sobre as investigações do IPM, provocando as instâncias governamentais para que estas tomem as medidas cabíveis. O algoritmo formulado é similar ao da competência, mas como, nessa dimensão factiva, o S<sub>2</sub> = S<sub>1</sub> = Francisco Pinto, o O<sub>v</sub> é investido pelo semema da verdade que esses actantes-sujeitos devem entrar em conjunção a partir do poder que possuem, o qual é representado pelo IPM. Ou seja, o sujeito S<sub>2</sub>, por meio de seu poder factivo, leva o sujeito S<sub>1</sub> a entrar em conjunção com o O<sub>v</sub> (IPM) no sentido de buscar a verdade sobre os acontecimentos do atentado.

E, por último, a prova glorificadora ou reconhecimento do sujeito que é a consequência de sua performance, julgada e reconhecida pelo destinador, quando o sujeito atinge os objetivos desejados pelo sujeito doador de valores (o destinador). O deputado Francisco Pinto (sujeito S<sub>2</sub>) recebe dos seus eleitores (destinador) **poder** de transformar e de se conjuntar com a verdade, ou até mesmo com aquilo que ele considera o caminho de desvelar a verdade. Sua palavra, como parlamentar, é carregada de força denunciatória em virtude também do lugar que ocupa, enquanto político de esquerda contrário aos interesses do regime militar.

No percurso do sujeito, dois atores, Francisco Pinto e as Forças Armadas (Exército), desempenham papéis fundamentais, pois são a partir deles que os sujeitos actanciais se estruturam e se organizam, ocupando, na sintaxe narrativa, posições distintas ou mesmo ambas as posições actanciais, gerando o quadro de modalizações que caracterizam as ações transformadoras o sujeito do fazer e do sujeito de estado.

### 3.3 TEMATIZAÇÃO, FIGURATIVIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICO-PERSUASIVA.

*É, a Bahia é a razão da minha vida, e é por ela que eu luto. Tenho na Bahia todo o apoio da cultura baiana, dos artistas que foram sempre prestigiados por mim, dos homens cultos da Bahia, de esquerda, direita, centro.*

(Depoimento de ACM a Anselmo Gois no livro *Política é Paixão*)

#### **3.3.1 A Bahia vai bem: uma breve visada argumentativa na questão.**

Insta salientar, preliminarmente, os fatores que entrelaçam a temática dessa seção e os dois discursos ora selecionados: *A greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça* de 02 de junho de 1980 e *Um governador cruel, com a rebeldia popular (povo e líderes: prisioneiros amargurados de um regime selvagem)* de 25 de agosto de 1981.

Em primeiro lugar, vê-se, inequivocamente, que ambos os discursos são protagonizados pelo então político baiano Antonio Carlos Magalhães, cuja ascensão política foi construída durante o período do regime militar e que, na primeira década de 1980, ocupava cargo no executivo estadual baiano pelo Partido Democrático

Social (PDS), mesmo em que pese sua inserção já na vida política, no ano de 1954, quando foi eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN).

Considerado personalidade polêmica e *persona non grata* pelos políticos de esquerda, Antonio Carlos Peixoto de Magalhães, também conhecido como Antonio Carlos Magalhães ou só ACM, aparece como personagem central, em alguns discursos do político feirense Francisco Pinto, como nesse caderno de discursos, entre os anos de 1980 a 1982, sempre apresentado num embate crítico e denunciatório, apontado pelo ex-deputado como representante dos interesses do regime militar, uma vez que também ACM ocupou cargos políticos, naquele momento que datam os discursos, por indicação dos generais presidentes.

Os discursos escolhidos para análise são datados de 1980 e 1981, período do governo Figueiredo, em que as ações da ditadura militar, mesmo arrefecidas, vigoravam como mantenedoras da ordem em vários campos da sociedade brasileira. Já foi visto também que o início dos anos de 1980 foram bastante movimentados politicamente, pois, além de ser o período de estabilização do novo governo presidencial, foram restabelecidas, pelo Congresso Nacional, as eleições diretas para governador (1980), ocorreram vários atentados à bomba (sede da OAB em 1980), dentre eles o mais famoso - o do Riocentro (1981) -, bem como a demissão do chefe do Gabinete Civil o general Golbery do Couto e Silva (1981). Nesse panorama nacional, o Estado da Bahia se destacava pela presença do seu chefe executivo (ACM) que, de acordo com os títulos dos discursos, incorporava e agia, conforme os ditames do regime político de força. Eleito pelo PDS, ACM governou a Bahia sob a tutela do militarismo, justificando seus atos em nome da ordem e do progresso nacionais.

É interessante notar que os próprios títulos dos discursos já demonstram explicitamente o teor dos mesmos, apresentando a **violência** e a **opressão** como **temas** (valores) centrais no percurso discursivo, atualizados pelo ator político Antonio Carlos Magalhães, uma vez que é este quem os personifica e os incorpora na perspectiva do narrador-enunciário (Francisco Pinto). Percebe-se, então, que a tematização, verificada nos discursos, é operada fundamentalmente em um plano anterior aos dos sujeitos discursivos (o governador da Bahia e o povo baiano), quando esses entram em junção com os valores desejados, no nível narrativo-actancial, e figurativizados, na superficialidade textual, por ACM, os partidos políticos, sindicatos e a sociedade civil local, compondo, assim, o conjunto de significação.

A tematização, assim, para Greimas e Courtés ([s/d], 2008), “é um procedimento”, ou seja, um modo como os temas, a partir do nível fundamental, se imiscuem pelo nível narrativo e alcançam o nível mais superficial do percurso de sentido, sob os valores que fazem parte da constituição do sentido, como se verifica em Barros (1988, p.115), quando afirma: “os valores disseminam-se, sob a forma de temas, em percursos temáticos e recebem investimento figurativo, no nível discursivo”. E é graças às várias possibilidades temáticas que o objeto-valor, investido como tema, consegue adquirir interpretações variadas sobre um mesmo texto, as quais são operadas pelas dimensões isotópicas inerentes ao percurso de sentido.

Partindo-se para o texto, tem-se, cronologicamente, os discursos selecionados *A greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça*, de 02 de junho de 1980, e *Um governador cruel, com a rebeldia popular (povo e líderes: prisioneiros amargurados de um regime selvagem)*, de 25 de agosto de 1981, ambos tendo ACM como protagonista nos respectivos episódios ventilados pelo ex-político feirense.

Para discussão introdutória, entretanto, escolheu-se o segundo discurso (1981), o qual inicia com a propaganda do governo estadual à época, anunciando que “a Bahia vai bem”, expressão, aliás, posta em xeque pelo deputado feirense, quando questiona o bom andamento do Estado da Bahia, uma vez que este está sob a tutela de um “governador cruel” que não tolera a menor contraposição. Esse *slogan*, na verdade, era parte de um *dhingow* (música eleitoral) da campanha do mencionado governador, que, além de divulgar que a Bahia vai bem, agradecia ao povo por isso: “a Bahia vai bem / obrigado a você ...”.

Charaudeau (2008, p.21) releva a importância do *slogan* (tomado como materialidade linguística - a palavra) no âmbito do político e, mais propriamente, no âmbito da instauração do poder político, cujo espaço particular é o da discussão, da ação, uma vez que a “palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra”. A palavra, sem dúvida, se constitui no recurso mais antigo e eficaz na propagação ideológica, além de ser, no meio político, a forma pela qual se persuade a população a admitir determinadas idéias como certezas.

Verdades e mentiras, assim, fazem parte do constructo ideológico e político, cuja dinâmica se realiza no jogo com as palavras, numa maior ou menor fluidez, fazendo com que “mentiras” se convertam em “verdades”, em nome das “falsidades salutares”. (COURTINE, 2006). Ou seja, de acordo com essa dinâmica política, o povo não precisa conhecer as verdades, basta-lhes saber “meias verdades”, ou mesmo que as instâncias políticas e os políticos “mintam” para o bem o povo, para o bem geral.

Ainda comentando o texto de Swift (séc. XVIII), *A Arte da mentira política*, Courtine (2006, p. 18), sobre as “falsidades salutares”, afirma que são aquelas que garantem

a manutenção da ordem e o *status quo* daqueles mesmos que as fabricam, fazendo-as variar de acordo com as necessidades de se divulgar idéias, primando-se por uma “regra de ouro que não deve ser jamais esquecida: a verossimilhança”. Frente à realidade, as “falsidades salutares” não podem ultrapassar a medida do aceitável, daquilo que se considera plausível no campo das idéias, pois os exageros comprometem a aceitação e a persuasão ideológica, pois a “arte da mentira é uma arte que sabe o justo meio, é uma técnica sutil de dosagem”. (COURTINE, 2006, p.19).

Importa considerar, sobre esse aspecto da análise, que um estudo mais cuidadoso sobre a verossimilhança já foi realizado no texto da dissertação (2005), da presente autora, cujo foco foi a análise de outros discursos do político feirense sob à luz da Nova Retórica.

No discurso *Um governador cruel (...)*, por exemplo, o principal tema de discussão trazida por Francisco Pinto é a propaganda, nos âmbitos nacional e local, que tudo “corre às mil maravilhas na Bahia”, o que, segundo o referido político, escamoteia a realidade aviltante com que os baianos convivem diariamente. As “falsidades salutares”, assim, que a sociedade baiana é levada a crer, misturam-se a uma insatisfação por parte de uma robusta camada social desta mesma sociedade, em especial, a camada (a força de trabalho) que depende dos serviços públicos e que estão mais próximas desses problemas.

Os sucessivos levantes e insurreições populares destes derradeiros dias contra o aumento do preço das passagens de ônibus refletem, apenas, a explosão amadurecida de tantos desencantos acumulados, de tantas angústias contidas, de tantos desesperos refreados. A Capital baiana é, ao lado de Belo Horizonte, onde se registra o maior número de desempregados do País e onde o custo de vida é um dos mais altos do Brasil. (ANEXO D, l. 24-30)

Interessa considerar que a mensagem de que “a Bahia vai bem” está também vinculada ao de um paraíso natural, quando figurava (como ainda hoje se vê), nos mais diversos tipos de propagandas, como as belezas das praias e as festas populares, onde a população é vista (e levada a se auto-perceber) como feliz, ordeira e camarada, receptiva e amistosa com os estrangeiros (turistas). Essa invisibilidade dos problemas sociais, aliás muito recorrentes, faz parte das estratégias de dominação e fortalecimento do Estado e de seus representantes, buscando-se, dessa forma, enfraquecer as ações populares de enfrentamento dos problemas, como também as ações dos partidos políticos oposicionistas que, assim, ficam desprovidos de argumentos contraditórios, como também desacreditados. Francisco Pinto, nesse discurso, apela para essa forma de mascaramento social, quando salienta: “Chegou-se a criar a mística de que, na Bahia, o governo era imbatível e de que o seu povo era impermeável às idéias oposicionistas”. (ANEXO D, I.12-13)

Ora, ainda nesse caminho, em a *Arte da mentira política*, Courtine (2006, p.18-19) alerta que a “arte de fazer o outro pateta” é um trabalho que não se pode descuidar de normas e regras, primando-se pelo não exagero, pelos prognósticos amenos, “revelando um futuro negro para convencê-lo de um presente cinza”, a fim de que o povo não se acostume com as catástrofes e, assim, não perca o espanto, como também no tocante às promessas políticas, as quais não devem ser anunciadas e prometidas num curto tempo, pois também correr-se o risco de ficar desacreditado. Logo, para se conseguir a estabilização da “mentira” como “verdade” (o “mentir verdadeiro”), deve-se “subtrair as mentiras de toda possibilidade de verificação ou contradição; nunca ultrapassar os limites da verossimilhança; fazer variar as ‘falsidades salutares’”. E finaliza com seguinte pergunta de natureza retórica: “Quem

contestará a atualidade destes preceitos antigos?”. (SWIFT, [1733],1993 *apud* COURTINE, 2006, p.19)

É evidente que, em ambos os discursos, as denúncias apresentadas pelo ex-deputado se pautaram exatamente no reverso das “falsidades salutares” que o então governador baiano e o grupo político que o apoiava elaboravam e divulgavam amplamente. Os eventos relacionados às revoltas populares em Salvador, tanto quanto a greve dos camponeses baianos, nas referidas cidades interioranas, configuram-se como o outro lado da questão daquilo que afirma o *slogan* de campanha eleitoral do PDS baiano. A contradição e a verificação da mentira só aparecem porque ganham visibilidade midiática (os jornais locais) e são divulgadas por um parlamentar de esquerda, nacionalmente conhecido por suas contraditas ao regime militar.

No tocante à fisiologia política da “arte da mentira”, conforme Courtine (2006, p.25), essa convivência tolerante de opiniões díspares e contraditórias entre os partidos de direita e de esquerda faz parte do funcionamento da “arte da mentira”, configurando-se no que Swift ([1773], 1993 *apud* COURTINE, 2006, p.25) denominou de “mentira democrática”, que é “pluralista, e não pretende exclusividade, mas co-existe, tolerantemente, com as da concorrência”, da “mentira totalitária” que é exclusivista e intolerante. Portanto, na dinâmica da arte de fazer política, o uso da palavra e a mecânica de persuasão não desconsideram a importância dos procedimentos argumentativos que irão explicar a operacionalidade do discurso, compondo, nos níveis isotópicos, a realização das figuras discursivas e, conseqüentemente, a atualização dos temas.

Os argumentos, assim, situam-se no nível das sintaxes narrativa e discursiva, cuja manifestação inicial se dá pela junção dos sujeitos com seus respectivos objetos-valor desejados, ao quais geram efeitos fóricos que se desdobram em forma de argumentos narrativos que preparam, para o nível subsequente, a base relacional entre enunciador e enunciatário. A relação entre enunciador e enunciatário se fundamenta na competência argumentativa do enunciador em fazer crer, por parte do enunciatário, em suas ideias, a fim de se criar um “efeito de verdade” daquilo que se enuncia e, então, persuadi-lo, torná-lo dócil às suas teses.

O “efeito de verdade” é, assim, construído na medida em que o enunciador se vale das ancoragens básicas da enunciação como espaço e tempo, para costurar a rede de argumentos. Criar o “efeito de verdade” com o “mentir verdadeiro” (mentiras salutares) depende, fundamentalmente, dos argumentos apropriados que suscitem, naquele para quem lhes foi dirigido, a sensação de que se diz a verdade. Logo, pode-se também pensar que tanto a **verdade** quanto a **mentira** não são dados *a priori*, mas sim constituído na interface relacional entre enunciador e enunciatário. Assim como a significação não é dada, mas se constitui ao longo de um percurso significativo, também a verdade e/ou mentira se constituem na relação.

Os efeitos de sentido, portanto, são elaborados na inter-relação de temas e figuras, não se descuidando da coerência interna dessa relação, a fim de se garantir os percursos de sentido tanto temático quanto figurativo. Como “tematização e figurativização são dois níveis de sentido” (FIORIN, 1997, p.64), as redes temáticas e figurativas arranjam-se de tal modo, por meio de lexemas que viabilizem o “sentido pretendido”, que as estratégias argumentativas, no campo ideológico-persuasivo, encontram muitas vezes êxito e lugar privilegiado de ação.

Por outro lado, encarando-se a **mentira**, a partir da percepção de quem a detecta, e, no caso, situando-a, no âmbito da mentira política, observa-se que os valores tomados pelos atores da cena discursiva (os políticos e/ou os partidos) são utilizados por esses como ferramentas indispensáveis para a composição argumentativa, travestidos por “falsidades salutares”, só se tornando inverdades (mentira) sob os argumentos daquele que as desvela.

Em uma relação não há mentira senão em função da aposta que recobre essa relação e do olhar daquele que pode detectar a **mentira**. (...) Além do mais, é preciso considerar que a significação e o alcance da mentira variam conforme o interlocutor seja singular ou plural ou o locutor fale em particular ou em público. [Grifo da autora]. (CHARAUDEAU, 2008, p. 105)

Nessa reflexão, pode-se ver que Francisco Pinto, enquanto aquele que analisa criticamente as ações do executivo estadual, apresenta, a partir “do olhar daquele que pode detectar a mentira”, os fatos veiculados pelo governo baiano como se verdades fossem, ou mesmo mascarando-as, argumentando no sentido de mostrar as contradições explícitas entre o que se propagandeia com a realidade vivenciada. Vale-se, para tal empresa, de sua condição de deputado de esquerda (PMDB), eleito por votação popular expressiva, que fala de um “lugar” reconhecidamente de autoridade, com argumentos de conhecedor de causa, uma vez que explicita os motivos geradores dos problemas sociais e políticos, conforme estão assinalados nos fragmentos abaixo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antecipando-se aos autores que o sistema amaldiçoou, Bacon já sentenciava: “Conhecer profundamente é conhecer pelas causas”. **Os agasalhados no poder, a partir de 1964, preferem outro axioma: “Atuaremos com os efeitos e não com as causas”. Afastam o risco das relações**

**causais e abordam os fenômenos “no ciclo vicioso de objetivos não declarados”**. [Grifo da autora]. (ANEXO C, l. 3-8)

As greves de operários e camponeses são examinadas a partir de suas conseqüências, isto é, dos prejuízos que provocam a engrenagem do Estado. **Os motivos que as determinam são ignorados. A fome, os baixos salários e o desemprego são encarados como fatos naturais (...)**. [Grifo da autora]. (ANEXO C, l.9-12)

Mas, a greve dos trabalhadores rurais na Bahia constitui-se em uma vitória: **serviu para desmascarar ainda mais a abertura do Governo Figueiredo**, porque, sendo um movimento legal, reconhecido pela própria Justiça do Trabalho, recebeu o mesmo tratamento violento e “brucutizante” dispensado aos movimentos que o regime julga ilegal. [Grifo da autora]. (ANEXO C, l. 37-41)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por mais que se procure propagandear que a “a Bahia vai bem” \_\_\_ e este é o **slogan** do Governo \_\_\_ **a verdade é que aquele Estado se transformou em um barril de pólvora**. [Grifo da autora]. (ANEXO D, l. 5-7)

**Na Capital e no interior, o descontentamento é generalizado. Parece que a Bahia está saturada de tanto arbítrio, de arrogância e de tanta prepotência**, mas, sobretudo, farta de passar fome sem reclamar, de ver aumentos sem protestar e de ser enganada sem reagir.[Grifo da autora]. (ANEXO D, l. 17-20)

Os sucessivos levantes e insurreições populares destes derradeiros dias contra o aumento do preço das passagens de ônibus refletem, apenas, **a explosão amadurecida de tantos desencantos acumulados, de tantas angústias contidas, de tantos desesperos refreados**. [Grifo da autora]. (ANEXO D, l. 23-27)

Em ambos os discursos, vê-se, inequivocamente, a preocupação do ex-deputado em argumentar no sentido do desvelamento das “falsidades salutares”, o

desmascaramento das pseudo-verdades que são transmitidas em nome do bem popular. O “olhar desvelador da mentira” precisa também reconhecer as estratégias argumentativas utilizadas por aquele que “mente”, haja vista que esses recursos argumentativos são indispensáveis para atingir o objetivo desejado – a persuasão. É bem característico, por exemplo, dessas estratégias, o comentário do governador baiano sobre o protesto da população soteropolitana contra o aumento das passagens de ônibus. Para Charaudeau (2008, p.106), trata-se da “estratégia da imprecisão”, a qual fundamentalmente “consiste em fazer declarações suficientemente gerais, sutis e, às vezes, ambíguas, para que seja difícil surpreendê-lo”. Ora, observa-se o escamoteamento das reais causas dos protestos, alegando que se trata de ações dos movimentos anti-revolucionários, considerados, pelo regime de militar, como atos terroristas e desordeiros, e assim, eximindo o governo baiano de qualquer culpabilidade.

Para ele o quebra-quebra de mais de 400 ônibus realizado nos mais diversos bairros da capital pelos filhos do povo, o apedrejamento da Agência de São Pedro do Banco do Estado, de Supermercados, a reação dos estudantes e professores do ginásio da Bahia, tudo não passa de **“um movimento de radicais que querem tumultuar o processo eleitoral”**. Proclama enfático: **“Existem comunistas sensatos que, como eu, querem as eleições”**, e esclarece, “estes comunistas sensatos são os comunistas do PCB \_\_ o Partidão” e a **“responsabilidade pela desordem é do PC do B e do MR-8”**. [Grifo da autora] (ANEXO D, l. 35-42)

Alimentando a “estratégia da imprecisão”, pode-se também constatar, ainda nesse fragmento, a “estratégia da razão suprema”, cuja ação se caracteriza pelo uso de um argumento qualquer (mesmo que mentiroso) para assegurar a ordem e a paz social o que, segundo Charaudeau (2008, p.107), seria a “razão de Estado”, ou seja, aquilo

que se justifica “por se tratar de salvar o que constitui a identidade de um povo, indo de encontro à opinião pública ou mesmo à vontade dos próprios cidadãos”.

Foi ainda de uso corrente, em todo período do regime militar, a “estratégia do silêncio”, quando o Estado, de forma ampla e indiscriminada, obtinha informações de toda natureza, de maneira invasiva, pouco convencional e até mesmo violenta, como escutas telefônicas e infiltração de agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI), uma vez que “é esse mesmo tipo de estratégia que, por vezes, é empregado nos meios militares, cada vez que se trata de não deixar os cidadãos perderem a esperança”. (CHARAUDEAU, 2008, p.107)

É válido e produtivo pensar que o “silêncio” e a “razão suprema”, na tessitura das estratégias argumentativas, contribuem na edificação e êxito da “mentira política”, haja vista que o “silêncio” do Estado, a respeito de certos fatos, e, em questão, greves e levantes populares, ajudam a assegurar determinadas situações políticas, pois “é frequentemente em nome de uma razão superior que se deve calar o que se sabe ou o que se pensa, é em nome de interesses comuns que se deve saber guardar um segredo”. (CHARAUDEAU, 2008, p.108). Diante disso, a dinâmica do silêncio pode se desdobrar em reações violentas por parte da máquina governamental, justificadas também em nome de uma “razão suprema”, a qual se vale da força e do poder de mando estatal para conter movimentos desordeiros, em prol do restabelecimento da ordem e da pacificação geral.

Nos discursos, as causas dos movimentos populares são considerados pelo governo estadual baiano incausados e injustificáveis, já que as péssimas condições de trabalho e de vida, sofridas pela população, são encaradas como fatos naturais e comuns, conforme são apresentados.

As greves de operários e camponeses são examinadas a partir de suas conseqüências, isto é, dos prejuízos que provocam a engrenagem do Estado. **Os motivos que as determinam são ignorados. A fome, os baixos salários e o desemprego são encarados como fatos naturais, vistos com certo fatalismo (...).** [Grifo da autora]. (ANEXO C, l. 9-12)

Desde os primeiros dias do movimento mobilizador de mais de 10 mil trabalhadores, que alguns grevistas, ao se dirigem para seu sindicato, **foram presos injustamente. Policiais jogavam bombas no Sindicato Rural, destruindo parte de sua sede. Muitos grevistas foram agredidos fisicamente**, enquanto trabalham na conscientização, na propaganda e no aliciamento de seus companheiros, o que aliás, é facultado pela própria legislação em vigor. [Grifo da autora]. (ANEXO C, l. 23-29)

**Reprimir operários, reprimir parlamentares**, como o faz, agora, como o Deputado João Cunha, um dos mais brilhantes, senão o mais brilhante Deputado dessa legislatura, e que se vê ameaçado no cumprimento do seu dever de alertar a Nação contra o avanço da corrupção e que, em determinado instante, denunciou. [Grifo da autora] (ANEXO C, l. 49-52)

Para ele o quebra-quebra de mais de 400 ônibus realizado nos mais diversos bairros da capital pelos filhos do povo, o apedrejamento da Agência de São Pedro do Banco do Estado, de Supermercados, a reação dos estudantes e professores do ginásio da Bahia, **tudo não passa de “um movimento de radicais que querem tumultuar o processo eleitoral”**. [Grifo da autora] (ANEXO D, l. 35-40)

Segunda-feira e ontem, vários ônibus foram depredados novamente. **A solução encontrada pelo Governo da Bahia para justificar seu fracasso e sua impopularidade foi seqüestrar, desde sábado, dois companheiros da Oposição.** Mantém preso o bravo líder popular Haroldo Lima, da Executiva do PMDB e candidato a Deputado Federal, e Jairo Santos, da Executiva da 11ª. Zona da Capital, e **baleou um estudante do Ginásio da Bahia. Comete, pois, o Governo crime de abuso de autoridade e se encontra, portanto, passível de ser processado.** [Grifo da autora]. (ANEXO D, l. 84-90)

**Poder e violência** se mesclam no jogo da arte política e, mais propriamente, nos meandros da engrenagem política ocidental, ainda é mais evidente tal relação, uma vez que o exercício do poder político, inclusive como ferramenta de persuasão, se manifesta basicamente em ações coercitivas de amplo domínio, alcançando, principalmente, as áreas da cultura e da informação. Além do mais uma sociedade político-jurídica não prescinde das relações de poder, nas quais o Estado regula e delibera sobre bens e propriedades, pois “pensar uma sociedade (...), onde as relações de poder possam se dar como não-coercitivas, é pensar uma sociedade sem Estado”. (LAGAZZI, 1988, p.16).

Na esteira das considerações retórico-argumentativas, importa salientar que um estudo mais específico já foi realizado também na dissertação da presente autora (mestrado/2005), cuja abordagem temática priorizou a “Teoria da Argumentação” de Chaïm Perelman e colaboradores, tendo como *corpus* analítico outros discursos do ex-deputado feirense entre os anos de 1972 a 1974. A perspectiva persuasiva, então, é tomada apenas no intuito de apresentar como também a semiótica textual não a descarta na análise da significação, mas sim o quanto é importante para tal.

### **3.3.2 Temas, figuras e a engrenagem do sentido.**

A configuração discursiva dos dois discursos políticos é bastante próxima, ou seja, os percursos temáticos e figurativos são apresentados tomando-se de um conjunto lexicográfico muito similar. Entretanto, vale ressaltar que, no campo da caracterização discursiva (temática ou figurativa), segundo Barros (2005, p.70-71), os discursos de natureza política enquadram-se no âmbito da “figuração esparsa”, cuja coerência é garantida, pela “recorrência temática”, privilegiando, então, o percurso temático. Ou

ainda, como a mesma autora reitera, que os discursos políticos são aqueles “considerado como discursos não-figurativos (..), que não chegam a constituir percursos figurativos completos”.

Ao tomar-se os discursos políticos como de “figuração esparsa”, não se desconsidera o nível temático, já que é este que dá sentido àquele, ou seja, temas são valores, investimentos semânticos, que “organizam categorizam e ordenam os elementos do mundo natural”, atrelados aos elementos figurativos, os quais remetem a algo do mundo natural, onde “criam um efeito de realidade, um simulacro da realidade”. (FIORIN, 1997, p.65). Temas e figuras, portanto, são estruturas que se articulam no processo interpretativo, conectando, no âmbito percepto-fenomênico, o abstrato e o concreto o que gera o efeito de realidade num *continuum* de significação. Nas peças discursivas em questão, o sujeito da enunciação apropria-se de valores temáticos como **poder, repressão, violência, censura, mentira, crime, descaso, ameaças, pânico, terror, sequestro, abuso de poder, perseguição, tirania, intimidação, prepotência, arrogância**, dentre outros, para construir seus argumentos a favor de uma ação política crítica e autônoma. A tematização assim, proposta para ambos os textos, centra-se no valor comum **opressão política**, cuja cobertura figurativa é realizada, num primeiro plano interpretativo, por ACM, não só enquanto político (governador da Bahia), mas também como homem comum.

(...) porque, sendo um movimento legal, reconhecido pela própria Justiça do Trabalho, recebeu o mesmo tratamento **violento** e “**brucutizante**” dispensado aos movimentos que o regime julga ilegal. [Grifo da autora]. (ANEXO C, l.38-41)

Têm ou não razão os trabalhadores e as forças progressistas da Bahia quando denunciam, como denunciemos, **o Governador da Bahia, Sr. Antonio Carlos Magalhães, alter ego de generais-presidentes** (...). [Grifo da autora]. (ANEXO C, l.43-46)

Por que o Governo não busca a linguagem das causas para entender esses e outros fenômenos, e prefere **reprimir sempre? Reprimir operários, reprimir parlamentares**, como o faz, agora, como o Deputado João Cunha (...). [Grifo da autora]. (ANEXO C, l.47-50)

Parece que **a Bahia está saturada** de tanto **arbítrio**, de **arrogância** e de tanta **prepotência**, mas, sobretudo, farta de passar fome sem reclamar, de ver aumentos sem protestar (...). [Grifo da autora]. (ANEXO D, l.18-20)

**Governa o Estado o Sr. Antonio Carlos Magalhães**, um **homem de temperamento indisciplinado**, mas **cruel com a rebeldia popular** e até mesmo **intolerante com os correligionários** que dele ousam discordar. [Grifo da autora]. (ANEXO D, l. 31-33)

A solução encontrada pelo Governo da Bahia para justificar seu fracasso e sua impopularidade foi **seqüestrar**, desde sábado, dois companheiros da Oposição. [Grifo da autora]. (ANEXO D, l. 84-86)

Comete, pois, o Governo **crime de abuso de autoridade** e se encontra, portanto, passível de ser processado. [Grifo da autora]. (ANEXO D, l. 89-90)

É também importante considerar a dimensão isotópica proposta no texto, uma vez que essa “permite determinar o(s) plano(s) de leitura dos textos, controlar a interpretação dos textos pluri-significativos e definir os mecanismos de certos tipos de discursos”. (FIORIN, 1997, p.86). Assim, os valores associados primordialmente à figura de ACM podem também ser ampliados na direção das instituições e dos representantes do regime autoritário de época, conferindo, então, a pluri-isotopia, um “olhar” interpretativo mais diversificado sobre o texto, enriquecendo dessa forma o alcance retórico do deputado feirense, conforme se pode verificar nos excertos que seguem:

Não há operário ou camponês, medianamente esclarecido, **que possa enxergar no Estado um instrumento conciliador de classes**, pairando acima delas, como querem fazer crer os teóricos

do capitalismo. **O Estado brasileiro, colocando-se sempre a serviço da classe dominante**, deixa claro a quem serve. [Grifo da autora]. (ANEXO C, I.17-20)

**Policiais jogavam bombas no Sindicato Rural**, destruindo parte de sua sede. **Muitos grevistas foram agredidos fisicamente**, enquanto trabalham na conscientização, na propaganda e no aliciamento de seus companheiros, o que aliás, é facultado pela própria legislação em vigor. [Grifo da autora]. (ANEXO C, I.25-29)

Mas, a greve dos trabalhadores rurais na Bahia constitui-se em uma vitória: **serviu para desmascarar ainda mais a abertura do Governo Figueiredo**, porque, sendo um movimento legal, reconhecido pela própria Justiça do Trabalho, recebeu o mesmo tratamento violento e “brucutizante” dispensado aos movimentos que o regime julga ilegal. [Grifo da autora]. (ANEXO C, I.37-41)

Têm ou não razão os trabalhadores e as forças progressistas da Bahia quando denunciam, como denunciamos, **o Governador da Bahia, Sr. Antonio Carlos Magalhães, alter ego de generais-presidentes**, que se colocou, na prática e em declarações à imprensa, a favor dos patrões e contra os trabalhadores? Grifo da autora. (ANEXO C, I.43-47)

(...) **engendra** também, agora, o **Procurador-Geral da República, Dr. Firmino Ferreira Paz, tese esdrúxula** e ainda mais limitativa da limitada imunidade parlamentar quando, através, do **Jornal do Brasil**, do dia 31 próximo passado, **assegura que o pedido de licença da Câmara para processar o ilustre combativo Deputado Getúlio Dias, pode ser dispensado** (...).Grifo da autora. (ANEXO C, I.54-58)

Governa o Estado o **Sr. Antonio Carlos Magalhães**, um homem de temperamento indisciplinado, mas cruel com a rebeldia popular e até mesmo intolerante com os correligionários que dele ousam discordar. **Esta é moldura tosca de um quadro diabólico, onde se aginganta, realmente, a figura dele que se considera senhor e possuidor da capitania da Bahia**. Grifo da autora. (ANEXO D, I. 31-35)

As perspectivas isotópicas são possibilitadas pelas construções argumentativa das figuras retóricas como a metáfora e a metonímia que são, sobretudo, figuras de significação, cujas realizações fazem parte dos “procedimentos discursivos de constituição do sentido”. (FIORIN, 1997, p.86). Para a semiótica do texto, nessa linha teórica, não só as figuras retóricas constituem o fundamento do sentido, mas também as **figuras**, de forma mais ampla, revelam sentidos, uma vez que essas “poderão aparecer como conectores de isotopias” (GREIMAS; COURTÉS, [s/d], 2008, p.210), viabilizando a passagem de um nível de interpretação a outro.

A metáfora, por exemplo, como uma substituição de um termo por outro, tendo uma base semântica comum, permite a associação temático-figurativa entre o sujeito do enunciado e seu correspondente semântico, conforme se nota nos fragmentos: “o Governador da Bahia, **Sr. Antonio Carlos Magalhães, alter ego de generais-presidentes**” (ANEXO C, l.45-46); “ (...)Esta é **moldura tosca** de um **quadro diabólico**, onde se aginganta, realmente, a **figura dele** que se considera senhor e **possuidor da capitania da Bahia**” (ANEXO D, l.33-35).

Os dois fragmentos selecionados, de ambos os discursos, dentre outros, conseguem dar conta da relação que o sujeito enunciador busca fazer entre a figura de ACM e de atos anti-democráticos do regime autoritário ou mesmo identificando-o com o próprio regime ditatorial. Na empreitada persuasiva, nota-se a persistência relacional que o sujeito enunciador cria a todo instante no texto, gerando uma relação metafórica insistente, proporcionando, com isso, um vínculo simbólico entre o governador baiano e atos truculentos, a saber: “temperamento indisciplinado”; “cruel”; “intolerante”; “desatino”; “homicida”; “criminoso”; “tirania”, “ações diabólicas”, dentre outros.

Ora, a metáfora construída alcança o *status* de símbolo, uma vez que esse é conseguido quando a metáfora ou a imagem, que se quer fixar, se repete de forma insistente, ou seja, “uma imagem pode invocar-se como metáfora uma vez, mas se se repete persistentemente, converte-se e símbolo”. (CHERUBIM, 1989, p.58). Assim, ACM converte-se, na estratégia persuasiva de esquerda, no caso, Francisco Pinto, no símbolo do “mal”, daquilo que é manifestadamente contrário às garantias democráticas. Figura e tema encontram, nesse plano isotópico, uma estreita identificação, o que até mesmo faz estabelecer uma certa coalisão entre a imagem de Lúcifer e de tudo que este representa para o mundo cristão e a postura e atitudes do ex-governador da Bahia, buscando-se ratificar a meta persuasiva de mostrar que a aparência (parecer) não corresponde ao que é (ser).

Na outra face da mesma moeda, essa identificação entre imagens, proposta pelo sujeito enunciativo, estabelece uma nova relação figurativa que é aquela em que uma parte identifica o todo, i.e., a metonímia, figura em que a “palavra é empregada em lugar de outra que sugere, ou seja, em vez de uma palavra emprega-se outra com a qual tenha qualquer relação por dependência de idéia”. (CHERUBIM, 1989, p.46). Dessa forma, como a imagem de ACM está associada à ideia do “mal”, inclusive também como o fiel depositário dos ideais da ditadura militar, referir-se ao governador baiano é significar tudo aquilo que diz respeito à infração dos direitos civis e da liberdade de expressão, aspectos fundamentais dos regimes autoritários.

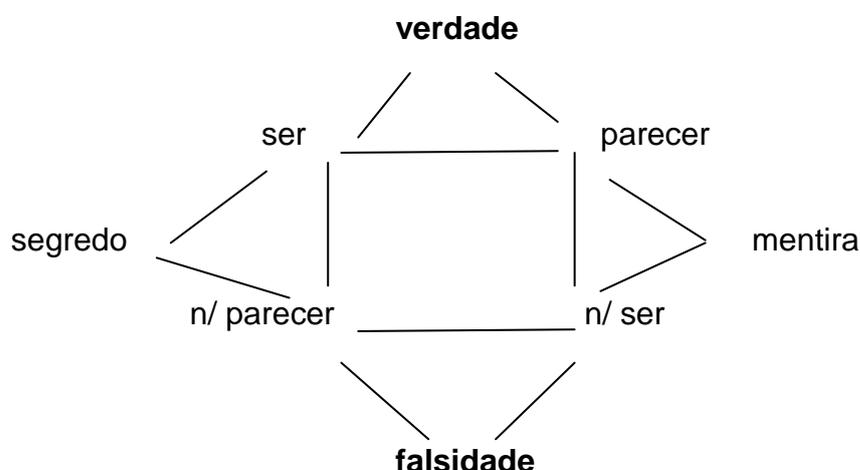
Retomando a estratégia persuasiva entre o **parecer** e o **ser**, vê-se que o desdobramento das relações entre figuras e temas, no plano discursivo, tem suas raízes no plano gerativo anterior, alicerçado no campo das modalidades veridictórias, mais propriamente no contrato fiduciário, o qual, conforme Greimas e Courtés ([s/d], 2008, p. 208) “põe em jogo um fazer persuasivo de parte do

destinador e, em contrapartida, a adesão do destinatário”. Esse “fazer persuasivo” deve levar o destinador a uma veridicção, “dizer verdadeiro”, e ao destinatário a um “crer verdadeiro” e, para tanto, o enunciador não poupa esforços e estratégias argumentativas, baseando-se inclusive em fatos correntes e valendo-se de dados estatísticos para consubstanciar sua veridicção. Faz uso também de imagens e expressões fortes que afetam o ânimo dos seus enunciatários, suscetibilizando-os às críticas, em particular, sobre as ações do executivo estadual baiano.

Greimas e Courtés ([s/d], 2008) apontam que as relações entre o **parecer** e o **ser** veridictórios fazem parte do “jogo da verdade” que, projetados no quadrado semiótico, possibilitam o entendimento lógico-conceitual entre **verdade** e **falsidade**, aquilo que é **manifestado** e **imane**nte, na dimensão relacional dos contraditórios, como também as implicações dêiticas da **mentira** e do **segredo**. E, no âmbito dos simulacros, são essas tais relações lógico-simbólicas que permitem compreender a exteriorização dos sentidos e o contato das percepções decorrentes da interação entre os atores do discurso, uma vez que “não é mais o mundo natural que vem em direção ao sujeito, mas o sujeito que se proclama mestre do mundo, seu significado, e o reorganiza figurativamente a seu modo”. (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p.19)

Entendendo-se melhor como essas relações acontecem, no campo do discurso em questão, vê-se, por exemplo, que o confronto entre **ser** algo e **parecer** algo é o que gera a **verdade**, ou também, no confronto da negação de ambos, a **falsidade**, isto é, uma neutralidade, pois algo que “não é” e “não parece”, de fato, não estabelece laço perceptivo com a realidade.

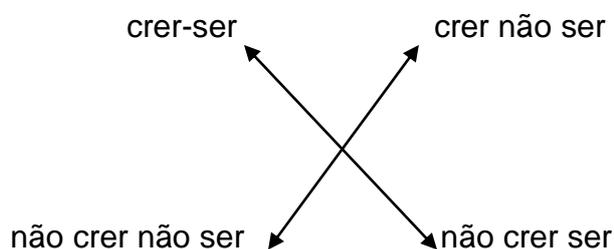
Figura 09. Modalidade veridictória



Fonte: Greimas e Courtés ([s/d], 2008, p.532)

Como a operação lógica da figura é realizada por um “juízo epistêmico”, a **verdade**, então, é concebida na medida em que se **crê**, por exemplo, que “a Bahia **parece** bem” ou que “a Bahia **está** bem”, de acordo com a perspectiva persuasiva dos discursos. A admissão de uma ou outra crença está relacionada fundamentalmente à figura do principal representante da política baiana – ACM -, quando o associa às ações retrógradas ou anti-democráticas (“o mal”) ou quando é associado ao símbolo do progresso e do bem-estar social (“o bem”), respectivamente. Logo o “jogo da verdade”, como afirma Greimas e Courtés ([s/d], 2008, p.172), é realizado a partir da interação entre as dimensões da **manifestação**, ou seja, daquilo que aparece para a consciência cognitiva **epistêmica** e da **imanência**, ou seja, daquilo que a mesma consciência ajuíza que de fato seja, conforme o próprio âmbito da existência da modalidade veridictória, o que constitui o cerne do juízo epistêmico que é “uma assunção do numenal a partir do fenomenal interpretado”.

Figura 10. Modalidade da categoria epistêmica



Fonte: Greimas e Courtés ([s/d], 2008, p. 172)

Os textos de natureza política (discursos políticos) exigem, além das relações modalizadoras do **parecer**, do **ser** e do **crer**, outros aspectos que se situam num nível anterior ao da crença, diferentemente de textos de natureza científica, que são o **querer** e o **poder**. Fundamental para a realização do juízo epistêmico, o **querer** e o **poder** definem e orientam o esquema veridictório, uma vez que para se **crer**, pressupõe-se um ato voluntário de se deixar permear (**querer**) pelas idéias do sujeito enunciatário, assim como a disposição intelectual e/ou emocional para compreendê-las (**poder**). Assim, para levar o sujeito enunciatário a crer, p.ex., em alguma idéia, necessita-se que este queira entrar em contato com a idéia, deflagrado pelo recurso de poder estabelecer entendimento com a mesma.

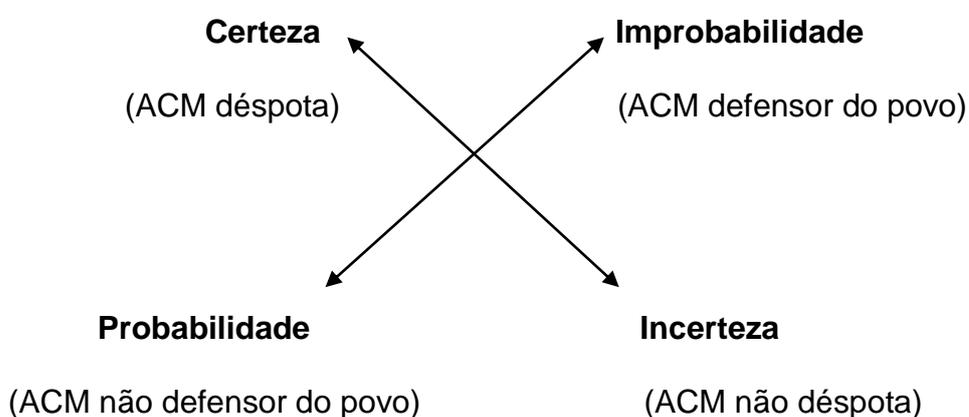
Dessa forma, os discursos políticos não prescindem de uma teia argumentativa que possa conduzir persuasivamente ideologias e paixões e, com isso, suscitar os recursos fundamentais para a aceitação das idéias, ou seja, a crença.

Interessa ainda, nessa direção, verificar as implicações que a figura quadripolar manifesta na relação **ser-crer**, entendendo-se a modalização epistêmica quando a modalidade do crer determina os enunciados de estado. Nos vértices da relação

entre os contrários situam-se a **certeza** (crer-ser) e a **improbabilidade** (crer não ser) e na dos sub-contrários a **probabilidade** (não crer não ser) e a **incerteza** (não crer ser), indicando a oposição semântica fundamental nas modalidades epistêmicas que são tratadas em textos de veiculação ideológica, como no caso dos discursos políticos, os quais primam pela adesão de idéias por meio do confronto entre a certeza daquilo que se afirma e sua probabilidade de **ser** ou de **não-ser**.

Passando-se à vista em ambos os discursos, verifica-se que a busca por parte do sujeito enunciador é transgredir aquilo que é tomado como idéia comumente aceita pela população, isto é, de que o governador é um fiel e digno representante do interesses populares e que, portanto, “a Bahia vai bem”. Na verdade, os discursos apelam para questões de natureza ético-morais, trazidas à baila por meio de fatos sócio-jurídicos, componentes, aliás, básicos do fenômeno político, marcando, assim, uma **certeza** (crer-ser) de que ACM é um déspota a serviço do regime de força e a **improbabilidade** (crer não ser) de que o mesmo seja um defensor dos valores democráticos.

Figura 11 – Aplicação da modalidade epistêmica



Pela disposição da figura lógica, compreende-se a orientação manifesta nos discursos, confrontando-se “verdades” e “opiniões”, num jogo de argumentos e fatos, cujo foco está direcionado num **fazer-crer** por parte do sujeito enunciatário, por meio de um “juízo reflexivo” sobre as opiniões expostas, culminando em uma verdade, “que surge da ação e do ato de decisão”. (CHARAUDEAU, 2008, p.45)

O **fazer-crer** pelo sujeito enunciatário é uma ação peculiar, no campo do discurso político, pois este, segundo Charaudeau (2008), não prescinde de certos componentes, fundamentados na política (“atos e decisões que emanam de autoridade”), no social (“organização e estruturação das relações sociais”), no jurídico (“leis que regem as condutas e as relações dos indivíduos”) e no moral e psíquico que diz respeito às questões axiológicas. Importa relevar, nesta abordagem, os fatos de natureza moral e psíquica (sistema de valores), uma vez que são estes que determinam o nível de afetamento do sujeito enunciatário pelas idéias a ele manifestadas, proporcionando, dessa forma, o seu **fazer-crer**.

O discurso político possui uma especificidade própria que o distingue das demais formas de jogos de linguagem, haja vista o nível de complexidade que o envolve e do qual é sua matéria de existência. Exemplo disso são relações de poder que se estabelecem no campo ideológico, veiculadas pela palavra, buscando-se a persuasão por meio da denúncia e da crítica e, em alguns casos, vantagens sociais e defesa dos próprios interesses sejam eles políticos ou econômicos. Vê-se, nas peças políticas em análise, alguns exemplos dessa forma de manifestação, trazidos não só pelo ex-deputado feirense, como também na “voz” de ACM.

(...) Bacon já sentenciava: “Conhecer profundamente é conhecer pelas causas”. **Os agasalhados no poder, a partir de 1964, preferem outro axioma: “Atuaremos com os**

**efeitos e não com as causas**". Grifo da autora. (ANEXO C, l.4-7)

Para ele o quebra-quebra de mais de 400 ônibus realizado nos mais diversos bairros da capital pelos filhos do povo, o apedrejamento da Agência de São Pedro do Banco do Estado, de Supermercados, a reação dos estudantes e professores do ginásio da Bahia, **tudo não passa de "um movimento de radicais que querem tumultuar o processo eleitoral"**. [Grifo da autora]. (ANEXO D, l.35-40)

Proclama enfático: **"Existem comunistas sensatos que, como eu, querem as eleições"**, e esclarece, "estes comunistas sensatos são os comunistas do PCB \_\_ o Partidão" e a "responsabilidade pela desordem é do PC do B e do MR-8". [Grifo da autora]. (ANEXO D, l.40-42)

Assim, a relação dialética entre idéias, fruto de elaboração opinativa sobre fatos e eventos outros, constitui-se como elemento fundante do discurso político, pois é exatamente pela oposição e confronto entre perspectivas que se moldam a relação entre a verdade e a verossimilhança, aspectos essenciais da ação ideológico-persuasiva.

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer as **relações de dominação ou pactos de convenção**. Consequentemente, o discurso das idéias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da **verdade (dizer o Verdadeiro)** e o segundo a uma do **verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível)**. [Grifo da autora]. (CHARAUDEAU, 2008, p.46)

O discurso político, portanto, é o *locus* privilegiado da encenação política, em que os pactos de reconhecimento das "verdades" e "mentiras", entre os sujeitos da enunciação, são travados, possibilitando o **crer** e o **fazer-crer**. E mais, é também

nesse “espaço” em que se materializam as ideologias, as quais ganham valor e são objetiváveis por meio dos revestimentos figurativos que recebem, utilizando-se, para tanto, no plano superficial do discurso, dos atores que personificam os valores ideológicos desejados. Os atores, assim, definem o processo de ancoragem textual, uma vez que o

fazer-criar e o criar dependem de um contrato de veridicção que se estabelece entre enunciador e enunciatário e que regulamenta, entre outras coisas, o reconhecimento da figura. (BARROS, 2005, p. 72)

A validade das figuras e, conseqüentemente, o efeito de realidade que geram são estritamente dependentes da relação pactual entre os sujeitos da enunciação, principalmente no tocante à veiculação das verdades, já que estas estão inelutavelmente ligadas às condições sócio-históricas em que os inter-enunciadores se situam e que também compartilham intelectualmente, entendendo-se, assim, que os “regimes de verdade são históricos, têm condições históricas de possibilidade, de validade e de funcionamento” (MARTINS, 2002, p.105). Dessa forma, a crença nas verdades e sua validade funcional correspondem, fundamentalmente, ao efeito de realidade proporcionado pela ação comunicativa entre os enunciadores, cuja constituição faz parte do processo de figurativização, formado por duas etapas: de um recobrimento inicial dos temas pelas figuras, figuração, e, por fim, da iconização. (BARROS, 2005)

## **4 NAS TRAMAS DA SEMIÓTICA SEMI-SIMBÓLICA: IMAGEM, DISCURSO E IDEOLOGIA.**

### **4.1 UMA PROPOSTA DE LEITURA**

As imagens também se constituem num rico material semiótico e que os olhares da semiótica greimasiana não descartam do seu alcance teórico, mesmo porque as imagens são signos que carregam uma gama de significações.

Nessa temática, que tem como foco a figura do ex-Deputado Francisco José Pinto dos Santos (Francisco Pinto) e a conjuntura política brasileira na década de 1970 e início da década de 1980, há inúmeros momentos de ação político-social do político feirense que foram preservados por fotografias que a imprensa local (Feira de Santana) e a nacional registraram. Esses momentos são tão importantes quanto os próprios discursos enunciados pelo ex-deputado, haja vista que também perfazem sua ação discursiva junto à comunidade feirense e brasileira, pois sua presença e aparência físicas, bem como os adereços utilizados pelo ex-político “falavam” tanto quanto ou talvez até mais que sua própria voz.

No conjunto de materiais coletados para essa tese, há não só documentos escritos cedidos por Francisco Pinto, mas há também fotos que ilustram o caderno de discurso publicado pela gráfica da Câmara de Deputados, panfletos de campanha política, inclusive utilizados como ilustração na dissertação desta autora, fotos em periódicos jornalísticos, imagens de curtas metragens e também de entrevista.

Diante desses materiais disponíveis, a utilização de suas imagens na constituição teórico-analítica desse trabalho escrito não poderia ser desprezada, uma vez que sua figura (imagem) teve alcance nacional e internacional nos tempos em que se dedicava como ativista político. Assim, para as análises propostas, foram

selecionadas duas fotos (às páginas 204 e 209 respectivamente): uma que é capa do *Jornal Chico Pinto* (Figura 12) e outra que é capa ilustrativa do caderno de discursos *Caminhando com o povo* (Figura 13). Os outros materiais (fotos, curtas e entrevista) foram desprezados haja vista o foco de análise proposto nesta seção.

Importa salientar que se optou por textos sincréticos (linguagem verbal associada à linguagem não-verbal) e não sincréticos; logo, é necessário não se perder de vista as relações que são estabelecidas no processo de leitura e interpretação que são o conteúdo da mensagem expressa pelo texto verbal e do texto não verbal, pois a carga de intencionalidade comunicativa é imprescindível para um texto de natureza propagandística. Dessa forma, a abordagem analítica semi-simbólica, a qual cruza informações dos planos verbal e não-verbal, consegue realizar o desmembramento sígnico dos objetos linguísticos e não-linguísticos, revelando, pelo arranjo da geração de sentido, a informação pretendida.

Na perspectiva sígnica hjelmsleviana, - “Prolegômenos a uma teoria da linguagem” (1961) -, a bilateralidade dessa estrutura é composta pelo plano da expressão e pelo plano do conteúdo, os quais, assim como o signo em Saussure ([1916], 2003, p.80), são indissociáveis, “estão intimamente unidos e um reclama o outro” e só com a inter-relação de ambos se realiza o processo comunicacional. A percepção de ambas as facetas sígnicas compõe o todo informacional, o qual se decompõe e se recompõe nas configurações imagéticas e linguísticas do texto o que forma o processo da semiose comunicativa.

Os planos de composição sígnica amparam tanto a parte verbal quanto a não-verbal do discurso (tomado como sinônimo de texto), possibilitando para cada um desses modos de apresentação textual a sua materialização informativa, isto é, o plano da

expressão e do conteúdo que estão presentes tanto para o verbal quanto para o não-verbal no texto.

A passagem do estatuto saussuriano do signo, enquanto estrutura elementar e isolada da língua, para a perspectiva hjelmsleviana é fundamental para se estabelecer novas possibilidades interpretativas de materiais semióticos, *v.g.*, a fotografia, pintura, cenas filmicas etc., pois a linguagem é pensada, a partir desse olhar, como a articulação entre os planos de expressão (a faceta significante) e o plano de conteúdo (a faceta do significado) e que se refere, respectivamente, ao “mundo exterior” e ao “mundo interior” (FONTANILLE, 2007).

Para a semiótica semi-simbólica o plano de expressão (“mundo exterior”) indica como o material semiótico é veiculado, suas formas, cores e texturas, tamanho, disposição espacial etc., e o plano do conteúdo (“mundo interior”) é a representação que esses componentes externos adquirem, a partir de suas composições e relações.

A dinâmica relacional entre os planos sígnicos, dinâmica essa que perfaz o todo objetivável da imagem, é devedora fundamentalmente da percepção do sujeito observador, uma vez que é a partir dessa relação – sujeito cognoscente e do objeto cognoscível - que as coisas e objetos são apreendidos e semioticamente viáveis. O sentido, então, se constitui, no plano da textualidade visual, assim como se dá na textualidade linguística, na composição dos planos isotópicos - percurso gerativo de sentido –, os quais são caracterizados por categorias aspectuais, como a temporalização, *p.e.*, que, por sua vez, se constitui pelos semas de incoatividade, duratividade e terminatividade, cuja interação, segundo Greimas e Courtés ([s/d], 2008), estabelecem a tensividade na perspectiva interpretativa.

A configuração aspectual da tensividade é gradual e acontece num fluxo contínuo de sentido que compõe o mecanismo de discursivização, partindo-se de uma ação inicial, perfazendo um fluxo processual e culminando numa totalização semiótica, isto é, num todo de significação. Debreando a categoria aspectual, tem-se a incoatividade que é o sema inicial do processo de significação, que perdura com o sema da duratividade e finaliza com o sema da terminatividade.

A ação debreática realiza-se, por sua vez, pela interferência direta do sujeito cognoscente (entendido também como co-enunciador), pois é na instância do observador que as categorias aspectuais são percebidas e possivelmente analisáveis, as quais se compõem e re-compõem gerando, assim, uma homogeneidade perceptiva do objeto cognoscível no processo semiótico. Convém salientar que esse processo de semiose imagética caracteriza-se por uma relação de reciprocidade entre os constituintes sígnicos (significante/significado; expressão/conteúdo), a qual é responsável pela continuidade aparente de sentido não comprometendo o entendimento mais amplo do objeto da significação.

Compor e recompor o sentido faz-se por uma retomada contínua do fluxo sígnico que caracteriza a discursividade visual, numa operação transitiva, na qual o “objeto exterior” transmuta-se num “objeto interior”, por meio de uma ação contínua de percepção, na qual o objeto para ser apreendido migra de um espaço externo (percepção exteroceptiva) para um no espaço interno (percepção interoceptiva). A percepção, dessa forma, é de fundamental importância para que o sentido possa ser gerado, já que esta, no plano da discursivização, “estabelece uma relação entre dois fúntivos actanciais, o eu (do Sujeito do conhecimento) (...), e outro (do Objeto de conhecimento)” (LOPES, 1978, p.25).

Ainda, segundo Lopes (1978), essa interação perceptiva é operada pela relação de conjunção ( $\cap$ ) entre o sujeito do conhecimento (S) e o objeto de conhecimento (O), expressa por uma sintaxe mínima que materializa essa relação - S  $\cap$  O - , configurando, assim, os processos perceptivos extero e interoceptivo.

Uma outra faceta relevante na percepção da imagem e em sua compreensão discursiva visual está no fato da fotografia ser uma representação icônica, ou seja, aquela que estabelece uma “contigüidade factual entre o signo fotográfico e seu referente” (PICADO, 2005, p.161). A similitude entre signo e referente constrói uma aparente realidade, naturalizada pela ação perceptiva do sujeito cognoscente, materializando o objeto do conhecimento e dando-lhe uma realidade possível, o que, nesse particular, seria uma representação direta do mundo, aquilo que impressiona os sentidos do observador.

Dessa forma, na fenomenologia da representação, a fotografia se apresenta como peça-chave no tocante à dissimulação do real, apresentando-o e (re)-apresentando-o de maneira diversa (quanto à perspectiva, p.ex.) numa dinâmica de apreensão desse mesmo real, o que caracteriza a instantaneidade da representação, isto é, sua aparente fixidez. É aquilo que se situa no campo do simulacro, quando se produz uma realidade paralela àquela materialmente circundante.

O simulacro, nessas circunstâncias, estaria criando um estado de ilusão para aquele que observa (espectador), mas não uma ilusão total, segundo Aumont (1995, p.102), mas parcial, “forte o suficiente para ser funcional”, haja vista que desse ponto de vista, o simulacro se configura como “um objeto artificial que visa ser tomado por outro objeto para determinado uso”. Ilusão, então, não seria um erro de percepção,

uma distorção daquilo que visto, mas, pode-se dizer, uma integração real com a coisa posta, com o evento observado.

Assim, são as imagens tomadas em análise, uma vez que não se tratam apenas de meras fotografias, mas as imagens veiculadas possuem uma carga retórica densa e impactante, transcendendo seu uso mais imediato que seria ilustrar material publicitário.

Essa ação retórica emerge da esfera da representação imagética, cuja função instaura um representante que, em contextos específicos, ocupa o lugar daquilo que representa (AUMONT, 1995). Ou seja, as imagens do ex-Deputado, utilizadas nesses materiais de divulgação, conseguem levar o observador para muito além de um reconhecimento visual do personagem central, mas, como este foi, naquele momento, retratado, amplia a dimensão temporal, presentificando um evento ocorrido no passado, conforme assinala Picado (2005, p.174),

O gesto humano, (...) capturado como segmento de uma ação originariamente mais completa, consegue nos restituir à sua integralidade temporal (ou melhor, nos induz a completar essa integridade por uma ato de imaginação), por guardar dessa totalidade da ação de carga de intensidade da expressão de alguns de seus fragmentos (...).

A ampliação perceptiva, que é conseguida a partir da interação com a imagem, orienta-se no sentido da construção da imagem política (do sujeito político) seja pelos discursos produzidos, seja pela *performance* social. Todo o aparato técnico e publicitário que envolve a imagem, nessa orientação, dissimula o real, instalando novas relações intersubjetivas (observador/observado), as quais constroem e reconstroem o sujeito político, por meio de

um gigantesco processo de simulação através dos arranjos técnicos e de linguagem que têm por finalidade dar conta do próprio desempenho do modelo interativo proposto aos indivíduos. (FAUSTO NETO, 1990, p.19).

A imagem política, dessa forma, se constitui em um “efeito de linguagem”, dialogicamente erigido entre os interlocutores, os quais actorizam o constructo midiático, gerando a cadeia de significações. Assim, ainda segundo Fausto Neto (1990, p.14), “a pergunta não é mais quais os significantes que os homens políticos mobilizam, mas, pelo contrário, como os homens políticos são instalados no interior dos mecanismos significantes”.

Outrossim, movimentar-se no espaço cênico político, utilizar-se de uma indumentária performática e de um aparato linguístico adequado, atrelados a uma orientação midiática, contribuem também no processo de discursivização visual e na composição dos efeitos de sentido pretendidos.

somente podemos reconhecer um ‘sujeito’ na imagem de um indivíduo a partir do momento em que o vemos entrar em relação com um ‘objeto’ qualquer, quer se trate do mundo que o envolve, de um parceiro, ou até, no limite, simplesmente dele próprio. (LANDOWSKY, 2004, p. 49)

No tocante à identidade visual, o sujeito político define-se com maior contundência, ou seja, apresenta-se ao seu enunciatário envolvido por marcas identitárias bem específicas que o distingue do homem cidadão comum, seja na aparência física, seja no uso de uma linguagem diferenciada, orientando, assim, a percepção do sujeito observador a um processo de (des)identificação do sujeito enunciador. Ora, esse reconhecimento ou (des)- reconhecimento é o que Floch (1995, p.25) denomina de

“identidade por assimilação, por indiferenciação”. Explicitando: as características físicas e adereços, por exemplo, utilizados pelo ex-político Francisco Pinto, expressam sua identidade visual, produzindo um reconhecimento por identificação a um determinado grupo social (no caso, anti-militar, anti-ditadura), - grupo dos revolucionários ou dos subversivos. Tal estado de identificação, de maneira contrastiva, o des-identifica automaticamente com o grupo de comando político e social do Brasil, naquele período, o qual era representado pelo Estado Militar (ditadura) e suas ações anti-democráticas.

De plus, c'est une identité par assimilation, voire par indifférenciation. Une identité visuelle qui vise à supprimer tout ce qui pourrait distinguer voire singulariser les individus d'un même groupe, afin que la fonction sémiotique de la différence \_\_\_ faire sens, précisément \_\_\_ soit au bénéfice exclusif du roupe, par repport à um autre groupe. (FLOCH, 1995, p.25)

Seguindo adiante, reportar-se à semiótica visual é, necessariamente e não menos importante, considerar a “intensidade” no processo de discursivização visual, pois, associado ao processo de “extensidade”, forma o conjunto de gradientes (“modo contínuo”) perceptivos, gerados pela valência. Para Fontanille e Zilberberg (2001), a valência é outra categoria semiótica que permite estabelecer “ligações” com uma série de lugares actanciais e, assim, compor as relações de conjunção ou disjunção entre o sujeito e o objeto de valor, uma vez que está relacionada ao efeito tímico, isto é, a intensidade que se atribui em direção ao objeto.

Como o efeito tímico, p.ex., fruto do gradiente de intensidade, estabelece-se a partir da percepção que o sujeito observador tem sobre o objeto observado, pode-se inferir, tomando-se as imagens do ex-Deputado, que ambas criam um efeito de aproximação com as causas sociais (engajamento social, anti-ditadura), ou seja,

uma maior intensidade quanto a “afetuosidade, aceitação” do que a “não afetuosidade, não aceitação” pela população da cidade de Feira de Santana à época. É isso também que seria o efeito de ilusão que a imagem suscita no observador, pois mesmo numa distância temporal a imagem leva o observador a ter a percepção de como aquele personagem retratado era possivelmente visto pela comunidade citadina.

A relação de forças entre os gradientes de intensidade e extensidade acontece num “lugar” perceptivo que é o espaço tensivo. Tensão, portanto, é esse arranjo de forças categoriais (proporcionalidade e/ou desproporcionalidade) entre as valências, as quais se caracterizam por serem “funtivos de uma função (...), uma ‘energia’ que torna a percepção mais viva ou menos viva” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p.19).

Ora, as tensões apreendidas pelo observador (relações entre o sensível e o inteligível) são viabilizadas por intermédio do discurso que passa de um estado de ato a uma *práxis*. As categorias envolvidas, que formam o discurso, deixam, assim, seu estado potencial para realizarem um movimento de enunciação. Portanto, para Fontanille (2007) passa-se de “um discurso em ato ao discurso enunciado”, estruturado pelo encadeamento de discursos singulares, os quais “são capazes de *esquematizar* aquilo a que fazem referência e de projetar formas inteligíveis que nos permitem construir sua significação”. (FONTANILLE, 2007, p.109).

Logo, os esquemas discursivos são formados pelas relações tensivas, as quais são responsáveis pela apreensão do sentido, num jogo de forças (gradiente tensivo) que pode ser demonstrado por meio de esquemas gráficos que materializam as categorias envolvidas. Tal relação tensiva, bem como sua orientação, na perspectiva

do observador, é (re)apresentada para este como “profundidade semântica”, a qual engendra nos eixos de valência outras profundidades de natureza intensiva e extensiva, configurando-se a partir dessa rede de percepção, o sentido, conforme assinalam Fontanille e Zilberberg (2001, p.19-20),

No espaço tensivo, que é seu domínio privilegiado, esses gradientes são postos em perspectiva pelo foco ou pela apreensão de um sujeito perceptivo. Essa orientação dos gradientes em relação a um centro dêitico e em relação a um observador os converte em *profundidades semânticas*.

Interessante considerar a referência que esse campo de análise semiótica faz quanto a importância do sujeito perceptivo no processo de significação. Nota-se essa referência, no que tange a operacionalização mental, que o observador realiza sobre os constituintes semióticos para a compreensão e estabelecimento do sentido, como também a sua participação quanto a atribuição valorativa (axiológica) das valências envolvidas, alicerçando, mais uma vez, a dimensão fulcral da fenomenologia da significação, a qual converte semioticamente esse sujeito da observação (sujeito cognoscente), em um “sujeito sensível” e, conseqüentemente, no “próprio lugar das correlações entre gradientes semânticos”. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p.20).

Importa salientar que, acompanhando esse viés analítico da imagem, são apresentadas, nessa seção, mais detidamente, duas análises fotográficas (“representações instantâneas”) que evidenciam o personagem principal, o ex-Deputado Francisco Pinto, em momentos diferentes como agente político, mas pertencentes a uma mesma natureza social da ação político-partidária. Para fins de

esclarecimento, mesmo sendo ambos textos sincréticos, só, na Figura 12, é que foi levada em consideração, para análise, a parte verbal.

#### 4.2 IMAGEM NA PERSPECTIVA SEMI-SIMBÓLICA

*... a capacidade de reagir às imagens é um passo em direção ao simbólico.*

*(J. Aumont)*

A Figura 12 foi matéria de capa de um jornal de divulgação das atividades políticas de Francisco Pinto, editado pelo “comitê de apoio a Chico Pinto”, no ano de 1986 (ano eleitoral), quando foi eleito Deputado Federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o qual traz uma série de matérias que entrelaçam sua biografia à vida política da cidade de Feira de Santana, desde a época em que foi prefeito, até suas ações como Deputado Federal.

Trata-se de um jornal de pequenas dimensões (31cm x 23cm), de caráter declaradamente político-partidário e publicitário, haja vista o próprio título com o qual se anuncia, *Chico Pinto*, apresentando a figura controversa do ex-Deputado, que, conforme o próprio jornal de apoio, foi considerado subversivo “pelos poderosos que se julgavam donos dessa terra”, e um líder político combativo por um contingente significativo da população. O jornal tem como capa a foto do político feirense discursando, em meio a outros pequenos textos provocativos, os quais incitam o leitor à repulsa ou à aceitação da imagem política de Francisco Pinto, como, por exemplo, anunciando, em seu frontispício, o seguinte texto: “PINTO NUNCA FEZ NADA POR FEIRA!”

Situando um pouco o ano de 1986, este foi um período importante para a política brasileira (eleições diretas), e mais propriamente pela consolidação das mudanças (abertura política) que se iniciaram desde a era Geisel e que culminaram no ano de 1985 com a escolha pelo Colégio Eleitoral de um presidente civil (Tancredo Neves) e por pleitos municipais, depois de se vivenciar 21 anos de comando político militar, tendo seu último representante o General João Baptista Figueiredo, que presidiu o Brasil entre 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Importa ressaltar, aliás, que, um ano antes da queda do regime militar, em 1984, políticos contrários à ditadura, apoiados por intelectuais e artistas, já se manifestavam publicamente a favor das eleições diretas para presidente, lotando praças públicas com comícios pelas diretas, destacando-se, nesse período, o dia 10 de abril, desse mesmo ano, quando “No Rio, aproximadamente 1 milhão de pessoas participaram do comício das *Diretas Já!* na Candelária”. (FIGUEIREDO, 2005, p.340).

Foi o movimento das “Diretas Já!”, sem dúvida, que incrementou toda uma reviravolta no panorama político brasileiro, trazendo de volta às ruas a população, comandada por personalidades da política nacional como Ulisses Guimarães (presidente do PMDB) e Tancredo Neves (governador de Minas Gerais), dentre outros que encabeçaram o período da chamada Nova República.

Apesar de ser um movimento com amplo apoio popular (cerca de 90%), as eleições diretas presidenciais dependiam da votação da emenda “Dante de Oliveira” na Câmara Federal, o que, no dia 25 de abril de 1984, foi derrotada por uma quantidade mínima de votos, pois,

como era esperado, o governo derrotou a emenda das *Diretas Já!*, mas com um placar bem mais apertado do que se imaginava. A oposição precisava de 320 votos para aprovar a emenda Dante de Oliveira; conseguiu 298. (FIGUEIREDO, 2005, p.346).

Mesmo diante de uma situação política ainda resistente, a abertura política e a queda do regime militar eram inevitáveis, tanto assim que, em novembro de 1986, aconteceram as amplas eleições para governador, deputado e senador, na qual “o PMDB obteve uma vitória estrondosa (...), fazendo 22 dos 23 governadores de estado e conquistando bastantes cadeiras no Congresso (...)”. (SKIDMORE, 1988, p. 586).

O jornal *Chico Pinto*, portanto, se insere exatamente, nesse contexto de eleições, veiculando não só, na matéria-capa, a figura combativa do político feirense, mas também, e logo abaixo dela, atrelou-se uma propaganda política eleitoral, com a seguinte frase “DIA 15 VOTE 15”, acompanhado do *slogan* de campanha peemedebista “A BAHIA VAI MUDAR”, tendo como candidato ao governo estadual Waldir Pires e como senadores Ruy Bacelar e Jutahy Magalhães. Assim, a composição da capa do jornal engaja-se num projeto declaradamente publicitário, uma vez que retoma a imagem de Francisco Pinto num ato político para avalizar a campanha eleitoral do PMDB estadual naquele período.

Na orientação analítico-semiótica da capa do jornal, nota-se que este é composto por um texto de natureza sincrética, ou seja, aquele que reúne parte não-verbal (foto) e outra verbal (texto escrito). No que diz respeito ao texto não-verbal, percebe-se que a fotografia, em preto-e-branco, do ex-político feirense apresenta dimensões bastante avantajadas em relação aos pequenos textos (verbais) circundantes, chamando, assim, a atenção do leitor de forma bem mais contundente e prendendo o foco de sua observação. No que tange aos textos verbais, além de pequenos comentários sobre a personalidade do ex-político, segue, no rodapé, como já citado, propaganda eleitoral para governador e senador, ambos pelo partido do PMDB.

Figura 12. Francisco Pinto discursando.



Fonte: Jornal *Chico Pinto*, s/n, p.01, Feira de Santana, 1986.

Vê-se, portanto, que a escolha por essa imagem do ex-Deputado, como capa de matéria, não foi aleatória, pois, quando de suas apresentações públicas, comícios, junto à comunidade, ao povo, essa era sua marca registrada, uma imagem muito expressiva que o representa fortemente. Diante, então, da contundência retórica da imagem, pode-se até dizer que a fotografia “fala por si mesma”, haja vista a relevância dos elementos de natureza visual (não-verbais) que compõem a imagem e o processo de discursivização visual. Dessa forma, em virtude da riqueza dos elementos não-verbais, optou-se na análise dispensar os elementos verbais que estão adjacentes à imagem.

É importante destacar e comentar, nessas considerações iniciais sobre objeto de análise, duas afirmações anteriormente feitas sobre a imagem selecionada para análise: **marca registrada e representa fortemente.**

Quando foi citado acima que essa imagem fotográfica apresenta-o com sua **marca registrada** e, portanto, o **representa fortemente**, não foi apenas por mera adjetivação ou mesmo um despropósito afirmativo, mas sabe-se, e é corrente no meio político feirense, como também na lembrança de seus amigos e antigos correligionários, que a presença política do ex-Deputado, no imaginário da população feirense à época, se dava de acordo com essa imagem fotográfica. Suas características físicas compunham também sua ação performática junto à população, ou seja, barbado (barba negra e espessa), boina de camurça, expressão circunspeta (testa franzida), braço esquerdo erguido e punho fechado, discursando diante, muito provavelmente, do povo eufórico que o escutava, com voz contundente, em eventos públicos (apesar dos lábios cerrados, notam-se o microfone e, no pescoço, veias e artéria alteradas).

Essa composição fotográfica, tomada pelos caracteres que identificam o sujeito da imagem, constitui, no mundo culturalmente semiotizável, o que se denomina de “simulacro de corpo”, uma vez que essas marcas de identificação pessoal estão vinculadas a um conjunto de valores culturais e ideológicos que as legitimam, levando-se a conceber a identidade como “um conjunto de traços ou de qualidades específicas, inerentes ao sujeito, que o definem ‘paradigmaticamente’, isto é, por diferença em relação ao outro”. (LANDOWSKY, 2004, p.42).

A despeito da imagem escolhida é imprescindível não desconsiderar e apontar que se trata de uma fotografia jornalística (fotografia de imprensa), feita num determinado momento histórico brasileiro, quando o ex-Deputado estava no auge de sua carreira política, cuja emersão contextual a define bem. Ainda nessa perspectiva e corroborando com os argumentos contextuais, o tipo de fotografia escolhida situa-se no campo da imagem representativa, isto é, aquela em que o

objeto fotografado “representa coisas concretas” (AUMONT, 1995), estabelecendo uma correlação imediata entre a imagem e seu referente.

Mesmo diante do peso jornalístico, essa imagem bem particular, capa do jornal *Chico Pinto*, reúne, ao mesmo tempo, duas condições básicas, derivadas do seu uso no periódico citado: uma de natureza jornalística (sem perder a dimensão histórica) e outra publicitária. Ora, ambas condições dão uma nova roupagem à fotografia, pois, além de servir para demarcar um período particular da história, reaviva e perpetua na mente da população a figura do político feirense, uma vez que “a natureza publicitária da imagem é essencialmente funcional” (BARTHES, [1964], 1982, p.29).

A fotografia, assim, configura não apenas como uma imagem ilustrativa em um periódico local, mas de uma estratégia de natureza propagandística (peça publicitária), pois, como já afirmado, intensiona a publicização da vida e das realizações de Francisco Pinto, quando representante popular, como também adesão às suas idéias que, via de regra, estavam pautadas na liberdade de expressão e participação popular efetiva. Daí também a afirmação que a fotografia escolhida é portadora de uma **contundência retórica**, isto é, o poder de persuasão dirigida aos leitores, o qual arrasta toda uma carga ideológica no campo das atividades políticas do ex-político feirense, veiculando uma imagem de bravura, coragem e liderança.

Pode-se ainda inferir que os elementos caracterizadores da aparência física do ex-Deputado revelam também sua dissociação com a matriz ideológica vigente naquele momento histórico (comando do exército brasileiro), uma vez que o então político opta pelo uso de barba e de um boné camurçado, que traz ao imaginário popular aspectos que o ligam aos protagonistas da Revolução Cubana, anos antes, na

década de 1950. Assim, nessa perspectiva, a imagem projetada (imagem humana) redimensiona-se de uma leitura denotada para uma leitura conotada que, segundo Pietroforte (2007, p.28), “assume o sentido de uma espécie de grau zero da corporalidade, sobre o qual as conotações míticas estéticas podem ser projetadas”.

Essas projeções podem ser encaradas como artefatos sócio-culturais e ideológicos que, conforme Fausto Neto (1990), constroem o “corpo do sujeito político”, dentro de uma rede de significações, simulando o real. Para tanto, o “corpo do sujeito político” se descorporifica para possibilitar que outras projeções encontrem aí espaço e sentido e que se realizem pela “gramática de um outro corpo”. Assim, a percepção do “corpo político” é manifestada pelo ato de significação e re-significação possíveis na relação interativo-perceptiva entre corpo-sujeito e corpo-objeto.

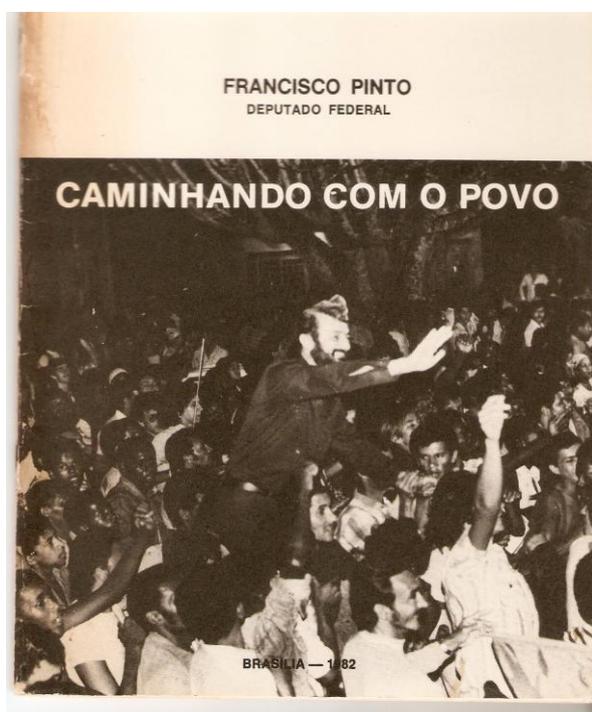
O corpo do sujeito é impulsionado por dois tipos de movimentos distintos. De um lado, aquele que se constitui por um mecanismo de oferta, no qual ele se apresenta como uma espécie de *ecce corpus*. De outro, através de mecanismos identificatórios pelos quais, se apropriando do corpo do outro, se distingue como um corpo fusionado. Em ambas as situações, o corpo do sujeito funciona como uma espécie de corpo objeto, na medida em que se apresenta como ideal que se oferece para ser tomado como referência pelo outro. (FAUSTO NETO, 1990, p.23-24)

Acresce-se que a eficiência da significação também se manifesta pelo mecanismo da assimetria sígnica que se estabelece entre os elementos (símbolos) retratados pela fotografia e daqueles que fazem parte do “mundo interior” do observador, o qual está preso às suas dimensões sócio-históricas e ideológicas e que, na “leitura” da imagem, busca compatibilizar os símbolos perceptíveis na fotografia e aqueles outros que são trazidos em seu arcabouço imagético.

Tal ação perceptiva, nessa orientação, configura-se como o “poder de analogia” que o observador imprime frente ao material simbólico no qual é exposto, constituindo e re-constituindo os sentidos, uma vez que os símbolos, além de serem um constructo mediador entre linguagem e mundo, “só se mantêm na coerência da percepção, da concepção, do julgamento ou do raciocínio pelo sentido que as impregna”. (DURAN, 1988, p.59)

A imagem seguinte (Figura 13), capa de um dos cadernos de discursos do ex-Deputado, editado pela Câmara Federal (DF), no ano de 1982, compartilha também dessas estratégias retóricas, as quais mobilizam o leitor na ação persuasiva, instalando a ambigüidade, em que o “real e ficção se misturam” na relação intersubjetiva. (FAUSTO NETO, 1990).

Figura 13. Francisco Pinto carregado pelo povo.



Fonte: Capa do caderno de discursos, Câmara dos Deputados, Brasília, 1982.

Fazem parte desse caderno 17 discursos que contemplam o período de 1979 a 1982, tendo como texto de abertura o discurso referente à posse do General Figueiredo em março de 1979, dentre outras produções expressivas que denunciavam ou destacavam as ações impróprias e abusivas do regime militar, bem como críticas aos seus militantes e defensores.

A capa do caderno compõe-se, no alto, pelo brasão da República Federativa do Brasil, abaixo as indicações “Câmara dos Deputados”, “Francisco Pinto, Deputado Federal”, e, ocupando mais da metade da capa, uma fotografia em preto-e-branco, na qual apresenta o ex-político feirense sendo carregado pelo povo, que o ouvia momentos antes, muito provavelmente, em um evento em praça pública. Na verdade, tratou-se de um comício realizado na Praça da Bandeira (em frente à prefeitura), na cidade de Feira de Santana, meio que de improviso (campanha para Deputado Federal), no ano de 1970, quando de seu retorno ao cenário político, após sua deposição em março de 1964.

Como a década de 1980 se caracterizou pelas ebulições políticas que, a todo momento, alteravam o panorama do regime militar, enfraquecendo-o, importa trazer alguns acontecimentos relevantes desse período, cujos discursos já denunciavam, que envolvem desde a posse do último “militar três-estrelas”, a extinção do Ato Institucional 5 (AI-5), anistia política e o fim do bipartidarismo em 1979; ação dos governadores biônicos e o reestabelecimento das eleições diretas para governador em 1980; o atentado do Riocentro em 1981, até a conquista pela adesão majoritária de políticos opositores na Câmara dos Deputados em 1982. (FICO, 2004).

Antes de prosseguir no assunto, necessário se faz um breve esclarecimento quanto à expressão “militar três-estrelas”, haja vista que se trata de uma terminologia

própria do âmbito militar (nível de patente), que Figueiredo (2005, p.284) assim explicita: “na hierarquia militar, o generalato é dividido em três etapas \_ pela ordem de importância: general-de-brigada (duas estrelas), general-de-divisão (três estrelas) e general-de-exército (quatro estrelas)”.

Convém lembrar que 1982 foi mais um ano de pleito eleitoral e de mais um mandato na Câmara Federal de Francisco Pinto pelo PMDB, após a extinção do sistema de bipartidarismo, no qual participaram os partidos recém-criados (PMDB, PDT), sob a lei do multipartidarismo (Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, n<sup>o</sup>. 6.767, de 20 de dezembro de 1979), marcando o processo de abertura política que então se encaminhava. (RÊGO, 1994).

Notam-se, nessa imagem, elementos caracterizadores do ex-político, que já faziam parte de sua indumentária política, comentados anteriormente, a exemplo da barba e de sua inseparável boina de camurça.

A linguagem verbal, nesse tipo de texto, ancora-o no tempo e no espaço, pois é possível, pelas pistas linguísticas (sinal publicitário, mensagem verbal), encontrar marcas que o identificam, assim como para quem a mensagem é dirigida. O plano da comunicação verbal apenas não acresce de informatividade a peça publicitária (a imagem), mas o recompõe a qualquer momento de sua leitura.

Trata-se, portanto, de um texto sincrético, que é uma composição de textos verbal e plástico, cuja frase que anuncia a imagem “Caminhando com o povo” indica as pistas informativas, pelas quais o leitor deve focar sua atenção, a fim de compor o seu sentido.

A ancoragem, realizada pelo enunciado que compõe o plano verbal, centra-se na escolha de uma ação continuada, verbo no gerúndio, que direciona a percepção do observador no sentido da integração entre a figura do ex-Deputado e da população que o carrega.

De acordo com Greimas e Courtés ([s/d], 2008, p.30), a ancoragem “produz o efeito de transformar uma das grandezas em referência contextual, permitindo, assim, desambigüizar a outra” e, nesse contexto, não é diferente, pois reafirma o papel político-social desempenhado pelo ex-Deputado, principalmente quando relaciona a idéia veiculada pela ação verbal “caminhando”, i.e, “ir junto”, “estar ao lado das causas sociais”.

O enunciado se materializa por meio da enunciação enunciva, ou seja, aquela que há o apagamento das marcas dêiticas de pessoa, impessoalizando a mensagem e, dessa maneira, ampliando o alcance da ação verbal, pois assim envolve também o leitor na ação de caminhar, o que compõe um todo de significação.

Outrossim a imagem também define o contexto, por ter aspectos bastantes peculiares, principalmente pela figura central (Francisco Pinto) ter sido fotografada no momento que realizava a ação de discursar (Figura 12) ou também quando carregado pela população (Figura 13), antes ou após comício, o que, segundo Santaella e Winfried (1997, p.57), caracteriza o contexto da imagem, isto é, “imagens podem funcionar como contextos de imagens”, dispensando-se, assim, os contextos linguísticos.

Esse tipo de fotografia visa registrar o real, que aqui se configurou, por motivos óbvios, num momento histórico-político de alta relevância para a cidade de Feira de Santana. Tal registro (foto) apresenta uma relação direta com o real, “mensagem

denotada” (BARTHES, [1964], 1982), não intermediada por elementos de cunho artístico que comprometeriam a própria intenção comunicativa da fotografia, que é a “mensagem denotada”. Essa divisão e, ao mesmo tempo, a relação entre “mensagem denotada” e a “mensagem conotada” é o que gera o “paradoxo fotográfico”, pois, ao tempo que a foto é a própria expressão da mensagem denotada, sua interpretação só é possível pela mensagem conotada que a ela subjaz, conforme se observa em Barthes ([1964], 1982, p.16), quando afirma:

o paradoxo fotográfico seria então a coexistência de duas mensagens, uma sem código (seria o análogo fotográfico), e a outra com código (seria a arte [...] ou escrita, ou a retórica da fotografia).

Nas imagens em questão, mesmo se tratando de uma “mensagem denotada”, sua significação só é possível mediante um artefato (foto) que substitui o real vivido. A imagem fotografada re-presentifica o passado inúmeras vezes, pois pode ser vista e revista, permitindo ser interpretada em vários contextos de leitura, configurando-se como um *continuum* sógnico, por meio de um plano de expressão e de conteúdo, o qual compõe a conceituação básica de signo que é aquilo que ocupa o lugar da coisa mesma. É o fluxo contínuo da mensagem que não se desagrega ou se fragmenta, mesmo constituído por partes, pelos elementos sógnicos que a compõem, como a boina, a barba, o braço erguido, punho fechado etc., que fazem parte do plano da expressão. A articulação entre esses componentes perfaz o significado, ou seja, o plano do conteúdo que se realiza pela apreensão da totalidade, do todo que se arruma e se ordena.

A semiose, então, é conseguida pela operação entre os dois planos: o da expressão e do conteúdo, que se diversificam a depender do objeto semiótico a ser observado

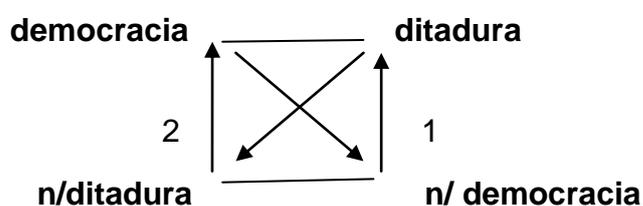
e que se desmembram só no nível analítico, mas, de fato, são fundamentalmente indissociáveis, assim como o estatuto conceptual do signo que só pode ser decomposto no campo da abstração teórica.

A relação semi-simbólica que o texto visual apresenta nasce da composição articulada entre o Plano de Expressão (PE) e do Plano de Conteúdo (PC), na medida em que o conteúdo primário da mensagem, alicerçado numa semântica fundamental, se figurativiza na superficialidade discursiva. É aí, no entrelaçamento entre esses dois planos sígnicos, que possibilita ao objeto visual transformar-se em material semiótico, passível de esquadramento num percurso hierárquico de sentido que parte dos constituintes mais abstratos aos mais concretos.

Para ambos os textos (figuras 12 e 13), na abordagem semiótica do nível mais simples, as categorias semânticas fundamentais opõem-se na relação **democracia** (liberdade) vs **ditadura** (censura), compondo o plano do conteúdo, complexificando-se na composição discursiva visual da imagem, constituintes abstratos se articulam na composição ideológica que a imagem representa, opondo as categorias semêmicas.

Visualizando a correlação entre as categorias axiológicas, no quadrado lógico opositivo, a leitura pode ser realizada de duas formas, tomando-se como ponto de referência o observador para o percurso 1 (P1) e o percurso 2 (P2).

Figura 14. Quadrado semiótico



No P1, a leitura é feita primeiramente na relação dos contraditórios, na medida em que se apreende a imagem como representante de uma situação que se vivia então. Dá-se a relação entre os contraditórios (**democracia; n/ democracia**) com a consequente implicação na **ditadura**, remetendo o leitor a perceber que, num estado político anterior, havia uma situação de abertura política (**democracia**), mas que foi suplantado por forças políticas contrárias (**ditadura**). As imagens (protagonizadas por Francisco Pinto), então, simbolizam a luta pela retomada a livre expressão e participação popular, como segue no percurso:

**democracia → n/ democracia → ditadura**

A operação dêitica é realizada pela negação dos contraditórios com a posterior asserção dos valores axiologizados, implicando (lugar ideológico) na **ditadura**.

Em contrapartida, no P2, as imagens remetem o leitor à percepção dinâmica na formulação dos sentidos dos textos, de uma mudança da situação política, de uma relação autoritária do poder central (Estado Militar) para o campo das conquistas sociais, pela ação política (simbolizada pela figura de Francisco Pinto). As relações de implicação, nesse percurso, apontam para uma categoria sêmica representada pela **democracia**:

**ditadura → n/ ditadura → democracia (liberdade)**

Essa leitura do quadrado semiótico é, como já visto, conseguida pela operação de negação com posterior asserção entre os valores axiologizados que implicam na configuração dêitica (lugar ideológico) da **liberdade**.

É interessante como a forma de apreensão do sentido pelo observador é fundamental à constituição da significação, percebendo o objeto a partir de certas

perspectivas que direcionam o olhar na confluência espaço-tempo, na qual os objetos sígnicos existem.

A diversificação de significado, que as relações entre as facetas sígnicas podem veicular, está calcada nos processos semióticos particulares de cada objeto apreendido, tomando-se como base a percepção de quem o apreende. Segundo Fontanille (2007), a depender de qual posição o sujeito da percepção tome (“visada”) a intersecção das macrossemióticas (“mundo exterior” x “mundo interior”), os componentes dos planos sígnicos podem representar idéias distintas para com os mesmos fenômenos.

Se, por exemplo, dou-me conta que as mudanças de cor de uma fruta podem estar relacionadas com o seu grau de amadurecimento, tais mudanças pertencerão ao plano da expressão, e o grau de amadurecimento, ao plano do conteúdo. Entretanto eu posso, do mesmo modo, relacionar o grau de amadurecimento com uma das dimensões de tempo, a duração, e, nesse caso, o grau de amadurecimento pertence ao plano da expressão, e o tempo, ao plano do conteúdo.(FONTANILLE, 1997, p.43)

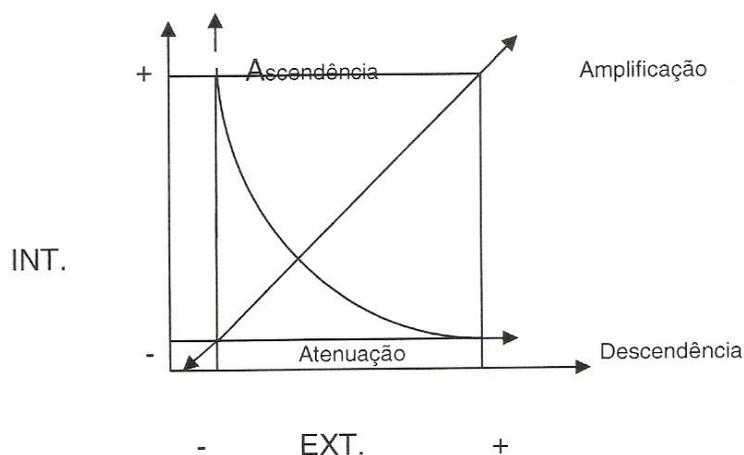
Nota-se que o processo de significação da imagem em questão, é possível pela posição que o sujeito da percepção ocupa e que, nesse caso, é representado pela comunidade para qual o jornal e o material publicizado são dirigidos. A ação semiótica desempenhada pelo sujeito se dá na medida em que consegue reconhecer e relacionar a figura central da fotografia com todo o seu gestual ali capturado, manifestado no plano da expressão, com o fazer do ator social, isto é, um discurso de natureza política, conferida pelo plano do conteúdo. Aliás, mesmo que o sujeito da interpretação não soubesse de que se trata do político feirense, é possível inferir que se trata de um momento político, seja num comício ou mesmo de uma

manifestação grevista, e que o homem ali fotografado protagoniza aquele momento por meio de um discurso.

A significação, depreendida dos textos visuais, situa-se, além do percurso narrativo, também no campo da sintaxe discursiva, materializada pelos esquemas tensivos, dos quais se podem analisar as relações entre as categorias tímica e classemática, uma vez que “os esquemas asseguram a solidariedade entre o sensível (a intensidade, o afeto etc.) e o inteligível (o desdobramento na extensão, o mensurável, a compreensão)” (FONTANILLE, 2007, p.110).

Na perspectiva tipológica dos eixos esquemáticos, Fontanille (2007) apresenta quatro modelos canônicos nas orientações descendente, ascendente, de amplificação e de atenuação, em que cada um desses modelos inter-relaciona os gradientes de intensidade e extensidade de acordo com o percurso narrativo e da resultante que esse percurso produz no destinatário (observador), tornando-se visivelmente perceptíveis no nível mais superficial - o discursivo. O esquema a seguir mostra a confluência das tipologias canônicas, no qual se pode depreender o percurso das tensões que se movimentam entre dois espaços da significação: o sensível e o inteligível.

Figura 15. Diagrama tensivo

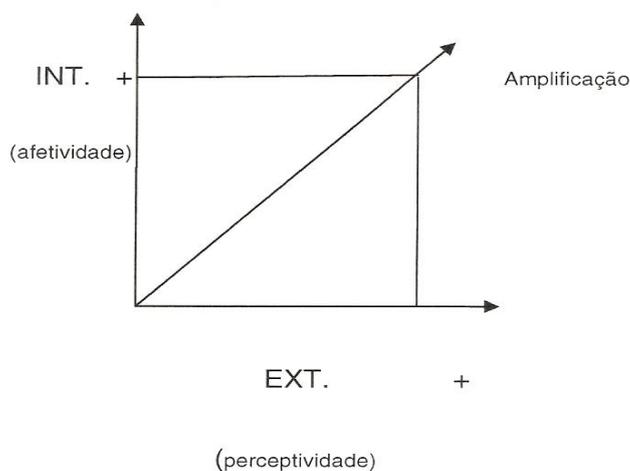


Fonte: Adaptado de Fontanille e Zilberberg (2007, p.179)

Para os objetos visuais, ora tomados para análise, é pertinente avaliar as valências distribuídas no espaço fixado pela fotografia, cujos conteúdos simbólicos apontam ora para uma amplificação, ora para uma atenuação, quando, nessa combinação entre “visada” e a apreensão, não se descarta o momento sócio-histórico, no qual as imagens são lidas. Nesse caso, percebe-se que para o percurso P2, anteriormente demonstrado, aquele em que culmina na percepção da **democracia**, e tomando-se a leitura a partir do momento político de repressão, o esquema tensivo seria o da amplificação, ou seja, o esquema que conjuga a proporcionalidade entre a “afetividade” (envolvimento nas causas populares) e da “perceptividade” (papel político, deputado de esquerda), pois “o aumento da informação e o desdobramento cognitivo não provocam uma redução de intensidade, ao contrário: o sensível e o inteligível crescem, então, conjuntamente” (FONTANILLE, 2007, p.115).

Considere-se, a seguir, que os esquemas de amplificação e atenuação foram gerados a partir do esquema-matriz (Diagrama tensivo) de Fontanille e Zilberberg (2001), tomando-se, para tanto, a leitura imagética sugerida.

Figura 16. Esquema da Amplificação

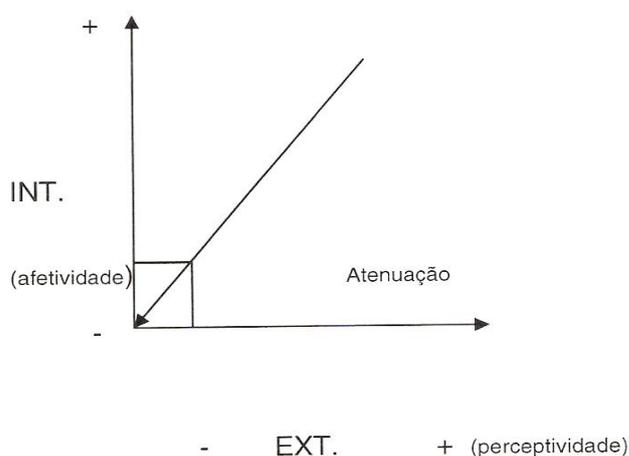


O esquema da amplificação demonstra a importância da relação intersubjetiva do destinador e do destinatário como este último define o esquema tensivo, pois é nele que o fenômeno da significação acontece.

Para o P1, o esquema tensivo, na perspectiva desse observador, se inverte (esquema de atenuação), pois há uma atenuação afetiva com a situação ora vigente – a ditadura - mesmo sendo a figura do ex-deputado um representante da tão desejada liberdade política. A ditadura e suas ações coercitivas, dentro das quais se definiam muito nitidamente o bipartidarismo (situação e oposição), como também as punições políticas materializadas por uma legislação que monitorava e controlava eficazmente as ações político-partidárias, que eram os Atos Institucionais, conhecidos como os AI's, e tudo mais que a ditadura militar representou de cerceamento das garantias constitucionais, gera um estado de afastamento, de “desafetividade” do sujeito observador, mesmo em que pese o valor simbólico (democracia) do ex-Deputado, pois, na verdade, ele ali torna mais evidente a situação de repressão política que vivia o Estado brasileiro.

O esquema tensivo, então, nesse ângulo discursivo, opera no sentido inverso da proporcionalidade, cujos elementos simbólicos do espaço visual, em combinação com o papel social do ex-político, não causam os efeitos de potencialidade tensiva no destinatário. Dessa forma, a intensidade (“afetividade”) decai proporcionalmente à extensidade (“perceptividade”), pois não há “laços afetivos” que relacionem à ação política desejada, como se vê no esquema abaixo:

Figura 17. Esquema de Atenuação



Seguindo a direção das abordagens semióticas visuais, ampliando o espectro da significação nesses objetos e como a significação, no semi-simbolismo, é conseguida pela interposição entre os planos sígnicos de expressão e conteúdo, esses planos se configuram, assim, a partir dos contextos histórico e político, nos quais foram produzidas. Ou seja, o plano de expressão articula-se com o plano de conteúdo como uma categoria topológica de profundidade, entendida como uma dimensão de sentido que se apresenta diretamente ao observador e outra que subjaz a essa, segundo a própria definição posta por Fontanille e Zilberberg (2001,

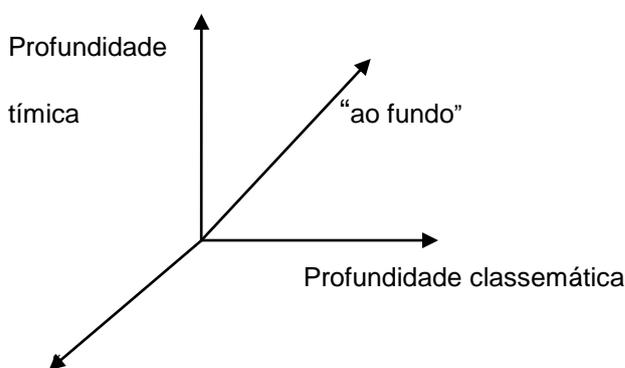
p.20) que designam profundidade como “a orientação na perspectiva de um observador (que focaliza ou que apreende)”.

É o que se poderia entender como um plano semiótico que está mais “à frente” (dado imediato, a imagem em sua totalidade e “realidade”) e outro plano que está mais “ao fundo”, semiotizados pelos contextos situacionais em que foram produzidos.

A interposição, portanto, dessa categoria topológica plástica com o plano de conteúdo (ação política), categoria semântica, perfaz o conjunto do sentido, cuja articulação realiza-se no esquema (tridimensional) de orientação semiótica, que se semantiza no par opositivo frente (anterior) vs. fundo (posterior), compondo a relação binária no nível fundamental na semântica básica.

Abaixo segue o modelo do plano de orientação semiótica que conduz o processo de “leitura” da imagem, o qual foi tomado a partir das contribuições científicas de Fontanille e Zilberberg em “Tensão e Significação”.

Figura 18. Plano de orientação semiótica



Fonte: Adaptado de Fontanille e Zilberberg (2001)

O plano de conteúdo, nessa orientação, estaria perpassado pelo esquema tensivo de intensidade e extensidade, os quais se constituem como peças fundamentais na composição do sentido.

Uma outra perspectiva analítica sobre a categoria topológica é a sua manifestação no plano bidimensional da imagem, articulada na relação alto/baixo, superior/inferior, realizando o percurso de sentido que vai da **ditadura** à **democracia** e vice-versa, conforme estruturado na quadro 1. Entretanto, nas duas imagens selecionadas, a categoria plástica (plano da expressão) toma contornos bem distintos. Na figura 12, por exemplo, não há uma definição exata ou pelo menos mais perceptível do “espaço” discursivo a ser percorrido pelo observador, uma vez que as estruturas estão simultaneamente postas, num conjunto bem diversificado de elementos sígnicos que são simbolizados pelos adereços e marcas pessoais do político feirense, como boné, barba, etc. Já na figura 13, essa topologia se apresenta mais definida no plano da expressão, considerando os percursos discursivos P1 e P2, que implicam na **ditadura** e **democracia**, simbolizadas pelo povo e pelo personagem principal Francisco Pinto.

A distribuição espacial da categoria topológica, no plano de expressão (plástico), realiza-se na direção vertical (cima p/baixo; baixo p/ cima), onde, no alto da imagem, situa-se a figura central, acompanhada pelo texto verbal, o que tipifica um texto sincrético. O texto verbal fortalece a idéia de interação popular o que caracteriza a ação política do ex-Deputado não só como um partidário das lutas populares, mas também como um dos integrantes da comunidade feirense. Abaixo se localiza o povo, carregando o ex-político, como um troféu ou mesmo como um arauto da liberdade política. Nessa circunstância textual, o povo é a metáfora da situação de

repressão, do poder que oprime, no qual se podem evidenciar as ações coercitivas da ditadura militar.

A população retratada, nesse caso, ocupa o lugar semântico das ações políticas do governo militar (Forças Armadas), não como um substituto direto, mas indiretamente numa perspectiva topológica de fortalecer a imagem da democracia (Francisco Pinto).

Esquematiza-se, dessa forma, a leitura semi-simbólica no texto sincrético, onde o plano de expressão (superior vs. inferior), entrelaçado ao plano de conteúdo semantizado (democracia vs. ditadura), conforme segue,

Quadro 1. Orientação semiótica

PE	PC
superior	Democracia (Francisco Pinto)
inferior	Ditadura (Povo)

O percurso da narrativização tanto ocorre na direção P1 (de baixo para cima) quanto no P2 (cima para baixo). A significação, portanto, é conseguida pela relação necessária entre os planos que compõem a linguagem, uma vez que essa é tomada como **ato**, sendo, então, “o ato que reúne essas duas macrossemióticas” (FONTANILE, 2007. p.45).

O ato semiótico envolve outros modos de se gerar a significação, já que esta se constitui numa semiose relacional e não como herdeira de uma forma imanente, na qual o sentido é simplesmente dado. Nesse viés, a *práxis* enunciativa se constitui no modelo exemplar da ação semiótica discursiva, pois conjuga e manipula valores de grandezas que constituem o discurso, como os gradientes tensivos e a presença dos valores de significação, englobando “todos os campos de discurso das diversas enunciações particulares que ela convoca” (FONTANILLE, 2007, p.257).

Analogamente, aos eixos das coordenadas linguísticas (paradigma e sintagma), a *práxis* enunciativa situa suas grandezas e valores em uma “profundidade discursiva”, mas diversa dos modos de posicionamentos dos constituintes das coordenadas saussurianas.

Na perspectiva estruturalista, o cruzamento relacional entre os eixos paradigmático e sintagmático configura-se como algo fundamental, pois é, na dimensão relacional entre os elementos linguísticos que se ausentam, no eixo do paradigma (*in absentia*), que se apresentam outros, os quais se conjugam na dimensão do sintagma (*in presentia*), formando, então, o sentido. Entretanto esse cruzamento de eixos, na perspectiva enunciativa, toma outra dimensão conceptual, uma vez que os constituintes linguísticos não são selecionados (no paradigma), mas se co-apresentam e nem são sucessivos (no sintagma), mas superpostos. (FONTANILLE, 2007). Ademais,

De um ponto de vista paradigmático, o domínio da enunciação seria mais específico do que o domínio da presença em sentido amplo na medida em que ela só manipula variedades particulares da intensidade e da extensão. De um ponto de vista sintagmático, o domínio da enunciação englobaria os campos de presença e os espaços tensivos, já que é justamente a *práxis* que os põe em comunicação entre si. (FONTANILLE, 2007, p.258)

Vê-se, portanto, que a práxis enunciativa se realiza por um conjunto de “fazer”<sup>s</sup> sógnicos que se apresentam e se re-apresentam numa cadeia de sentidos, ocupando os espaços tensivos e que conjugam textos diversos (verbal e não-verbal), a fim de conseguir a significação.

A práxis enunciativa, nos objetos visuais, comunica os elementos interiores das imagens com aqueles outros que compõem o espaço exterior da imagem (histórico-ideológicos, p.ex.), criando um elo tensivo entre os aspectos que afetam o campo do sensível ao campo do inteligível. Portanto, a comunicação visual só se torna viável em virtude da ação enunciativa que rege os processos interativos entre as categorias semióticas, concretizando, no sistema comunicativo humano, a significação nas suas mais diferentes formas de apresentação.

O ato enunciativo, então, configurado como uma práxis, atrela os conteúdos do mundo inteligível, ou seja, do mundo da cultura (ideológico) ao processo interpretativo do campo semiótico, realizando, na semiosfera discursiva, a comunicação e, conseqüentemente, a significação.

Entender, portanto, o processo de significação imagética requer uma série de concatenações que exigem o entrelaçamento da imagem, bem como o “objeto” representado por ela, com tudo aquilo que lhe diz respeito, não só com a descrição dos componentes internos e externos da fotografia, mas, sobretudo, com formas de ação perceptivas do sujeito observador, uma vez que sem este não há possibilidade de semiotização do mundo circundante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de realizar um estudo semiótico nos discursos do ex-deputado feirense, Francisco José Pinto dos Santos, como também de sua imagem fotográfica, foi relevante não só pela ampliação do processo analítico, quando da confluência teórica entre os estudos greimasianos e os aspectos ideológicos, como pela retomada, mesmo que num pequeno recorte, da memória histórica e política estadual e nacional.

Destarte a semiótica greimasiana seja complexa, em seu alcance teórico, esta proporcionou, nesta pesquisa, uma visada peculiar e significativa no tocante às relações entre a geração de sentido e a construção ideológica nas peças discursivas. O âmago da teoria semiótica, o percurso gerativo de sentido, foi traçado ascendentemente, do nível abstrato ou fundamental, passando pelo narrativo e chegando ao nível mais concreto ou discursivo, tomando-se, para cada análise proposta, discursos com temáticas mais significativas e que proporcionassem uma melhor explicitação e aplicabilidade teóricas.

Alargando-se o alcance da semiótica greimasiana para o campo dos estudos tensivos, observou-se a contribuição semiótica em textos visuais e, para tal, tomou-se de duas imagens bastantes relevantes do ex-político feirense, nas quais pode-se verificar como as relações percepto-tensivas são decisivas para a intencionalidade comunicativa para qual as imagens foram utilizadas.

Salienta-se, nesse tentame, a ação discursiva do ex-político Francisco Pinto, no que diz respeito à diversidade de temas trazidos à Câmara Federal, a fim de serem discutidos e/ou denunciados, frente ao decadente, mas ainda vigente, regime militar.

Sua ação como Deputado Federal mostra-se, a partir dos discursos produzidos, com um potente viés argumentativo, valendo-se não só de sua condição de bacharel em direito, mas também e sobretudo de um ex-presos político, cassado pela ditadura militar em seu momento de implantação, na era Castelo Branco, quando fora prefeito da cidade de Feira de Santana. Dessa forma, a dimensão sócio-histórica de espaço e tempo foi muito bem explorada pelo sujeito enunciativo em proveito da manifestação de suas idéias, veiculadas em forma de crítica ou denúncia, ratificando, então, em todo o percurso discursivo, sua posição de parlamentar, o qual se pronunciava em nome de uma população oprimida que o havia eleito para desempenhar tal papel.

Outrossim, a figura de um outro político se faz também mais presente que é a do então governador baiano Antonio Carlos Magalhães (ACM), cuja legitimidade de sua ascensão política é posta em questão pelo ex-deputado, assim como suas ações como líder do executivo estadual, as quais são atreladas às conveniências e necessidades do regime militar.

O traçado do percurso de sentido, assim, nos textos selecionados, privilegiou os aspectos que mais se sobressaem da tessitura discursiva como, por exemplo, as relações fundamentais do ato comunicativo que são o contexto, o sujeito e a enunciação, cuja interação revela os mecanismos embreáticos, debráticos e dêiticos num processo de implicação que geram os tipos de enunciação possível. Entretanto para se chegar à análise do nível mais superficial do texto, não foram desconsiderados os aspectos basilares do percurso gerativo que são as relações fundamentais do quadrado semiótico e suas ampliações nas figuras do hexágono e octógono lógicos.

Assim, atingiram-se as respostas às perguntas-problema sugeridas nesse trabalho, mostrando a forma pela qual os recursos lingüísticos se apresentam no âmbito da significação e na marcação ideológica, como também os elementos da narratividade se articulam e são utilizados pelo enunciador, objetivando a persuasão do(s) enuncitário(s), conectando a ideologia aos recursos lingüísticos da interlocução, secundados pelas demonstrações analíticas de como as abordagens teórico-metodológicas da semiótica greimasiana auxiliam na constituição do sentido na perspectiva semi-simbólica de textos sincréticos (linguagem verbal e não-verbal).

Observou-se, assim, como os semas fundamentais **liberdade** e **censura** são uma constante nas produções discursivas, e como estes recebem outros investimentos semânticos, mas sem perderem o valor básico, a exemplo de **democracia** e **ditadura**, voltados sempre para a explicitação da composição lógico-conceptual da percepção inicial de qualquer texto. Sua aplicação e visualização, na figura lógica, demonstra o *modus operandi* do sujeito enunciador e a característica fundamental dos discursos, uma vez que esses são oriundos de um contexto político particular.

Na extensão do percurso gerativo de sentido, revela-se o programa narrativo como mais uma possibilidade interpretativa dos textos, demonstrando como os sujeitos entram em relação (junção) com seus objetos de valor, com suas paixões e, nessa relação, como se tipificam em sujeitos dinâmicos (**fazer**) ou de estado apenas (**ser**). Ademais, foi possível também mostrar que a significação, nesse nível do percurso, não é conseguida simplesmente por um único programa narrativo, mas sim por vários programas que se encadeiam formando uma rede narrativa que engendra os actantes e seus modos de relação (modalidades), desembocando no plano de sentido subsequente na forma actorizada dos percursos temáticos e figurativos.

Nessa direção, temas e figuras foram analisadas tomando-se como personagem principal o político baiano, ACM, a partir de dois episódios significativos, vividos pela população baiana: um na capital, em virtude o aumento de passagens de transporte urbano, e outro, no interior do estado, em duas cidades do sudoeste baiano, Vitória da Conquista e Barra do Choça, em virtude da greve feita pelos agricultores locais. Destacam-se, em ambos os eventos, as ações tomadas pelo então governador, no que tange às retaliações sofridas pelos envolvidos, seja a população ou os políticos de esquerda, num jogo persuasivo entre verdades e mentiras, realizado pelo sujeito enunciador para fazer crer por parte do sujeito enunciatário em seus argumentos. Evidenciaram-se as modalidades envolvidas nesse jogo persuasivo, mais especificamente da modalidade veridictória (o dizer verdadeiro) que faz parte do contrato fiduciário das paixões postas em questão.

Ainda no bojo dos estudos semióticos greimasianos, considerou-se pertinente utilizar as contribuições teórica na leitura de textos visuais, demonstrando o quanto as relações tensivas são importantes na composição e interpretação das imagens, cujo conteúdo visual foi explicitado por meio do gráfico de extensividade e intensividade, numa orientação proporcional entre as referidas grandezas, ou seja, a extensão (afetividade) aumenta à medida que cresce a intensidade (perceptividade), na idéia mais geral da análise semi-simbólica.

Na convergência analítica do percurso de sentido greimasiano e os aspectos ideológicos e persuasivos dos discursos, foram imprescindíveis os fundamentos de natureza teórico-filosóficos para a compreensão e discussão de conceitos singulares e sua aplicabilidade como, por exemplo, a noção de **percepção** e de **simulacro**, uma vez que a linguagem é tomada como um simulacro da realidade, e o jogo das

percepções se dá exatamente nesse interstício semiótico, na definição de Greimas ([1966], 1976), o qual apresenta a semiótica como um “simulacro metodológico”.

Com essa empresa, ficou explicitado a operatividade da teoria greimasiana no campo do estudo da significação, articulando a memória intertextual que a cadeia de significação pode atribuir ao discurso, a partir não só de suas marcas linguísticas, como também a partir das marcas ideológicas veiculadas pelas imagens (fotografias) do ex-político em plena ação política, por meio do viés da análise semi-simbólica.

Nessa proposta de análise, portanto, considerou-se a importância e a relevância dos pressupostos teóricos e metodológicos da semiótica textual para o processo interpretativo, seja em um texto verbal ou um texto não-verbal, como também a contribuição oferecida para o entendimento do fazer persuasivo e a disseminação ideológica. Entendendo-se que o signo, no campo verbal e não-verbal, re-presenta o mundo e não o define de modo preciso, a semiótica, assim, se apresenta como uma possibilidade de interpretá-lo e, mais precisamente no âmbito do discurso, a ciência da significação se faz ainda mais necessária, pois são pelas análises das estratégias narrativas e discursivas que se pode acompanhar e entender o sentido pretendido num dado texto.

## REFERÊNCIAS

- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. [1694]. **Gramática de Port-Royal**. Tradução de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- AGOSTINHO, Aurelius. [séc.IV d.C). **De Magistro**. Tradução de Bento Silva Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.
- ARISTÓTELES. [séc.IV a.C]. **Organon**. Tradução Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1979.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Claudio C. Santoro. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- AUROUX, Sylvain. **Filosofia da Linguagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 1988.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BARTHES, Roland. [1964]. A mensagem fotográfica. In:\_\_\_\_\_. **O óbvio e o obtuso**. Tradução de Isabel Pascoal. São Paulo: Martins Fontes, 1982.p.13-25.
- BARTHES, Roland. [1964]. A retórica da imagem. In:\_\_\_\_\_. **O óbvio e o obtuso**. Tradução de Isabel Pascoal. São Paulo, Martins Fontes, 1982.p.27-41.
- CARMELO, Luís. **Semiótica**: uma introdução. Lisboa: Europa-América, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. Tradução de Ângela M. S. Correa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHERUBIM, Sebastião. **Dicionário de figuras de linguagem**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- COPI, Irwing M. **Introdução à lógica**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata C. Teoria semiótica: a questão do sentido. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. v.3. p. 393-437

COURTÉS, J. **Introdução à semiótica narrativa e discursiva**. Tradução Norma Backes Tasca. Coimbra: Almedina, 1979.

COURTINE, Jean-Jacques. **O mentir verdadeiro**. Tradução de Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes, 2006.

DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In: \_\_\_\_\_. **Lógica do sentido**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p.259-71.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed.34, 1995. v. 02.

DUCROT, Oswald. [1972]. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1977.

DURAN, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.

EVERAERT-DESMEDT, Nicole. **Semiótica narrativa**. Tradução Alice Maria Frias. Coimbra: Almedina, 1984.

FAUSTO NETO, Antônio. O Presidente da televisão: a construção do sujeito e do discurso político no guia eleitoral. **Revista Comunicação e Cultura**, São Paulo, ano 09, n. 11, p.07-27, abr./jun., 1990.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **A Estratégia dos signos: linguagem, espaço, ambientes urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, José Luiz. Semiótica e comunicação. **Revista Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica e cultura**, São Paulo, n.8, p. 13-29, out. 2004.

FIORIN, José Luís. (Org.). **Introdução à lingüística (II): princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto /EDUSP, 1989.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula - 1927-2005**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do Discurso**. Tradução Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. Tradução de Ivã Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001.

FLOCH, Jean-Marie. **Identités visuelles**. Paris: Universitaires de France, 1995.

FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (Org.). **A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GALEFFI, Dante Augusto. O que é isto – a fenomenologia de Husserl? **Revista Ideação**, Feira de Santana, n.5, p.13-36, jan./jun 2000.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOIS, Ancelmo *et al.* **Política é Paixão: uma biografia de Antonio Carlos Magalhães**. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

GOMES, João Carlos T. **Memória das trevas: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

GREIMAS, Algirdas Julien. [1966]. **Semântica estrutural**. Tradução Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1976.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semiótica do discurso científico: da modalidade**. Tradução Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Difel, 1976.

GREIMAS, Algirdas Julien. [1976]. **Maupassant: semiótica do texto – exercícios práticos**. Tradução Teresina Oenning Michels e Carmen Lúcia Cruz Lima Geriach. Florianópolis: UFSC, 1993.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. [s/d]. **Dicionário de Semiótica**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma**. Tradução Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

HÉNAULT, Anne. **História concisa da Semiótica**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

HJELMSLEV, Louis. [1961]. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LANDOWSKI, Eric. Entre Ricouer e Greimas, *in memoriam*. **Revista Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica e cultura**, São Paulo, n.9, p. 235-241, out. 2005.

LANDOWSKI, Eric. Flagrantes delitos e retratos. **Revista Galáxia**: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica e cultura, São Paulo, n.8, p. 31-69, out. 2004.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

LARA, Glaucia M. P; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander. (Org). **Análise do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v.2.

LOCKE, John.[1690]. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução de Anoar Alex e Jacy Monteiro. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LOPES, Edward. **A identidade e a diferença**: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa. São Paulo: EDUSP, 1997.

LOPES, Edward. **Discurso, texto e significação**: uma teoria do interpretante. São Paulo: Cultrix/Secretaria da Cultura e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

LOPES, Edward. [1975]. **Fundamentos da Linguística contemporânea**. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

LOPES, Ivã Carlos. A noção de “profundidade” na Semiótica. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v.4, n.2, p. 1-13, dez. 2006.

LOPES, Ivã Carlos; HERNANDEZ, Nilton (Org.). **Semiótica**: objetos e práticas. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTE, Ana Cristina F. (Org.). **Lingua(gem), texto e discurso**: entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. v.2.

MERLEAU-PONTY, Maurice. [1945]. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MIRANDA, Celso. Mataram o Vlado. **Revista Aventuras na História**, São Paulo, p. 26-32, out. 2005.

PICADO, José Benjamim. Ícones, instantaneidade e interpretação: por uma pragmática da recepção pictórica na fotografia. **Revista Galáxia**: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica e cultura, São Paulo, n.09, p. 159-182, jun. 2005.

PIETROFORTE, Antonio Vicente S. **Análise do texto visual**: a construção da imagem. São Paulo: Contexto, 2007.

PIETROFORTE, Antonio Vicente S. **Semiótica visual**: os percursos do olhar. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008a.

PIETROFORTE, Antonio Vicente S. **Tópicos de semiótica**: modelos teóricos e aplicações. São Paulo: Annablume, 2008b.

PIERCE, Charles Sanders. [1868]. Escritos Publicados. In:\_\_\_\_\_. **Escritos Coligidos**. Tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sergio Pomerangblum. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PINHEIRO, Paulo. Linguagem e conhecimento em Platão: estudo sobre a correção dos nomes no *Crátilo*. **Revista Lumina**, Juiz de Fora, v.06, n.1/2, p.31-56, jan./dez. 2003.

PLATÃO. [séc. V a.C]. **A República**. Tradução de Ma. Helena da Rocha Pereira. 8.ed. Porto: Calouste Gulbekian, 1996.

RECTOR, Mônica. **Para ler Greimas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

RÊGO, João. As bases econômicas dos partidos políticos no Brasil: 1982/90. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.10, n.1, jan/jun, 1994.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80 - Brasil**: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1992.

SANTAELLA, Lúcia; WINFRIED, Nöth. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. 4.ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini *et al.* 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, Lícia Soares de. **Introdução às teorias semióticas**. Petrópolis, RJ: Vozes; Salvador; FAPESB, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo e Tancredo, 1964-1985. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VOGT, Carlos. **Linguagem, Pragmática e Ideologia**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

VOGT, Carlos. Semiótica e Semiologia. In. ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI, Suzy. (Org.). **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006, p.107-138.

WAHL, François. **Estruturalismo e Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1970.

WITTGENSTEIN, Ludwig J. J. [1945]. **Investigações Filosóficas**. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1999.

### OBAS CONSULTADAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. [1970]. Tradução Walter José Evangelista e Ma. Laura Viveiros de Castro. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ALSTON, P.W. **Filosofia da Linguagem**. Tradução Álvaro Cabral. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas e Linguística Geral I**. Tradução de Ma. da Glória Novak e Ma. Luisa Neri. 5.ed. São Paulo: Pontes, 2005.
- DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia**. Tradução de Ma. José J.G. Almeida. 7. ed. São Paulo: Centauro, 1995.
- ECO, Umberto. **O signo**. Lisboa: Presença, 1986.
- EPSTEIN, Isaac. **O signo**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.
- GILES, Thomas Ransom. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: EPU, 1985.
- JAEGER, Werner W. **Paidéia: a formação do homem grego**. Tradução de Artur M. Parreira. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 21.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida – ensaios de sociossemiótica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.
- LIMA, Arlete Cerqueira. **Lógica formal: origens e aplicações**. Salvador: Quarteto, 2010.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, ano XIV, n. 64, p.74-92, jan./jun., 1991.
- MARQUES, Maria Aldina de B.F.R. **Funcionamento do discurso político parlamentar: A Organização Enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo**. Braga, Portugal: Universidade do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos, 2000.
- MARI, Hugo. **Os lugares do sentido**. Campinas, SP: Mercado Livre, 2008.
- MARTINS, Moisés de Lemos. **A linguagem, a verdade e o poder: ensaio de semiótica social**. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 2002.
- NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.
- PIGNATARI, Décio. **Semiótica & Literatura**. 6.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

WAGNER, Pierre. **A lógica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

# **ANEXO A**

## A POSSE DO GENERAL FIGUEIREDO NÃO É HONRADA PELA UNÇÃO POPULAR

(AO SEU LADO O MAIS ANTIGO E ESTÚPIDO DITADOR DO MUNDO: GENERAL  
STRÖSSNER)

05

**Sessão de 14 de março de 1979**

O SR. FRANCISCO PINTO (MDB-BA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o General João Baptista de Oliveira toma posse amanhã na Presidência da República. Assume um mandato que não vem honrado pela unção legitimadora da vontade popular. Mas, de qualquer forma, amanhã será um dia de festas oficiais.

10 Acreditam alguns \_ não o negamos \_ que se inicia com essa investidura um período de ampliação e consolidação das chamadas aberturas democráticas. Para nós, da Oposição, não é possível alimentar ilusões. Instala-se mais um Governo desprovido de compromissos que o vinculem ao povo. Sua verdadeira face se revela com a simples indicação dos nomes que comporão, no seu conjunto, o futuro Ministério.

15 O que reconhecemos é que avançamos um pouco. Conquistamos e fortalecemos posições na árdua luta pelas liberdades, que acabarão por fazer ruir, pela força do povo organizado e consciente, o regime da concentração e do privilégio.

Creio, Sr. Presidente, que na festança oficial mesmo se possa colher uma evidência disso: é com sentimento de alívio \_ confesso \_ e até com uma ponta de alegria, que  
20 registro a presença isolada do General Strossner, amanhã nesta Capital. Ele é o Chefe da mais velha e longa ditadura do mundo. O que é alentador, porém, é que, há cinco anos, era pesada, em nosso País, a representação das ditaduras que esmagam, sufocam e humilham os povos da América Latina.

Mantenho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a minha grande e fundamental  
25 intolerância, que é aquela contra as ditaduras obscurantistas. Nosso dever é

denunciá-las sempre, custe o que custar, pague o preço que pagar. Denunciar e advertir contra a equívoca visão europeizada da violência. Quando se praticam torturas no Chile ou na Argentina, que são países de brancos, a Europa se levanta para protestar. Mas quando a violência atinge os negros, como em Uganda de Id Amin Dada, a reação é sempre o riso, um riso patológico. Quando a violência esmaga os índios, os guaranis, o povo paraguaio, tolera-se que a ditadura ceda e se consolide. Tudo isso afronta a consciência verdadeiramente democrática dos cidadãos que repelem os regimes que torturam, prendem e assassinam. Ontem, como hoje, e como sempre, minha voz há de levantar-se para traduzir o sentimento do povo brasileiro, que não é, nem pode ser, o da convivência silenciosa com aqueles que representam a negação dos valores das liberdades democráticas e da dignidade do homem, que são os grandes valores humanistas de nossa civilização.

Não nos apraz festejar, em qualquer parte do mundo, representantes de sistemas que são exatamente os símbolos mais ignominiosos da violência e do arbítrio em nosso tempo.

Meus compromissos essenciais na prática da vida política, dos quais espero não me apartar nunca, dizem respeito à liberdade e à justiça social. Porque a liberdade pressupõe organização política democrática, garantias dos direitos humanos respeitados, legitimidade do poder pelo consentimento expresso do sufrágio popular, independência e harmonia dos órgãos do Estado.

Por outro lado, a justiça social pressupõe o bem-estar da totalidade do povo, o progresso social, a eliminação da miséria, a vitória contra os preconceitos, o respeito às minorias de todos os tipos. Jamais poderemos ser uma sociedade verdadeiramente livre, sem que ela seja, ao mesmo tempo, uma sociedade totalmente justa. A liberdade e a justiça social são valores inseparáveis. Enquanto houver um pólo dominante e outro dominado, jamais conheceremos a verdadeira liberdade. Sei que é ilusório falar em liberdade e justiça em nosso continente, enquanto grupos privilegiados enfeixam em suas mãos a riqueza e o poder e milhões de homens vivem na miséria. Liberdade e justiça continuarão sendo simples palavras, embora grandes palavras, desprovidas de conteúdo real e verdadeiro, para milhões que formam a essência da pátria latino-americana.

Enfim, Sr. Presidente, cada um cumpra o seu dever de consciência como possa. A mim, sei, não satisfaz cantar a destruição. O que pretendo mesmo e o de que gosto é cantar a esperança, a fé na liberdade do dia de amanhã, para todos os povos.

**ANEXO B**

## O INQUÉRITO INFAME DO RIOCENTRO

(NÃO ACREDITE EM SINCERIDADE DE IPM. ISTO É COISA DE GENERAL)

Sessão de 16 de junho de 1981

O SR. FRANCISCO PINTO (PMDB-BA.) \_\_ Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos  
05 séculos antes de Karl |Marx ter conceituado o Homem \_\_ um ser que não é, está  
sendo\_\_ Heráclito de Éfeso, um dos mais admiráveis filósofos da fase pré-socrática,  
afirmava quinhentos anos antes de Cristo que “a vida é um incessante fluir e que  
não se pode entrar duas vezes em um mesmo rio porque ele se dispersa e se reúne,  
avança e se retira”. Isto, significa, Sr. Presidente, que o rio que nasce não é o  
10 mesmo rio que chega a sua foz, ou que o Homem a cada instante se renova e se  
mutila porque não é um ser estático; está sendo, a cada dia, na permanente  
dinâmica da vida.

Isto que vale para o Homem e para os rios vale também para os partidos políticos.  
Vale para um Presidente da República, que ontem teatralizava sua condenação  
15 retórica ao terrorismo, coma evocação ou o desafio para que “lhe atirassem mil  
bombas sobre a cabeça”, como serve para os partidos políticos que também, no  
auge da emoção, solidarizaram-se com a sua manifestação antiterror. Mas, se no  
movimento da vida, o comportamento de uns se altera, Sr. Presidente, não pode  
ficar inalterado o comportamento correlato dos outros. Daí por que a Nação espera e  
20 está a exigir que se este IPM marchar para o nada, como tudo indica, pelos indícios  
que ornamentam as apreensões sinuosas de sua trajetória, que os partidos políticos,  
a OAB e a ABI voltem a se reunir para retirar a solidariedade que a boa fé ou o  
entusiasmo permitiram que fosse levada a um Presidente da República, incapaz de  
comandar ou conduzir os acontecimentos.

25 Há uma sequência de suspeições na caminhada infame deste inquérito de fancaria, aberto para apurar fatos e responsabilidades no atentado terrorista do Riocentro. O primeiro gesto oficial injustificado foi considerar o sargento morto um herói, antes de qualquer investigação que o inocentasse. O segundo, de ouvir-se o capitão como testemunha e não como indiciado, quando indiciá-lo seria um dever elementar da  
30 autoridade processante. É princípio elementar em direito que o interrogatório do acusado vale como verdade até prova em contrário. A inexistência de testemunhas que contrariem a versão do acusado o inocenta, e tanto mais o inocentará se o laudo pericial, elaborado também em sigilo, reforçar a sua interpretação. Preferiram, porém, iniciar o IPM com a eiva da suspeição, da parcialidade e do  
35 comprometimento do próprio sistema de Poder, para afastar qualquer presunção de culpa dos verdadeiros suspeitos.

Outro fato grave foi a distribuição de um documento secreto na PM do Rio de Janeiro, preparando o espírito da tropa para o silêncio e a impunidade.

Não menos grave é a advertência feita às Forças Armadas, por alguns de seus  
40 chefes, para que busquem a verdade nos informes e informações sigilosas distribuídos nos quartéis e não no noticiário da imprensa. Pois bem. Foi justamente em cima destas informações privativas às Forças Armadas que alguns oficiais manifestam a sua desconfiança no resultado deste IPM e cobraram firmeza na apuração do crime. Por isto o Cel. Nivaldo Mello de Oliveira Dias foi punido. Por isto,  
45 parlamentares que com ele se solidarizaram e, em razão disto, foram chamados de desajustados e apontados como radicais.

Ora, Sr. Presidente, se deputados tivessem se solidarizado com um soldado que se recusa a engraxar suas botas enlameadas, a isto se poderia chamar de insanidade. Se parlamentares se solidarizassem com soldados que não abotoam suas fardas,  
50 não cortam seus cabelos, não raspam suas barbas, se recusam a marchar, a bater continência, a fazer ordem unida, a empurrar seu fuzil e a disparar suas armas em treinamento a isto se poderia chamar de estimulação à indisciplina. Mas o gesto do Cel. Nivaldo \_\_\_ que recebe também agora o apoio da própria União Nacional dos  
55 estudantes (UNE) \_\_\_ revela apenas o exercício de um direito e um dever de cidadania. E os deveres de cidadania não são privativos de civis. Ao contrário, são exaltados mais ainda nos próprios quartéis, onde os soldados forjam seu caráter,

seus compromissos e deveres para com a Pátria, que está acima dos interesses conjunturais de um governo.

60 Não cabem, pois, as advertências e as censuras estúpidas do Presidente desta Casa, Deputado Nelson Marchezan, impedindo a publicação de discursos porque, no seu entender, não devemos transportar para o Parlamento desavenças de militares. Isto revela, consciente ou inconscientemente, sua aversão à caserna, ou equivale a uma recomendação: deixem os militares se estraçalharem por lá, porque  
65 somos outra coisa. Nosso dever, porém, é de fazer refletir, aqui, o que ocorre lá fora na área operária, estudantil, empresarial, religiosa ou militar.

Neste final de semana mesmo o Gen. Otávio Medeiros \_\_ que representou contra mim a Procuradoria-Geral da República, há cerca de um ano \_\_ em entrevista à imprensa, provoca antagonismo e conflito entre militares e políticos, semelhante à postura vedada, mas não menos idêntica, do Presidente desta Casa. Afirma o  
70 general do SNI que não passa “de coisa de político” a promessa do Senador Nilo Coelho, líder do PDS, de que o Presidente da República se pronunciaria quando fosse divulgado o resultado do IPM. Garante o Chefe do Serviço Nacional de Informação: “O Presidente da República nada falará”. Que não fale, mas o gen. Figueiredo tem o dever de pelo menos gaguejar uma explicação perante a Nação.

75 Enfim, Sr. Presidente, enquanto ficarmos à espera de Godot, “o esperado”, lembremos ao Gen. Medeiros, que se não tem melhor autor a seguir, não aprenda, apenas, lições de humorista de anúncio de ótica na TV, quando exorciza: “Não acredite em sorteio. É como promessa de político”. Afinal, alguém pode responder-lhe a grosseria: “Não acredite em seriedade de IPM porque isto é coisa de general”.

80 Neste jogo bruto, Sr. Presidente, só joga quem está jogando no pior. E não somos nós.

## **ANEXO C**

## A GREVE DOS CAMPONESES DE CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA.

Sessão de 02 de junho de 1980

**O SR. FRANCISCO PINTO (PMDB-BA.)** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, antecipando-se aos autores que o sistema amaldiçoou, Bacon já sentenciava:  
05 “Conhecer profundamente é conhecer pelas causas”. Os agasalhados no poder, a partir de 1964, preferem outro axioma: “Atuaremos com os efeitos e não com as causas”. Afastam o risco das relações causais e abordam os fenômenos “no ciclo vicioso de objetivos não declarados”.

As greves de operários e camponeses são examinadas a partir de suas  
10 conseqüências, isto é, dos prejuízos que provocam a engrenagem do Estado. Os motivos que as determinam são ignorados. A fome, os baixos salários e o desemprego são encarados como fatos naturais, vistos com certo fatalismo, analisados ora como um toque piedoso, ora com a irritação de quem não consegue convencer os que protestam e reivindicam que a única solução para estes males é  
15 esperar que as elites transbordem seu enriquecimento, para que as grandes massas se beneficiem com as migalhas e com suas sobras.

Não há operário ou camponês, medianamente esclarecido, que possa enxergar no Estado um instrumento conciliador de classes, pairando acima delas, como querem fazer crer os teóricos do capitalismo. O Estado brasileiro, colocando-se sempre a  
20 serviço da classe dominante, deixa claro a quem serve. Se no episódio da greve do ABC o Governo ajudou a esmagá-lo pelo cansaço e pela violência, não foi diferente o seu comportamento em relação à greve dos trabalhadores rurais de Vitória da Conquista e Barra do Choça, na Bahia. Desde os primeiros dias do movimento mobilizador de mais de 10 mil trabalhadores, que alguns grevistas, ao se dirigem  
25 para seu sindicato, foram presos injustamente. Policiais jogavam bombas no Sindicato Rural, destruindo parte de sua sede. Muitos grevistas foram agredidos fisicamente, enquanto trabalham na conscientização, na propaganda e no

aliciamento de seus companheiros, o que aliás, é facultado pela própria legislação em vigor.

30 A greve dos trabalhadores rurais de Vitória da Conquista e Barra do Choça acabou. Acabou ou foi suspensa porque, mais dia, menos dia, eclodirá novamente. A avaliação que se faz é que foi suspensa, por um lado, por causa da violência oficial e, de outro, porque patrões e Governo se associaram, removendo trabalhadores de outras localidades atingidas pela seca, onde a mão-de-obra é abundante, a fim de  
35 substitui aqueles que pararam. E todos sabem, se a produção não pára, inexistente greve.

Mas, a greve dos trabalhadores rurais na Bahia constitui-se em uma vitória: serviu para desmascarar ainda mais a abertura do Governo Figueiredo, porque, sendo um movimento legal, reconhecido pela própria Justiça do Trabalho, recebeu o mesmo  
40 tratamento violento e “brucutizante” dispensado aos movimentos que o regime julga ilegal.

Qual a diferença, Sr. Presidente, que o Governo Federal faz de uma greve legal ou ilegal, se ambas reprime com a mesma violência? Têm ou não razão os trabalhadores e as forças progressistas da Bahia quando denunciam, como  
45 denunciemos, o Governador da Bahia, Sr. Antonio Carlos Magalhães, **alter ego** de generais-presidentes, que se colocou, na prática e em declarações à imprensa, a favor dos patrões e contra os trabalhadores? Por que o Governo não busca a linguagem das causas para entender esses e outros fenômenos, e prefere reprimir sempre? Reprimir operários, reprimir parlamentares, como o faz, agora, como o  
50 Deputado João Cunha, um dos mais brilhantes, senão o mais brilhante Deputado dessa legislatura, e que se vê ameaçado no cumprimento do seu dever de alertar a Nação contra o avanço da corrupção e que, em determinado instante, denunciou.

E, se não bastasse tentar calar a voz do bravo e competente deputado paulista, engendra também, agora, o Procurador-Geral da República, Dr. Firmino Ferreira  
55 Paz, tese esdrúxula e ainda mais limitativa da limitada imunidade parlamentar quando, através, do **Jornal do Brasil**, do dia 31 próximo passado, assegura que o pedido de licença da Câmara para processar o ilustre combativo Deputado Getúlio Dias, pode ser dispensado, porque “o acusado não está protegido pela

inviolabilidade prevista no art.32 da Constituição Federal, por ter praticado o fato fora  
60 do recinto da Câmara dos Deputados e sem relação como exercício da função”.

Assim, Sr. Presidente, se essa lógica não está impregnada do **animus laedendi**, ela  
somente poderá ser bem interpretada pelo filósofo Serapião, doutrinador emérito do  
sertão baiano, que acrescentaria, sem pestanejar: se o deputado e o senador fora  
da tribuna do Congresso não pode falar porque deixa de ser parlamentar, o militar  
65 fora do quartel não pode dar tiro, nem participar de batalhas, porque não é mais  
militar, nem o policial fora da delegacia pode prender porque também é marginal.

A Nação brasileira, Sr. Presidente, parece necessitar de filósofos competentes como  
Serapião, capazes de simplificar os intrincados problemas que atingem a heróica  
inteligência dos servidores do poder.

## **ANEXO D**

**UM GOVERNADOR CRUEL, COM A REBELDIA POPULAR**  
**(POVO E LÍDERES: PRISIONEIRO AMARGURADOS DE UM REGIME**  
**SELVAGEM)**

**Sessão de 25 de agosto de 1981**

05 O SR. FRANCISCO PINTO (PMDB-BA) \_\_ Sr. Presidente, Srs. Deputados, por mais que se procure propagandear que a “a Bahia vai bem” \_\_ e este é o **slogan** do Governo \_\_ a verdade é que aquele Estado se transformou em um barril de pólvora. Sempre reconheci, até mesmo na exaltação das campanhas eleitorais, que a paciência dos baianos parecia limitada, que a sua capacidade de reação diante do

10 sistema discricionário estava realmente embotado e que a Oposição dificilmente venceria uma eleição no Estado. Esta convicção generalizou-se no País inteiro. Chegou-se a criar a mística de que, na Bahia, o governo era imbatível e de que o seu povo era impermeável às idéias oposicionistas. De um ano para cá, porém, a situação começou a alterar-se, e nos últimos meses mudou radicalmente. Até

15 mesmo Deputados e senadores do PSD reconhecem o crescimento vertiginoso das oposições, e instituiu-se a crença popular de que os partidos oposicionistas, unidos, serão invencíveis em 1982. Na Capital e no interior, o descontentamento é generalizado. Parece que a Bahia está saturada de tanto arbítrio, de arrogância e de tanta prepotência, mas, sobretudo, farta de passar fome sem reclamar, de ver

20 aumentos sem protestar e de ser enganada sem reagir.

Os acontecimentos vividos em Salvador a partir da última sexta-feira, e que se estendem até hoje, são um sinal de alerta e que não podem ser explicados, de forma simplória, pelos desvios da simulação. Eles têm raízes mais profundas. Os sucessivos levantes e insurreições populares destes derradeiros dias contra o

25 aumento do preço das passagens de ônibus refletem, apenas, a explosão amadurecida de tantos desencantos acumulados, de tantas angústias contidas, de tantos desesperos refreados. A Capital baiana é, ao lado de Belo Horizonte, onde se registra o maior número de desempregados do País e onde o custo de vida é um

dos mais altos do Brasil. A insegurança no emprego para quem o tem e a busca  
 30 desesperada de trabalho pelos que querem sobreviver sem poder criam uma  
 atmosfera de pânico e de terror. Governa o Estado o Sr. Antonio Carlos Magalhães,  
 um homem de temperamento indisciplinado, mas cruel com a rebeldia popular e até  
 mesmo intolerante com os correligionários que dele ousam discordar. Esta é  
 35 moldura tosca de um quadro diabólico, onde se aginganta, realmente, a figura dele  
 que se considera senhor e possuidor da capitania da Bahia. Para ele o quebra-  
 quebra de mais de 400 ônibus realizado nos mais diversos bairros da capital pelos  
 filhos do povo, o apedrejamento da Agência de São Pedro do Banco do Estado, de  
 Supermercados, a reação dos estudantes e professores do ginásio da Bahia, tudo  
 não passa de “um movimento de radicais que querem tumultuar o processo  
 40 eleitoral”. Proclama enfático: “Existem comunistas sensatos que, como eu, querem  
 as eleições”, e esclarece, “estes comunistas sensatos são os comunistas do PCB \_\_\_  
 o Partidão” e a “responsabilidade pela desordem é do PC do B e do MR-8”.

Ora, Srs. Deputados, a imprensa liberal ou conservadora da Bahia, na sua  
 unanimidade, através de seus editoriais, não aceita este simplismo. A **Tribuna da**  
 45 **Bahia**, de 22-8-81, em editorial da 1ª. página, sob o título “Desespero”, depois de  
 analisar a crise do modelo econômico e social, conclui:

“Mas não é justo esperar eternamente uma atitude passiva de um povo. Que  
 os governos entendem que muito mais do que uma simples explosão de  
 revolta há uma situação de desespero e angústia a envolver uma ponderável  
 50 parcela da comunidade que passa a gastar 30% do seu ganho com  
 transporte.”

O **Jornal da Bahia**, do mesmo dia, também em editorial, adverte:

“A revolta popular que tomou conta da cidade durante a noite de quinta e  
 todo o dia de ontem assumiu proporções nunca vistas na Bahia. É o povo  
 55 revoltado com o custo de vida, dos transportes, das taxas escolares, das

taxas de luz e água, Previdência Social, mordomias, elevação dos juros bancários, preços de alimentos, remédios, dos serviços médicos e hospitalar, dos aluguéis e tudo enfim, nesta desenfreada corrida aumentista dos últimos anos.”

60 E conclui:

“O povo está cansado. É fazer julgamento superficial dizer que os acontecimentos verificados nas últimas 48 horas, em Salvador, decorrem exclusivamente da ação de agitadores.”

Já **A Tarde**, em editorial intitulado “De quem é a culpa?”, após considerar os episódios ocorridos na Capital como mais graves do que o quebra-quebra dos ônibus da Companhia Circular em 1930, sentencia:

65 “É fácil para os que não pagam aluguéis e transporte recomendar paciência. Para quem não sofre na carne as agruras da carestia de vida, para quem vive nas mordomias dos palácios, quem não paga casa, nem comida, nem transporte é fácil recomendar paciência e espírito de sacrifício.”

70 É assim que a imprensa baiana analisa os acontecimentos. A isto se poderia acrescentar que o salário mínimo na Capital do Estado é de Cr\$ 7.128,00. Descontando-se 8% para o INPS, o trabalhador e o funcionário público têm um líquido de Cr\$ 6.557,76. A composição deste salário mínimo, de acordo com o decreto presidencial que o institui, é a seguinte: Alimentação \_\_54%; Habitação \_\_30%; Vestuário\_\_ 10%; Higiene \_\_ 5%; Transporte \_\_1% o que significa que são destinados ao operário Cr\$ 65,58 para locomover-se durante o mês. Com o aumento que o prefeito Mário Kertz decretou\_\_ e poderia deixar de fazê-lo nos limites que

80 estabeleceu, porque a Comissão Interministerial de Preços fixa o máximo de aumento que na Bahia foi de 61% \_\_\_ o item Transporte absorve 30% do salário, que o trabalhador tem que retirar obviamente da alimentação, do vestuário ou de sua higiene pessoal.

85 Segunda-feira e ontem, vários ônibus foram depredados novamente. A solução encontrada pelo Governo da Bahia para justificar seu fracasso e sua impopularidade foi seqüestrar, desde sábado, dois companheiros da Oposição. Mantém preso o bravo líder popular Haroldo Lima, da Executiva do PMDB e candidato a Deputado Federal, e Jairo Santos, da Executiva da 11<sup>a</sup>. Zona da Capital, e baleou um estudante do Ginásio da Bahia. Comete, pois, o Governo crime de abuso de  
90 autoridade e se encontra, portanto, passível de ser processado. Se fora eu, Sr. Presidente, processá-lo-ia pelo seu desatino, por crime de abuso e por tentativa de homicídio. Mas essa é uma fórmula a ser examinada quando os seqüestradores aparecem. Agora, o que se reclama e se exige é que Haroldo Lima, Jairo Santos e centenas de outros patriotas presos sejam postos em liberdade, livre, hoje, para que  
95 possam continuar a luta pela libertação de todo o povo brasileiro, prisioneiro amargurado do regime selvagem que o oprime.